GEORGES CRUCHON

# O PADRE CONSELHEIRO E PSICÓLOGO

Digitalizado com CamScanner

GEORGES CRUCHON

# O padre conselheiro e psicólogo

EDIÇÕES PAULINAS
ARQUIVO CENTRAL

EDIÇÕES PAULINAS

Digitalizado com CamScanner

Título original
LE PRÊTE CONSEILLER ET PSYCHOLOGUE
Editions Salvator - Mulhouse, 1971

Traduziu
M. Cecília de M. Duprat

© By Edições Paulinas, 1974

Digitalizado com CamScanner

# INDICE

Pág.

7 I — FUNÇÃO ESPECIAL DO PADRE CONSELHEIRO

1 — Universal necessidade de conselheiros
2 — O "Pai" espiritual na antigüidade cristã
3 — O clássico "diretor" espiritual
4 — O padre conselheiro-psicólogo
Apêndice: A prudência e o dom do conselho

55 II — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ATITUDE DO PADRE CONSELHEIRO

1 — Princípio de acolhimento, de escuta e aceitação do outro
2 — Princípio de não-julgamento (não-condenação)
3 — Princípio de individuação ou unicidade do caso
4 — Princípio de respeito da liberdade alheia

113 III — NATUREZA DA RELAÇÃO DO PADRE CONSELHEIRO

1 — Natureza da relação inter-humana
2 — Natureza da relação psicoterápica
3 — Natureza da relação inter-humana do padre conselheiro

141 IV — O DIÁLOGO NA RELAÇÃO PESSOAL

1 — Formas de diálogo
2 — As fases do diálogo
Apêndice: O diálogo na confissão

169 V — OUTROS RECURSOS ÚTEIS DO PADRE CONSELHEIRO

1 — Meios de formação
2 — A análise metódica das relações



Digitalizado com CamScanner

# I
# Função especial do padre conselheiro

## 1. Universal necessidade de conselheiros

Desde sempre, em todas as dificuldades da vida, os homens recorreram a indivíduos tidos como "sábios" ou mais "competentes". Procuram-nos para pedir-lhes "conselhos".

No setor dos negócios (contencioso administrativo ou comercial), em processos perante tribunais, as duas partes adversas, o litigante como o acusado, conhecendo sua própria incompetência em matéria de Direito administrativo ou penal, dirigem-se a peritos que possam aconselhar e pleitear sua causa. Alguns advogados se intitulam mesmo "advogados conselheiros" para distinguirem-se daqueles que são, antes de tudo, "pleiteantes", e mostrar assim que, fora de qualquer processo, poderão responder às pessoas que alimentam dúvidas, a respeito de seus "direitos" e "deveres" em matéria civil, administrativa, política.

Muita gente que normalmente se opõe a consultar médicos ou especialistas, vai, entretanto, ao encontro deles quando sente a vida ameaçada. Pede uma "consulta", e supõe que o médico saiba diagnosticar o mal e indicar-lhe o tratamento adequado. Ainda aqui, certos médicos, aptos a fazerem um diagnóstico prévio, encaminharão o doente a especialistas: oculistas, ginecologistas, cardiologistas, urologistas, cirurgiões etc. Os psiquiatras, neuropsiquiatras ou "psicoterapeutas" são



Digitalizado com CamScanner

também especialistas de moléstias chamadas "mentais", em oposição às doenças orgânicas, pelo fato de verem no mal uma perturbação afetiva. Perturbações da mente, do temperamento, dos nervos, ou mesmo provenientes dos "bons" ou "maus" espíritos, anjos ou demônios, intervenções do próprio Deus, nem sempre os sintomas são claros. Assim sendo, não é de admirar que, desde a Antigüidade[1], tenha-se lançado mão, às vezes simultaneamente, de 'ritos conjuratórios' exercidos por padres, de técnicas de relaxamento, de interpretações dos sonhos, que dependiam mais do médico ou do psicólogo. Espontaneamente, em certos casos de perturbações afetivas, que interessam também a vida moral e religiosa, ainda hoje muitas pessoas "consultam" o padre antes de se dirigirem ao médico ou ao psiquiatra[2]. O padre deverá, pois, saber também "aconselhar" aquele que o "consulta", ou até colaborar com o médico ou o psicólogo, se a enfermidade depende da competência de um e de outro, como no caso de escrúpulos ou em certos problemas inerentes ao casamento e à sexualidade.

[1] Por exemplo, os psicoterapeutas do grupo dos Asclepíades na Grécia. Esses "sacerdotes" dirigiam sanatórios, como o Asclépeion de Epidauro, mesclando prescrições de ordem medicinal às de ordem psicológica e religiosa. O ponto culminante da cura consistia numa manifestação do deus, durante o sono do paciente estendido no templo. Praticavam também ali, a interpretação dos sonhos (ver DAREMBERG C. e SAGLIO *Dict. des Antiquités*, art. Asklépeion, pág. 471, e Kerenyi C., *Asklépios*, London, 1960, pág. 35. Asclépios, fundador desta escola (124-40 a. C.) veio da Bitínia no Egito; foi depois para Atenas (onde estudou medicina), Epidauro e Roma, e aí seus discípulos puderam exercer seus conhecimentos, com a autorização de César (sacerdotes do deus da medicina Asclépios, o Esculápio de Roma, tendo como emblemas a serpente e o caduceu).

[2] Nos Estados Unidos, por exemplo, onde proliferam os psicólogos, em caso de dificuldades, 18% da população consultam em primeiro lugar os psiquiatras e psicólogos, ao passo que 42% consultam antes os *clergymen* e 30% os médicos de clínica geral. Tais cifras indicam a importância conferida aos aspetos religiosos e humanos de seus problemas.



Digitalizado com CamScanner

Por seu lado, os educadores, encarregados de completar a formação ministrada aos jovens pela família, não podem se contentar em ser ensinantes de ciências abstratas. Sobretudo no nível universitário, pede-se-lhes uma iniciação às "ciências humanas", de tipo mais científico do que especulativo, como a sociologia e a psicologia do comportamento e das motivações, que têm profundas repercussões na vida moral e religiosa. Em todos os tempos, aliás, os educadores foram considerados, em qualquer nível do ensino, como formadores da consciência moral, e é essa uma das razões pela qual se tornaram tão violentas as lutas pela liberdade do ensino. Já os antigos filósofos, como Sócrates para Alcebíades, representavam o papel de "conselheiros", mestres de vida moral. Epicuro julgava-se incumbido de dar diretrizes desta espécie. Epicteto aconselhava a seus discípulos o exame de consciência e a luta contra os defeitos. Sêneca, representando o estoicismo em Roma, fará o mesmo [3]. Nos nossos dias, vemos introduzidos nos estabelecimentos de ensino "educadores especializados" ou "orientadores educacionais", formados em ciências psicológicas. Assim sendo, o padre, cujo papel é de tão relevante importância na formação da consciência dos jovens, deveria igualmente ter sério conhecimento da psicologia moderna.

Todavia, o papel de "conselheiro psicólogo" não se limita ao mundo dos adolescentes ou dos ansiosos que dependem do médico psiquiatra. Formam-se hoje assistentes sociais — homens e mulheres — que se dedicam aos problemas do matrimônio, do trabalho nas fábricas e, mais recentemente, dos anciãos [4].

[3] Ver *Dict. Spirit.*, art. *Direction*, col. 1002-1007 (ed. des Places) com bibliografia.

[4] Ver, por exemplo, na França, os Centros de consulta conjugal: (AFCCC). Contavam, em 1970, com mais de 80 postos de consulta, sendo umas três dezenas em Paris e região parisiense; ou ainda os mais recentes Centros de animação dos serviços às pessoas de idade.



Digitalizado com CamScanner

Praticamente, nenhuma pessoa, embora de alta posição na escala social, nenhuma pessoa pode-se dispensar de recorrer aos conselhos de outros. Os Chefes de Estado, mesmo os mais afeitos ao poder pessoal, recorrem a conselhos privados, a um Conselho de Estado, a um Conselho econômico, a um Conselho Ministerial. Bem imprudente seria quem se fiasse unicamente no próprio critério, mesmo porque os assuntos políticos, sociais, econômicos tornaram-se tão complexos, que ninguém pode pretender ter uma competência verdadeira em todos estes domínios. Em círculos mais restritos, os presidentes de sociedades ou empresas, reitores de Academia, todos têm seus Conselhos de Administração, seus Conselhos Universitários.

No próprio domínio religioso, além dos assistentes que servem de conselheiros para os superiores das Ordens religiosas ou das comunidades locais, os bispos contam com seu Conselho episcopal e sacerdotal. As congregações ou dicastérios romanos têm seus "consultores" e o papado se cerca, mais e mais, de toda espécie de conselheiros. A nova corrente do último Concílio ecumênico insistiu junto ao papa para que ele "consulte" sempre mais e reúna periodicamente em "sínodos", os representantes do Episcopado, disseminados pelo mundo inteiro, como que para mostrar que uma decisão "esclarecida" não é somente fruto de uma reflexão e oração ou graça de estado estritamente pessoais, mas de uma tomada de consciência comum dos problemas da Igreja, cuja palavra decisiva provém da autoridade competente.

Não há dúvida de que hoje, as "autoridades" eclesiásticas encarregadas de dirigir o povo cristão, cercam-se cada vez mais de "conselheiros" competentes nos diferentes domínios da vida cristã. Individualmente, os cristãos também desejam padres conselheiros à altura de seus problemas. Não seria, pois, de lastimar que sacerdotes, encarregados de aconselhar, contentem-se



Digitalizado com CamScanner

com uma formação empírica ou se fiem unicamente em sua intuição ou na graça de estado, que supriria automaticamente a sua ignorância? A insistência dos bispos para uma formação pastoral mais extensa e especializada dos padres, projeta-se neste sentido. Convenceram-se das preciosas vantagens que conferem aos padres os estudos especializados nas ciências humanas (psicológicas, sociológicas, pedagógicas), completando sua formação teológica [5], desde que sejam convenientemente integradas numa visão cristã e não desviem o padre de seu papel, antes de tudo, pastoral.

## A atual exigência de conselheiros na Pastoral

Em sua Constituição apostólica "Sedes Sapientiae" de 31 de maio de 1956, já Pio XII escrevia:

> "Devemos acrescentar que, além da santidade e ciência indispensáveis, é absolutamente exigido do padre que deseja cumprir como deve seu ministério apostólico, uma preparação cuidadosa e perfeita em todos os pontos... Se, com efeito, cada arte ou técnica... requer uma apurada preparação teórica e prática, com muito mais razão deve-se exigi-la para esta 'arte das artes', como com acerto chamaram-na. Assim, além dos estudos filosóficos e teológicos... é absolutamente necessário que se administre aos futuros pastores este

[5] Mesmo na Alemanha, onde no entanto a Seelsorg (Cuidado das almas) e a Pastoral-teologia têm sido cultivadas a deficiência da formação e da informação propriamente psicológica foi observada (cf. ADELHEID RENSCH. *Das seelsorgerliche Gespäch* Göttingen, 1967, págs. 3 e 5). Da mesma forma, também por quase toda a Europa existe uma grande distância entre o ensino da teologia moral e aquele onde na América prevalecem as ciências humanas. Ou então, a informação psicológica é quase unicamente fundada na psicanálise, o que vem a ser um tanto restrito e não deixa de ter seus inconvenientes.



Digitalizado com CamScanner

gênero de formação em matéria de ciências psicológicas e pedagógicas... que corresponda a seu progresso atual. Essa formação deve ser acompanhada de exercícios práticos graduados que a completem e lhe sirvam de preparação..."

O II Concílio do Vaticano não fez senão insistir nas diretrizes já indicadas em seu decreto sobre a formação sacerdotal (Optatam Totius), nos números 19-22, realçando particularmente a formação ao diálogo pastoral, os exercícios práticos sob supervisão qualificada, dependendo dos meios sobrenaturais, e recomendando a criação de Institutos Pastorais, que os jovens sacerdotes deveriam freqüentar.

Enfim, bem recentemente, num documento da Congregação dos estudos sobre o "Método fundamental da formação sacerdotal" de 6 de janeiro de 1970[6], é de novo recomendado (n. 94) dar-se aos seminaristas e jovens padres uma formação "propriamente pastoral", comportando, além da catequese e administração dos sacramentos, "a direção espiritual das pessoas pertencendo a diversos estados de vida", "o diálogo com os não-católicos e descrentes". Para tanto, os alunos devem "tornar-se presentes à vida dos fiéis num espírito pastoral". E neste conhecimento mais amplo dos homens e das coisas, as ciências psicológicas, pedagógicas e sociológicas ser-lhes-ão de grande proveito, desde que ensinadas segundo os métodos e normas previstos pela autoridade eclesiástica. A seguir, no n. 95, após ter repetido que os alunos devem conhecer todas as formas do apostolado moderno e de ação católica, insistem em que eles devam, mais comumente "ir ao encontro de *todos os homens*, conforme suas diferentes condições de vida, e instaurar, com eles, um frutuoso diálogo". "Particular atenção seja dada, no preparo dos

[6] *Ratio fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, Romae, Typis polyglottis Vaticanis, 1970.



Digitalizado com CamScanner

alunos, para sãs relações com as mulheres" e fazê-los "conhecer a sua psicologia e caráter nas diferentes idades e condições de vida, a fim de lhes poder dar ajuda espiritual mais eficaz e saberem comportar-se com aquela sobriedade e prudência que convêm aos ministros do Cristo".

Como vemos, trata-se de um vasto programa de formação pastoral recomendado aos futuros padres: catequese, pregação, conhecimento dos movimentos de ação católica, problemas concernentes aos estados de vida dos crentes e não-crentes dos dois sexos, problemas de administração paroquial etc. Claro está que o programa deste nosso trabalho é muito mais limitado. Apóia-se num ponto especial, o do diálogo e encontro individual do padre com os cristãos e não-cristãos. Na verdade, é um ponto básico, mas que deixa de lado o movimento e o diálogo nos grupos especializados ou paroquiais. Como de qualquer maneira, o diálogo com os grupos abre passagem, ou deveria abrir, para um diálogo individual mais aprofundado, suscitado pelo precedente[7], pensamos já ser útil determo-nos aqui para bem definir o tipo de diálogo, de encontro e direção que convém ao padre. Tendo tratado, aliás, dos problemas de psicologia pastoral[8], que constituem uma

[7] A par da pastoral de conjunto, de nível eclesial ou ecumênico, ou igualmente da pastoral diocesana ou paroquial, e ainda da pastoral de grupo (formado de cristãos militantes e não-cristãos unidos aos precedentes), haverá sempre lugar para uma pastoral individual já praticada pelo Cristo em seus encontros e diálogos admiráveis com Nicodemos, a Samaritana, Zaqueu, a mulher adúltera e que ele caracterizava apresentando-se como o Bom Pastor que conhece suas ovelhas "pelo nome" (portanto pessoalmente) e as ovelhas o conhecem. A pastoral de grupo, a esse respeito, é de tipo mais sociológica, mas a pastoral individual é de tipo mais psicológico, embora não descure da influência do meio de vida, da educação, do grupo.

[8] Ver nossa *"Initiation à la psychologie dynamique"*. Paris, Mame, t. I. A pessoa e seu meio; t. II, Conflitos, angústias e atitudes) e nossos dois volumes de *Psychologie pédagogique*, Mulhouse, Salvator, (t. I, As transformações da adolescência), ou



Digitalizado com CamScanner

preliminar para o encontro e o diálogo individual especializado, limitamo-nos a demonstrar aqui qual poderia ser a maneira ou arte de aconselhar própria do sacerdote. Muitas vezes, com efeito, comparou-se seu papel com o papel de puro psicólogo ou psicanalista profano que não quer arredar-se de sua técnica; mas é assim levado, de início, a não mais representar seu papel de padre, portador de uma doutrina e investido de um cargo pastoral, e permanecer, na realidade, prisioneiro de uma neutralidade simpática. Ou então, pelo contrário, queremos mantê-lo no plano da direção puramente espiritual, abstraindo tudo quanto as ciências psicológicas podem favorecer à compreensão dos casos e das pessoas. Entre a clássica direção espiritual e a psicoterapia profana, há lugar para um papel de padre conselheiro que reúna em si esses dois modos de ser que, na realidade, hoje dele se espera. Sim, o padre bem formado de nossos dias não pode mais ser o clássico diretor de consciência de outrora, mesmo se esta função sacerdotal permaneça perfeitamente legítima.

Não será, portanto, inútil distinguir esta maneira sacerdotal de aconselhar de outras formas do passado e do presente, que com ela se assemelham, para em seguida determinar, com maior precisão, qual a sua originalidade própria.

## 2. O "Pai" espiritual na antigüidade cristã

A noção de "paternidade espiritual", mesmo se hoje nos choca um pouco pelo que evoca de dependência filial, tida como infantil, e em oposição a uma sã maturidade, apóia-se fundamentalmente na Escritura. Se muitas vezes é fácil abusar do papel de pai, embora

ainda nossa *Psychologia Pastoralis*, Romae, Ed. Pontif. Univ. Gregoriana, 5ª ed., 1966.



Digitalizado com CamScanner

sem o querer e saber, não deixa de ser verdade que o pai é indispensável ao filho para servir-lhe de apoio e guia, talvez modelo de identificação, pelo menos durante alguns anos, até que a criança possa e deva assumir sua independência de adulto. Mesmo que, então, o Pai não exerça mais autoridade sobre o filho, respeito e reconhecimento filiais permanecerão como sentimentos naturais e expressão de um mandamento divino: Honrarás pai e mãe... Quem se mantiver um eterno contestante em relação aos pais, daria justamente prova de um infantilismo de adolescente, não superado. É sintomático ver os grandes adolescentes, após sua crise de oposição, aproximarem-se dos pais e compreenderem melhor o que lhes devem.

O mesmo sucede com a paternidade espiritual, e vemos hoje uma revalorização do título de Pai conferido aos bispos pelos seus padres, e aos padres, pelos fiéis. É verdade que o Evangelho nos diz, pelos próprios lábios do Cristo, que não temos senão um Pai, que está nos céus. Trata-se, porém, de uma afirmação para indicar que Deus é aquele "de quem provém toda paternidade nos céus e na terra" (Ef 3,15), devendo ela exercer-se, pois, como delegação e não como prerrogativa, na própria dependência de uma submissão às prescrições divinas. Ora, se a paternidade é assim delegada, por este mesmo fato torna-se "real", e são Paulo, a quem não poderíamos acusar de paternalismo preponderante e açambarcador dado todas as rupturas afetivas aos quais o seu apostolado itinerante o sujeitava, são Paulo não hesitava em dizer aos coríntios que ele os gerara pelo Evangelho:

"Ainda que tivésseis dez mil mestres em Cristo, não tendes, todavia, muitos pais, pois eu vos gerei em Cristo Jesus pelo Evangelho" (1Cor 4,15)[9].

[9] "Filioli mici", repete também muitas vezes são João em sua primeira Epístola.



Digitalizado com CamScanner

Repete-o aos gálatas (Gál 4,19), utilizando-se da própria imagem do parto:

"Filhinhos meus, por quem de novo sinto dores de parto, até que Cristo seja formado em vós".

Estas expressões fortes não o impedem, absolutamente, de lembrar-lhes de que não pertencem "a ele" ou "a Apolo", mas ao Cristo, e que, aliás, não batizou senão muito poucos (1Cor 1,12-16). Provisórios e transitórios são os modelos humanos; devemos poder e saber desfazermo-nos deles, a ponto de ser mesmo desejável, muitas vezes, precisar trocar de "pai espiritual", a fim de não ficar preso a um entre eles que nos tivesse marcado mais profundamente. Os mestres de noviços ao receberem os primeiros investimentos afetivos dos jovens que abandonaram os pais pelo Cristo, não deveriam jamais ocupar, no coração dos noviços, um lugar que não lhes pertence e os desvia do amor do Cristo. Isso não impede, porém, que tenham podido nos formar profundamente quando estávamos à procura de nossa identidade religiosa e tenham favorecido, de modo positivo, nossos primeiros esforços.

Todas essas conseqüências da contratransferência (investimento afetivo dado) foram denunciadas, com razão, pelos psicólogos. Elas provêm, porém, de um conceito e exercício errôneos da paternidade. Os desvios desta natureza são análogos aos que vemos em determinado pai de família que se apega exageradamente a um dos filhos, em conseqüência de uma deficiência de afeto por parte da esposa, ou exerce despotismo pesado e desastroso na mesma medida em que lhe faltam segurança e afeto. Aproximadamente, o mesmo se dá com um mestre de noviços ou superior que não investiram ainda suficientemente em Deus e no Cristo sua afeição humana, e ficarão sempre expostos a investi-la neste ou naquele de seus subordinados, amando-os com desacerto.

Em compensação, de maneira muito simples e natu-



Digitalizado com CamScanner

ral, o pai de família, profundamente unido à mulher, e tendo como modelo a paternidade divina, criará entre os filhos e ele, um elo de paternidade muito íntimo, sem vestígio de opressão. As revoltas dos jovens provêm muito mais de um falso exercício da paternidade do que da própria paternidade. E no plano social ou comunitário, uma relação humana e pessoal, análoga a do pai com o filho, tornado adulto, será sempre preferível à de um superior que desce à camaradagem, ou "perito de relações humanas", ou que se transforma em administrador-funcionário, de fisionomia anônima. Perdendo de vista a verdadeira noção da paternidade a que foi chamado a exercer ao mesmo tempo, na renúncia e no amor, o padre deixaria igualmente de obter uma espontânea confiança e confidência, que todas as habilidades técnicas não poderiam substituir totalmente. Sem dúvida, o psicólogo também pode pretender este gênero de relação íntima, mas, cremos nós, de tipo diferente.

Foi, sem dúvida, desta maneira muito simples, que na antiga tradição do Oriente cristão, os mestres da vida espiritual receberam o nome de Pai ou Abbas. Não eram apenas mestres da doutrina, mas formadores em vida espiritual, modelando seus filhos espirituais, antes de tudo, segundo o Cristo (e não pelo próprio modelo) [10].

Nem sempre eram padres, mas "homens de Deus", que sabiam espontaneamente provocar confidências, consolar, suportar, repreender de modo tanto mais eficaz quanto mais desprendido no plano das paixões humanas e motivado por um puro amor de Deus [11].

Bem difícil, sem dúvida, era "institucionalizar" semelhante elo, e o abade dos mosteiros, perdendo de vis-

[10] A este respeito, ver a obra do Pe. Irineu HAUSHERR, *Direction Spirituelle en Orient autrefois*, Roma, 1955, ou *D. Spir.*, art. *Direction dans l'Orient chrétien*, col. 1008-1060.

[11] Ver *D. Spir., ibid.* col 1015-1020.



Digitalizado com CamScanner

ta o que o tornava "pai" de seus monges, transforma-va-se em administrador, dono da casa, senhor e até mesmo príncipe. Não é fácil manter-se nas alturas da vida espiritual. Devemos reconhecer, aliás, que, com o tempo e o progresso da cultura monacal, o "pai" dos monges não podia mais ser para eles, o ser único que lhes comunicava e transmitia, ao mesmo tempo, o exemplo, a doutrina, a subsistência alimentar. Assim como chega uma idade em que o pai já não é tudo para o filho, nem o único modelo a admirar, depois que freqüentou os níveis médios da escola e começou a conviver com outros adultos, fora da família; depois que formou seu juízo sobre o mundo e os homens, foi necessário e cada vez tornou-se mais premente, para o monge, não ser tão tributário do modelo que lhe fornecia o abade. Aliás, este fato em nada suprimia o elo de natureza muito mais espiritual e humana que não deriva da cultura profana do superior.

Outra fonte de transformação do conceito da paternidade espiritual brotou da exigência sempre manifesta na Igreja, de um apostolado voltado para a massa, e especialmente, da massa incrédula. Certo conceito de uma "fuga do mundo" exigida para o aprofundamento da vida espiritual, facilmente levou padres e monges a viverem num meio recluso, em torno de um superior, tanto em casas religiosas como em seminários. E se é sempre verdade que a vida contemplativa ou monástica continua sendo um ideal válido e um testemunho prestado ao mundo, pelo qual tais pessoas e comunidades oram e se sacrificam, aconteceu também que, vivendo fora do mundo, eles não estavam absolutamente preparados para compreender os cristãos que aqui viviam. Ofereciam aos fiéis certas formas de piedade, como vésperas e ofícios em latim, nos moldes dos que se praticavam nos mosteiros menos adaptados à vida secular. A imitação de Jesus Cristo testemunha ainda uma espiritualidade de fuga e desprezo do mun-



Digitalizado com CamScanner

do, em oposição ao que se tornou o princípio da Ação Católica: reflexão sobre os problemas do ambiente, à luz do Evangelho e a transformação do meio [12]. O II Concílio do Vaticano insistirá ainda mais neste sentido, de acordo com as palavras do Cristo: "Não te peço para retirá-los do mundo, mas para preservá-los do mal" (Jo 17,15).

A descristianização da massa surgiu em parte do fato de os padres terem ficado excessivamente entregues às suas funções ministeriais, litúrgicas e sacramentais, sem serem capazes de elaborar uma espiritualidade para uso dos fiéis que os vissem como operários na transformação do mundo e não simples religiosos no mundo. Hoje, caiu-se talvez num excesso oposto: o de imergirmos exageradamente na transformação do mundo, sem entreter suficientemente o fermento da vida interior. Os próprios padres seculares, sua formação, vida espiritual, estavam demasiadamente dependentes do clero regular e de sua espiritualidade.

Houve, sem dúvida, esforços notáveis como os de são Francisco de Sales, para elaborar uma espiritualidade mais adaptada à vida secular e conjugal. Mas no próprio momento em que se fundavam ordens religiosas de tipo mais apostólico, os diretores espirituais dos leigos aspiraram a santificar certa elite muito mais no plano pessoal do que ajudando-a a cristianizar seu meio. Não se poderia negar, além disso, que neste trabalho de direção do clero e das elites leigas, infiltrou-se certo paternalismo, favorecendo retrações, certa insuficiência de formação intelectual e espiritual de determinado clero paroquial e grande mundanismo dos representantes do alto clero.

[12] Partir da problemática atual dos meios a evangelizar e não só dos princípios gerais e abstratos, tornou-se uma exigência do apostolado moderno. Não quer dizer, porém, que se negligenciem princípios e normas, como poderia fazê-lo uma ética de situação, mas procurar-se-á encontrar esses princípios nor-



Digitalizado com CamScanner

## 3. O clássico "diretor" espiritual

Nesta formação das elites e "almas piedosas" os religiosos não apenas se contentavam depressa demais em desenvolver sua vida interior, incitando-as a fugirem do mundo dentro do qual viviam, com o risco de aliviarem a consciência pela prática de "obras de caridade", essas mesmas, impregnadas de paternalismo, mas impuseram, aos leigos, certas formas de espiritualidade, ainda muito extraídas do mundo dos religiosos. Se pensarmos nas "ordens terceiras", nas "congregações" e diferentes instituições, à margem da vida paroquial e muitas vezes alheando os próprios párocos, compreendemos que, à medida que o clero secular tornou-se mais instruído e consciente de sua própria responsabilidade apostólica, deviam-se manifestar tensões entre os dois cleros. Felizmente, nos dias que correm, a "pastoral de conjunto" voltou para as mãos do bispo. Durante muito tempo, porém, a "direção" permaneceu uma atividade à margem da atividade da paróquia e não a seu serviço direto. E os diretores espirituais, inconscientemente ou não, procuraram com empenho excessivo, marcar com a própria espiritualidade ou a de sua família religiosa, os cristãos que a eles se confiavam. "Conduziam" os fiéis pelas vias espirituais por eles praticadas ou tão-somente especulativamente estudadas, distribuíam um ensinamento preestabelecido, em vez de ensinarem esses cristãos a "se conduzirem". A educação tipo "alma dócil", passiva entre as mãos do mestre, tal como era então admitida, mais os reforçava nesta atitude. Os métodos de ensino ditos "ativos" e "centrados no cliente" ainda não se haviam desenvolvido, nem mesmo, talvez, aparecido.

Sem dúvida alguma, durante muito tempo, a cul-

mativos, inspirando-se nos fatos e atribuindo-lhes um critério mais elaborado e flexível.



Digitalizado com CamScanner

tura superior conservou-se apanágio de uma pequenina elite, e a teologia, sendo estritamente reservada ao clero, fazia com que os fiéis não pudessem e não devessem "deixar-se instruir" senão por aqueles que haviam estudado (os clérigos) e seguido cursos teológicos. Hoje, a grande massa ultrapassou o nível dos estudos primários e de uma catequese aprendida de cor. Inúmeros leigos, senhores de uma cultura técnica e universitária de nível superior, desejam compreender sua religião e a teologia que lhes haviam ministrado dentro de fórmulas a decorar. Um desequilíbrio profundamente ressentido produziu-se entre a cultura profana de tipo crítico que se lhes ensina, e a cultura religiosa mantida num estágio primário, que deveríamos aceitar em vez de repensá-la por conta própria e em termos de cultura moderna.

Foi este conjunto de circunstâncias inerentes à rápida evolução do mundo moderno, ao conceito sempre vivo do respeito da pessoa individual, do direito de compreender o que se deve fazer e por que devemos fazê-lo, como convém a um responsável; foi este conjunto de circunstâncias que provocou uma mudança rápida no tipo de relações a estabelecer validamente entre o diretor e o "penitente", mais exatamente, entre o fiel e o padre, encarregado de conduzir os homens — como será sempre necessário — nos caminhos da vida, não só "espiritual", mas totalmente cristã.

Ainda não faz muito tempo, as próprias ciências psicológicas ofereciam classificações de tipos caracteriais [13], às quais os manuais de direção espiritual acrescentaram métodos de direção apropriados [14], não total-

[13] Por exemplo, a de Le SENNE completada por BERGER e outros.

[14] Já o Pe. GUILLORÉ (*Conduite des âmes*, 1675, livro II, tratado I) apoiava-se nos "caractéres". Mais recentemente, tivemos os *Manuels* de Dom W. DEMAL (*Praktische Pastoralpychologie* (1959) do Pe. SIMONEAUX (1956), do Pe. ROLDAN (1960) e do Pe. ROSETTI (1960), traduzidos em diversas línguas.



Digitalizado com CamScanner

mente condenáveis, mas que dispensavam, com excessiva facilidade qualquer esforço para compreender o próprio indivíduo e sua maneira de encarar seus problemas, e apenas indicavam a linha a seguir e a fazer seguir. Descreviam-se também os sintomas das principais neuroses e psicoses [15], e a maneira de levar os escrupulosos, os histéricos, os paranóicos etc. Conselhos úteis, sem dúvida, mas inoperantes na maioria das vezes por falta de saber descobrir, a par dos sintomas, a própria pessoa, aquela que devia mudar. Ora, é muito mais difícil obrigar um neurótico a renunciar às suas "defesas" do que conseguir que um indivíduo sadio faça o que se lhe peça. Éramos sempre levados pela idéia da "solução" que convém naquele caso, como fazem certos médicos que receitam produtos farmacêuticos sem se darem ao trabalho de estudar o caso particular de cada doente seu; aplicam ou recomendam pomadas e calmantes, sem aprofundar a sua análise.

Devemos reconhecer, entretanto, para sermos justos, que sempre houve padres capazes de profunda compreensão, prontos a ouvir, ajudar, mais do que a impor sua solução, infinitamente pacientes e bons, e que, por instinto, intuição e graça de Deus, souberam realmente guiar as almas. As palavras "guia", "conselheiro", "orientador" aplicadas aos padres, de preferência a de "diretor" não nasceram hoje [16]. Eles não possuíam uma solução pronta, mas ajudavam a encontrá-la e en-

[15] Por exemplo, o clássico e ainda útil *Traité de psychiatrie pastorale* do Dr. *H.* Bless (1958), publicado em 1935 e traduzido do holandês para diversas línguas.

[16] Max Thurian, de Taizé, em seu livro sobre *La confession* (2ª ed. pág. 47, cita também um texto do IV Concílio de Latrão, portanto, de uma época que hoje chamaríamos de pouco respeitosa à pessoa humana, em que diz (Cânon 21): "O padre deverá ser prudente e sábio; deve saber derramar o vinho e o óleo sobre as feridas, discernir as circunstâncias do pecado, a fim de poder encontrar conselhos apropriados para dar, remédios a aplicar e os meios a empregar para curar o enfermo" (Ed. Labbé, 1730, tomo XIII, pág. 958).



Digitalizado com CamScanner

corajavam quem as procurava sugerindo algumas observações não diretivas. E devemos também reconhecer que os manuais mais recentes de direção espiritual, aproximavam-se deste ideal.

Assim, em sua *Theologia Spiritualis* [17], o Pe. de Guibert, referindo-se às qualidades requeridas num diretor, enumera a ciência, a prudência, a experiência e a santidade. Como ciência, inclui a ciência teológica (dogmática, moral, espiritual), conhecimento dos livros e escolas de espiritualidade, enfim, o conhecimento da psicologia e da psicopatologia. Vemos, pois, que para ele, os conhecimentos extraídos da teologia e autores espirituais devem ser ainda completados por conhecimentos de ordem psicológica e clínica.

Um pouco adiante aparecem, entretanto, algumas distinções. O Pe. de Guibert diz, com efeito, (n. 194-199) que o diretor deve *conhecer* a alma seja pela manifestação filial e espontânea que ela apresenta de sua consciência, seja pelas perguntas que ele mesmo formula, seja através de informações que poderá obter indiretamente (mas com grande prudência) por terceiros ou por testes e grafologia, (mas sem que isto desagrade ao dirigido). A seguir, deve ministrar-lhe um *ensinamento*, não especulativo, porém concreto e prático, fundado no dogma e na experiência, "de molde a tornar a alma capaz de dirigir-se a si própria, pelo menos em circunstâncias fáceis". Deve, finalmente, excitar (fovere) *a boa vontade*, pois, explica ele, "o diretor não é somente um conselheiro que resolve as dificuldades... mas um verdadeiro educador e mestre (educator et magister) que deve... ajudar a vontade e querer com acerto e a executar". Este terceiro ponto é o que apresenta maior dificuldade para os psicólogos modernos, especialmente para os seguidores de Carl Rogers ou os psicólogos de formação psicanalítica,

[17] De Guibert J., Theologia spiritualis, PUG 1946 (nº201).



Digitalizado com CamScanner

se bem que, mais recentemente, como ainda veremos [18], alguns discípulos de Rogers falem de apoio concedido à vontade pelo conselho, mas sem pretender incitar a boa vontade a fazer o que lhe foi mostrado. Ficou realmente provado que este "apelo à boa vontade" ameaça cansar e provocar, um dia, reação em sentido inverso, visto que *os conselhos dados deveriam ser seguidos*, sem que a atividade fosse suficientemente disposta, e a compreensão bastante esclarecida. A vontade mais solicitada do que ajudada por uma confiança manifestada à pessoa para que ela mesma faça a sua escolha, experimentará muitas vezes como que uma heteronomia, que lhe despertará desagradáveis recordações educativas, insinuações para dar este ou aquele passo à frente.

Atingimos aqui o problema da obediência devida ao diretor espiritual. Devemos compreender, porém, que a direção de forma "preceptiva", isto é, indicando o que deve ser feito, pode levar a uma "execução" puramente passiva e irrefletida, na própria medida em que o indivíduo não participou da deliberação e não apresentou seu ponto de vista. Quando, pelo contrário, estabelece-se um diálogo aberto e confiante, e cada um dos interlocutores não somente expõe o que pensa, comenta abertamente e procura penetrar também no ponto de vista do outro, acontece, então, que os diferentes aspectos de uma solução são expostos à luz e esse fato é tão útil para o diretor quanto para o dirigido. A direção torna-se mais esclarecida e a obediência também. O consulente já não se contenta em executar cegamente, mas, tendo enxergado melhor o pró e contra, assim como as intenções do superior, pode aderir mais facilmente a uma obediência esclarecida e com consentimento interior. A verdadeira e perfeita obediência, digna do homem adulto, não é a dos militares que ignoram as intenções de seu Estado-maior, e

[18] Ver adiante, pág. 109.



Digitalizado com CamScanner

contentam-se em cumprir as ordens. A outra, engaja ativamente todos os recursos do homem que se tornou colaborador inteligente daquele que o dirige e desejoso de secundá-lo na medida em que ele próprio viu-se tratado com amor e compreensão.

A tal gênero de obediência, o Concílio convida-nos hoje e, sem a menor dúvida, em tudo a conformar-se melhor com o progresso da cultura e a dignidade humana. Estabeleceu-se, a pouco e pouco, nas relações entre marido e mulher, em que importantes decisões são tomadas após deliberação comum, proposta numa atmosfera de amor mútuo, onde cada um expõe seu ponto de vista e procura apreciar o do outro. Exatamente a mesma atitude é que se procura estabelecer entre pais e filhos, mestres e alunos, levando em conta a idade e o entendimento adquirido (ou a adquirir) [19].

Convém notar que nos primeiros tempos da vida espiritual ou da vida conjugal, as pessoas procuram com maior freqüência os conselheiros, acham-se mais predispostos a ouvi-los, talvez porque lhes falte a experiência, talvez por serem mais dóceis e fervorosos. Precisamente por isto, convém não abusar, pois mais tarde, os mesmos indivíduos virão talvez a reconhecer que os conselheiros de então não levaram bastante em consideração as suas aspirações [20]. E daí, em parte por

[19] Já em 1958, o Cardeal FELTIN, arcebispo de Paris, dizia: "uma obediência sem a livre e consciente colaboração daquele que obedece é uma caricatura da obediência cristã. Há um modo de enterrar-se na submissão que não passa de preguiça pessoal ou tirania do hábito" (*Sem. relig. de Paris*, jan. 1958).

[20] Como, por exemplo, um jovem religioso que, encontrando após muitos anos aquele que fora seu Mestre de noviços, expôs-lhe qual fora, para ele, o sentido de sua vocação. Intrigado, o Mestre de noviços indagou: "Mas por que você nunca me disse isso no noviciado?" O religioso respondeu: "O senhor nunca me perguntou e eu achava que agiria certo, seguindo seus conselhos. Só mais tarde compreendi o sentido mais preciso de minha vocação, e adquiri maior iniciativa. Com freqüência foi este o tipo de educação ministrada, antes do Concílio, nos seminários e noviciados.



Digitalizado com CamScanner

causa de sua maturidade maior, em parte por causa de certo ressentimento pela maneira como abusaram de sua boa vontade, foram eles obrigados a reexaminar as decisões tomadas no tempo da adolescência ou juventude. De certa forma, esta crise é natural e faz parte da evolução da vida individual, como à da vida social. Aqueles que não a atravessam poderiam atribuir esta ausência de crise ao fato de, em sua juventude, terem tido uma personalidade ou maturidade psicológica menos forte. Seu antigo conformismo nem sempre será sinal promissor de perseverança, como se vê nalguns jovens sacerdotes que, durante o tempo do seminário não ergueram nenhuma oposição ao regulamento, mas atravessam depois crise mais grave do que os outros que a puderam superar no seminário.

São freqüentes os casos de pessoas que, tendo-se mantido longamente num estado infantil de dependência e submissão aparente, despertam um dia, já em idade mais avançada, quando responsabilidades maiores fazem-nos reconhecer a sua educação errônea. Originam-se, então, graves conflitos entre sua vontade e a dos superiores, a de Deus, da esposa, dos pais. O tratamento de tais casos requer longa paciência e acolhimento para que a pessoa recupere a serenidade necessária e consiga uma atitude de aceitação (obediência) conveniente e indispensável. Sua afetividade foi profundamente atingida e só o tempo vai apaziguar o sofrimento e mágoa que lhe foram infligidas, mesmo involuntariamente.

Trata-se de sutilezas, sem dúvida, mas que têm sua importância, e que a psicologia não-diretiva e os novos métodos de educação nos terão ajudado a discernir, embora apresentem por vezes certo exagero noutro sentido.

O próprio Pe. Laplace[21] aproxima-se de um tipo de

[21] J. LAPLACE, *La direction de conscience ou le dialogue spi-*



Digitalizado com CamScanner

direção que confere maior respeito à iniciativa do dirigido, mesmo que, vez por outra, o diretor "precise ser exigente" (pág. 80). Escreve ele, com efeito:

"O Pai espiritual não se fecha nos sentimentos que ele experimenta ou suscita, tampouco se deixa enganar na obra empreendida: progressos realizados ou resultados atingidos. Vê-se subordinado a uma ação que não lhe pertence regrar conforme a própria vontade... Assim, seu método exclui qualquer paternalismo e arbitrariedade.

Sem fixar previamente o plano de vida cuja execução vai exigir, seu método visa antes a eliminar os verdadeiros obstáculos que impedem um ser de abrir-se à luz de Deus. A seguir, como na educação natural, o diretor se esforça por despreender as forças profundas do indivíduo... e desde o início encara o amor que está no ser como o melhor dinamismo, capaz de vencer todas as dificuldades. Quanto tempo lucramos se confiarmos nele, mesmo se, no princípio, parece que marcamos passo... Assim também ele aprende a não ser logrado por uma generosidade excessivamente voluntária...

Para o nosso consulente, o verdadeiro progresso é aquele que nasce de uma liberdade consciente e de um coração capaz de doação pessoal... Por isso, não hesita em permanecer longo tempo nas preliminares da vida espiritual, anos até, se preciso for... Uma falsa manobra, o desejo de um resultado rápido ou tranqüilizador podem comprometer gravemente o futuro e bloquear a pessoa que receia enganar-se ou desagradar..." (págs. 76-79).

*rituel*, Mame, 1965. Interessante lembrar aqui a resposta de C. G. JUNG, interrogado pelo Rev. Morton T. KELSEY sobre que aproximação ele julgava mais semelhante a seu sistema de *Counseling*: "A direção cristã clássica do catolicismo romano na França, no século XIX" (Cf. *Journ. of Rel. and Health*, abril 1970, pág. 121.



Digitalizado com CamScanner

Por caminhos diversos o padre conselheiro aplica-se também em tornar a pessoa mais lúcida sobre si mesma, sobre certas defesas ou resistências. Voltaremos a falar do assunto. Ele desenreda, certo de que no dia em que estas resistências desmoronarem, a vontade será naturalmente movida a amar a Deus e ao próximo, libertando-se de seus temores e preocupações ou motivações adventícias. É precisamente para formar o padre, a fim de discernir melhor, à luz da psicologia dinâmica e profunda, as motivações subjacentes, e a não substituir à vontade livre movida pelo amor — que afinal de contas vem de Deus — que visará à formação ministrada àquele padre ou a qualquer outra pessoa encarregada de guiar os outros nos caminhos da Providência.

Poderíamos talvez dizer que é nesta escola do discernimento de suas próprias motivações[22] e as de outros, e não mais somente dos "espíritos" bons e maus, que serão formados os padres-conselheiros-psicólogos. Distinguirão melhor as motivações atribuídas aos instintos, aos humores, ao meio social e educativo, ao passado e ao presente, ao espírito e ao coração, à graça, e assim serão formados mais especial e longamente.

Por isso também sua intervenção será particularmente válida, não tanto para dirigir habitualmente este ou aquele penitente, quanto para ajudar a resolver os problemas difíceis em que a boa vontade está entravada, ou se arrisca a fazer escolhas e decisões de importância. Poderão, então, eles mesmos, recorrer à opinião de médicos especialistas ou psiquiatras, dos quais

[22] O termo "motivação", empregado pelos psicólogos modernos substitui, vantajosamente o termo "espíritos" que, para Descartes eram feitos de matéria sutil, circulando no sangue, e muitos autores espirituais eram anjos e demônios, inspirando bons ou maus pensamentos. Motivação significa toda espécie de impulsos, de pressões (por exemplo, social, educativa) ou aspirações de ordem superior.



Digitalizado com CamScanner

aprenderam a linguagem ou maneira de intervir. No fundo, cada conselheiro, no domínio das atividades humanas é perito num setor particular que forma a sua especialidade: jurisconsulto, educador especializado, assistente social, conselheiras familiares. Trabalhando muitas vezes em equipe, com outros especialistas, correm menor risco de cometer erros e dilatam seus pontos de vista. Assim agirá o padre que tiver estudado mais especialmente as ciências psicológicas, não para se confirmar neste setor profano, mas para exercer sua ação no deslindamento da conduta humana e na maneira de lidar com os outros.

Se a filosofia e a teologia ensinadas aos futuros padres deverão levar em conta, cada vez mais, a contribuição das ciências positivas (sociais, psicológicas, técnicas), é também evidente que, ao terminar a teologia básica, será cada vez mais necessário formar padres especialistas nesta ciência aplicada e na arte de compreender e aconselhar não somente as almas, mas os homens, com seus problemas de vida humana que condicionam sempre, e mais do que se pensa, sua própria vida espiritual e religiosa.

## 4. O padre conselheiro-psicólogo

As palavras precedentes já nos permitem vislumbrar qual será a função peculiar do padre conselheiro, formado em psicologia, sem ser psiquiatra ou psicanalista profissional. A isto anseiam hoje, legitimamente, muitos padres que não têm a possibilidade ou desejo de seguir longos cursos especializados em medicina, psiquiatria ou psicanálise, mas gostariam, entretanto, de ajudar os homens que a eles se dirigem em suas dificuldades, mesmo fora do plano espiritual [23].

[23] Encontramos na obra de YVES SAINT-ARNAUD, *La consulta-*



Digitalizado com CamScanner

Como ao lado de médicos, há lugar para enfermeiros, ao lado dos psicanalistas para educadores especializados, para cinesioterapeutas, conselheiros familiares e industriais, devemos reconhecer e até mesmo desejar haja padres que, ao terminar sua teologia, ou mais tarde, especializem-se nas ciências psicológicas, cujo domínio é imenso, mas que lhes podem favorecer, com relativa atribuição, no exercício de sua função de padres conselheiros-psicólogos, ou simplesmente, padres conselheiros, diferentes de padres diretores de consciência.

Reforça este argumento o que dizem médicos psiquiatras e psicanalistas sinceros, reconhecendo a necessidade de padres formados em psicologia, para ajudar grande número de clientes seus, cujas enfermidades não são inteiramente tributárias de seus métodos, mas que, implicando problemas de ordem moral ou espiritual, nem sempre podem ser resolvidos a não ser através de confiante colaboração.

Nos Estados Unidos, a *Academy of Religion and Mental Health*, fundada em 1954 e que consta de diversos milhares de membros, pastores, médicos, padres, rabinos etc., há vários anos vem realçando a urgência desta colaboração e propõe-se a dar-lhe uma formação apropriada, à qual voltaremos oportunamente.

De um lado, com efeito, os psiquiatras ou psicanalistas, por neutralidade espontânea, abstêm-se de penetrar no domínio religioso ou moral que, não é desprezível no entanto, na crise que hoje atravessam muitos jovens estudantes ou adultos desamparados pela

*tion pastorale d'orientation rogérienne*, Desclée De Brouwer, 1969, especialmente no capítulo 3, toda uma gama de interpretações da maneira de conceber a atitude do padre durante o diálogo pastoral de inspiração rogeriana. Essa diversidade, um pouco decepcionante, indica também, talvez, que cada um deve encontrar a fórmula que corresponde a sua "idiosincrassia" numa linha de orientação mais ou menos inspirada em Rogers.



Digitalizado com CamScanner

rejeição dos valores tradicionais. Por isso, tantos fracassam na cura destes doentes. Uma pesquisa entre 500 estudantes "undergraduate" da Universidade de Harvard, indica, no dizer do Dr. Graham B. Blaine Jr, chefe do Departamento Psiquiátrico desta Universidade, que um dos principais motivos que levam estes estudantes a consultar os serviços psiquiátricos é a necessidade religiosa e falta de filiação a um grupo religioso, ao passo que aqueles que já se integraram nestes grupos, têm menos necessidade de tais serviços [24].

Ainda outro fator, conforme observa o Rev. G. Anderson, fundador desta Academia: se é verdade que os códigos morais e as atitudes por vezes hipócritas foram rejeitadas pela geração jovem, não se conclui daí que desejem abandonar os valores morais e religiosos, mas tão-somente procuram descobrir os mais autênticos [25]. Mesmo que muitos problemas psiquiátricos não sejam de natureza religiosa, é raro, escreveu o Rev. Mc. Leave, em seu Artigo *"Medicine seeks the Clergy"*, não terem uma incidência religiosa [26].

De outro lado, como observou judiciosamente o Pe. James E. Royce, por mais que os psiquiatras quisessem responder a essas questões de ordem moral e religiosa em função de um problema concreto, sua formação, excessivamente limitada à pura ciência psiquiátrica, não os permite. Através de uma permuta com padres ou pastores, formados por sua vez em psicologia, eles poderão aprender a responder aos seus doentes; muitos terão a aprender com os *clergymen*, assim como esses lucrarão com os conhecimentos dos médicos [27]. As informações provêm das duas partes, e in-

[24] Academy Reporter, fev-março 1970. Editorial.
[25] Academy Reporter, abril 1969, Editorial.
[26] *Journal of Religion and Health*, abril 1963, págs. 239 e seg. Ver também, no mesmo número, os artigos de H. MORRIS e Th. HORA.
[27] *Academy Reporter*, março 1969, Editorial.



Digitalizado com CamScanner

dicam, com evidência que, em muitos casos, a solução não pode ser puramente científica, nem estritamente religiosa.

A colaboração não é, portanto, somente aquela que pode e deve por vezes existir no plano do tratamento dos casos, mas a que se situa no nível da própria formação dos médicos e dos padres. Freqüentemente torna-se difícil separar o ponto de vista e as técnicas próprias de um e de outro. É exatamente uma visão integrada do sentido da vida e dos valores, na condição física em que ele se encontra, que permite ao paciente reencontrar um melhor equilíbrio, superar uma crise que era, ao mesmo tempo, moral e física. Assim se explica o fato de alguns pacientes com nervos à flor da pele, procurarem instintivamente o médico que lhes pode oferecer garantias morais e levarem em conta, pelo menos implicitamente, certas exigências religiosas, e o fato de outros se dirigirem antes ao padre psicólogo ou a um simples padre que os poderá ajudar naquela contingência. O homem é um todo. Conforme a importância que confere aos valores morais e religiosos, ou ao atendimento médico, irá consultar um desses guias para discernir seus problemas e reforçar a esperança. A psicoterapia reencontra assim, mas num plano mais científico, seus antigos métodos de tratamento religiosos e profanos, intimamente mesclados [28].

De algum tempo para cá, também na França, os médicos-psicólogos procuram completar seus pronunciamentos, travando diálogos com padres-psicólogos, ao passo que antigamente, parecia que somente aos padres caberia recorrer aos psiquiatras ou psicólogos lei-

[28] Ver a este respeito o artigo de J. Zalokar, *Human Values and Psychotherapy*, em "Humanitas" 1969 (4) 293-300, onde realça que os problemas de psiquiatria são de natureza interdisciplinária, referente à filosofia, à religião, à pedagogia, à sociologia e criminologia.



Digitalizado com CamScanner

gos, a fim de receber deles alguns esclarecimentos. Hoje, os médicos solicitam dos padres, formados em psicologia, um conhecimento mais profundo dos valores vividos que a religião apresenta, e uma antropologia mais completa, mais transcendente, para melhor compreenderem e ajudarem com maior eficiência, os seus clientes. Embora não tão adiantado quanto nos Estados Unidos, nem por isto este esforço merece deixar de ser mencionado.

Para distinguirmos algumas diferenças precisas entre a função do padre conselheiro e a do leigo ou médico-psicólogo, eis algumas indicações:

a) Tanto uma como outra maneira de aconselhar, a leiga ou a pastoral, baseia-se em ciências e técnicas psicológicas, em certa experiência dos problemas da vida, numa formação didática e prática para analisar os casos e resolvê-los. Mas a arte de aconselhar, de tipo pastoral, supõe, além do mais, uma formação teológica [29] (dogmática e moral), um estudo da teologia espiritual, certa experiência desta última e, finalmente, exercícios práticos que correspondam mais especialmente a fatos de ordem pastoral. Não é com casos puramente clínicos, embora úteis, até indispensáveis, que se pode formar uma teoria propriamente pastoral para abordá-los.

b) Uma e outra maneira de aconselhar, quando não se trata de médicos, psiquiatras ou psicanalistas profissionais, excluem os meios peculiarmente reservados a essas profissões, tais como a interpretação dos sonhos no sofá, o emprego de drogas ou produtos farmacêuticos [30]. O mesmo se diga do uso abusivo de testes, e so-

[29] Ver Russel DICKS, um dos promotores do Pastoral *Counseling, Principles and Practice of Pastoral Care*, Prentice Hall, Englewoods. Cliffs, N. J. 1963, pág. 17.

[30] Ver Gordon E. JACKSON, *The Pastoral Counseling*, his identity and Work in *J. of Religion and Health*, abril 1964, págs. 250-270. Ou ainda S. HILTNER and COLSTON L., *Principles and Context of Pastoral counseling*, Abingdon Press, N. Y. 1961, pág. 30.



Digitalizado com CamScanner

bretudo dos testes de personalidade, como o *Rorschach*, ou o *Thematic Apperception Test*, que, para serem bem aplicados, exigem prática aprofundada e poderiam ser considerados pelos que pedem conselho como uma intrusão ilegítima em sua personalidade, especialmente quando se trata de um sacerdote. Tal maneira de agir, mesmo aparentemente consentida, poderá prejudicar a relação confiante e espontânea que se deve estabelecer entre o padre e aquele que o vem procurar. Não significa que o padre não possa, com o consentimento do consulente, ficar a par dos resultados de um teste feito por um psicólogo profissional, e não deva, também ele, ter certa iniciação na técnica dos testes. Uma coisa é ter informações necessárias sobre os resultados de testes, outra coisa é ele próprio submeter seu consulente a tais meios de elucidação.

c) Por outro lado, o padre poderá servir-se, sem comunicar ao consulente, dos conhecimentos que tiver adquirido, concernindo os dinamismos psicológicos ou fisiológicos, sociológicos que fazem parte da psicologia dinâmica e da psicologia pedagógica ou evolutiva. Tais conhecimentos vão-lhe ser úteis para compreender os problemas e reações dos consulentes ou pessoas que com eles têm contato atual ou tiveram no passado. Avaliará à medida em que terá de comunicá-las a seu interlocutor para ajudá-lo a compreender-se a si mesmo e saber aceitar-se.

d) Além disto, o conselheiro pastoral será sempre mais provido de recursos do que o conselheiro profano, recursos provenientes dos seus conhecimentos de teologia espiritual [31] e moral, da própria experiência pastoral e da vida espiritual da graça que lhe confere o sa-

[31] Ver o recente artigo coletivo publicado por W. B. OGLEBY Jr, em homenagem a S. HILTNER, *The New Shape of Pastoral Theology*, Abingdon Press, Nashville (Tenn.) 1969, 3ª sec.



Digitalizado com CamScanner

cerdócio para conduzir os homens. Conforme realçou E. N. Jackson em seu trabalho [32], a arte de aconselhar, de tipo pastoral difere da maneira dos leigos, pelo fato de ser, basilarmente, um processo religioso. E aqui encontramos possíveis confusões entre o tratamento profano e o tratamento, antes de tudo, religioso. Se a psicoterapia mais especificamente religiosa exercida pelo padre visa, como a psicoterapia profana, a reconciliar o homem subdividido, seus métodos não se encobrem senão em parte. A reconciliação consigo mesmo e com o próximo será, na ótica pastoral, muito mais ligada à reconciliação com Deus, tornando-se para ele, o termo ou o meio. A liberdade à qual o padre conduzirá ou procurará conduzir seu consulente, vai ser de um nível mais elevado do que aquela à qual se limita e quer limitar-se o psicanalista psicólogo. A "salvação" não será apenas cura psicológica, mas também espiritual e religiosa [33]. O mesmo acontece no colóquio: a relação que se instaura deve envolver-se do amoroso acolhimento, manifestado pelo Cristo a cada pessoa, e tentará conduzir o homem até o Cristo, desprendendo-o a pouco e pouco de seu conselheiro. Este amor paciente e misericordioso levará o consulente a crer no amor de Deus de que muitas vezes tem medo, contra o qual se defende. Desta maneira, o padre ajudá-lo-á a perdoar ao seu próximo ou a aceitar suas próprias mágoas. Finalmente, o o sacerdote recorrerá à oração e aos outros meios de obter a "cura" daquele que com ele dialoga.

A relação e os meios de que se servirá o padre, serão, pois, em parte, diferentes. Sem dúvida, o contingente humano e os recursos técnicos utilizados estarão sempre presentes, mas transformados e enriquecidos

[32] E. N. JACKSON, *The Pastor and his people*, N. Y. 1963, pág. 142.

[33] A este respeito ver o artigo coletivo publicado em H. FORTMANN, *Saulte e Salvezza*, Roma-Brescia, Herder-Morcelliana, 1969, cáp. 4, págs. 85-95, reduzido do holandês.



Digitalizado com CamScanner

pelos recursos propriamente espirituais e sacerdotais. Visarão a formar o homem perfeito, plenamente humano e plenamente cristão. Será interessante confrontar, a respeito deste assunto, o discurso pronunciado pelo papa Paulo VI aos representantes das "Equipes de Nossa Senhora" sobre o casamento, com o texto da Encíclica "Humanae vitae". Percebemos, conforme realçou o Pe. H. Caffarel, conselheiro espiritual das Equipes, o quanto este discurso corresponde a problemas vividos, a dramas de consciência previamente apresentados aos papa por alguns membros do Movimento.

> "Tomei conhecimento, diz o Pe. Caffarel, pelas confidências recebidas no próprio dia, ao acaso dos encontros, nas ruas de Roma: caíram as vendas que cingiam as consciências; instantaneamente dissipou-se a ansiedade que envolvia, há anos, a vida de determinado casal. Não foi apenas o ensinamento do Papa, mas também a sua "humanidade" que atingiu o auditório... quando ele incitou todos os padres a serem testemunhas atuantes do amor de Nosso Senhor. Realmente impressionante ouvir o papa falar como 'pai espiritual'. Não abandonou, sem dúvida, a posição de 'Doutor', mas mostrou-se admiravelmente compreensivo" [34].

Não se cogita, é evidente, de abandonar os princípios, conforme veremos. Podemos ser muito acolhedores, cheios de aceitação, compreensíveis, compassivos sem, no entanto, renegar as exigências da moral cristã; aceitar a pessoa e compreender, através do coração, suas dificuldades, aceitar mesmo suas faltas e fraquezas, sem aprovar-lhe os atos [35].

[34] H. CAFFAREL, em *Informations Catholiques Internationales*, 15 de junho de 1970, págs. 18-19.

[35] Ver o opúsculo do *Loyola Project de Chicago*, Julho de



Digitalizado com CamScanner

Dois exemplos diferentes ajudar-nos-ão a compreender melhor a maneira apropriada do conselho sacerdotal ou religioso.

O primeiro exemplo não diz respeito a um padre, mas a uma religiosa encaminhada à casa de certa jovem senhora que tentara um aborto, sem resultado. Deve permanecer acamada durante alguns dias, por ordem médica. Muitas das respostas da religiosa poderiam também ter sido feitas por um sacerdote, dominado, como ela, por uma visão quase unicamente moralizadora das coisas da vida, não levando em consideração o problema psicológico, e não tentando ouvir e compreender os motivos que levaram a senhora àquele extremo.

Ao chegar, pois, na casa da enferma, esta faz menção de se levantar para receber a religiosa que lhe diz:

— Não se levante; estou aqui para ajudá-la.

— Mas, irmã, eu não quero conservar a criança!

— Você já pensou que está pondo uma vida em jogo? Lembre-se de todos estes sábios, de todas as pesquisas que fazem, a fim de salvar uma vida. Todos os sacrifícios empregados quando certos alpinistas se perdem nas montanhas: arriscam-se outras vidas para levar-lhes socorro.

Vemos aqui como é moralizadora a primeira reação da religiosa, e quão dominada está pela angústia de não cumprir seu dever, de não provar a verdade diante desta criatura, tornando-se cúmplice, pelo silêncio, de uma ação criminosa. Não há dúvida de que a lei moral tem de ser levada em consideração, mas não é psicológico reafirmá-la, de início, com energia e num tom angustioso. A mulher não está preparada para recebê-la. E todo o problema psicológico consiste em descarregar a angústia daquela pessoa, fazendo-a

1960, publicado pela Academy of Religion and Health, N. Y., e intitulado *Religion and Mental Health*, págs. 24-25.



Digitalizado com CamScanner

explicar seu gesto e por que desejou interromper a gestação. Ao mesmo tempo, urge saber com serenidade, e compaixão realmente humana e cristã, as explicações apresentadas.

Agindo de outra forma, a religiosa corre o risco de obter justo o oposto do que deseja, pois reaviva a angústia da criatura que se sente incompreendida e ameaçada pelas condenações, assim como pela perspectiva de ter de criar uma criança a mais, filho de um marido alcoólico que tanto já a fez sofrer, como veremos.

A prova de que o problema do aborto é aqui dominado pela perspectiva de criar outra criança, é-nos dada pela resposta aos conselhos moralizadores da irmã:

— A senhora não conhece o problema de ter muitos filhos. Não quero mais. Hoje mesmo disse ao médico: "agora que o trabalho foi começado, se o Senhor quiser terminá-lo resolveremos tudo depressa".

A irmã manteve-se calada.

O silêncio da religiosa que o relatório realça, demonstra que a réplica da enferma atingiu-a e esconde mais uma criança, problema diante do qual nada sertou-se com o problema psicológico do nascimento pode fazer. A formação que lhe deram foi unicamente moralizadora e não suficientemente psicológica. Entretanto, possui tato bastante para não insistir. Ambas, porém, mantêm-se em suas posições e a mãe não é aliviada na sua aflição por não sentir na religiosa a compreenção necessária, atitude bem demonstrada através de um silêncio tenaz. Assim sendo, precipita os fatos provocando ela mesma o aborto durante a noite e, por leve vingança contra um moralismo incômodo, assume tom irônico ao receber, na manhã seguinte, a religiosa:

— Estou livre e contente, diz ela com amplo sor-



Digitalizado com CamScanner

riso. Desta vez foi facílimo. Creio que a senhora me deu sorte!

A religiosa, atingida em cheio, e mortificada por ter fracassado, reagiu bruscamente, dizendo:

— Cale-se, por favor!

A moça, sentindo-se culpada por ter ferido a religiosa que caridosamente ali está para ajudá-la, acrescenta:

— Desculpe-me pelo trabalho que lhe estou dando.

— Não é o trabalho que me preocupa...

— Eu sei, mas não quero mais ter filhos.

Outra vez ainda, temos a impressão de que o verdadeiro problema, que parece ser também o problema prévio, origina-se num nascimento supernumerário, onde imperam a embriaguez, a discórdia, o desentendimento. Sim, como ter coragem de criar mais filhos quando, em vez de ser amparada, pelo amor conjugal, tem-se, pelo contrário, de suportar um marido que se embriaga, que desperdiça o dinheiro do lar e, pelos seus acessos de cólera, torna a vida insuportável? E a religiosa, diante destes fatos, continua muda.

No dia seguinte, da cozinha, a irmã ouve a paciente dizer a um dos filhos:

— Entregue isto à irmã para ela guardar; mas, cuidado! não abra o tubo.

Estas palavras dirigidas ao filho, talvez encerrassem ainda certo desejo de provocação vingativa contra a religiosa. Em todo caso, veremos como esta caiu na armadilha, em vez de deixar morrer a palavra que não lhe fora diretamente endereçada. O relatório prossegue nestes termos:

A religiosa examina o tubo de sulfato de quinino. Ainda resta um terço. Que decisão tomar! O mal estava feito, mas ela mantinha a arma nas mãos. Hesitação. Prece. Abre o tubo e joga, na pia, o restante do remédio. "Agora, meu Deus, que devo dizer?"



Digitalizado com CamScanner

Zangar-se contra o remédio é evidentemente inútil, pois o mal fora praticado. Portanto, trata-se de uma clássica reação de descarga emocional, no caso de descontentamento. Destrói-se o instrumento que serviu para o crime. O apelo para Deus demonstra que a religiosa, consciente do seu fracasso, busca na oração uma inspiração e segurança. E não é inútil, na medida em que essa atitude a torna mais serena e paciente, acalma sua irritação e faz-lhe baixar o tom da voz.

Após ter esperado a inspiração que só na tranqüilidade pode vir, vendo ainda na jovem mãe uma pessoa a quem deve dar justa lição, como a uma criança que brinca com instrumento perigoso, a religiosa intervém com autoridade, conforme demonstra o seguimento do relatório.

Enquanto arrumava o quarto, (a irmã) resolve falar:

— X, não procure o tubo de quinino.

— Por quê? a senhora jogou fora? Não devia ter feito isto, pois custa caro.

— Talvez...

Este "talvez" encerra algo irritante para a jovem mãe que se sente tolhida na sua liberdade. Numa atitude semelhante à de adolescentes aos quais se recusa uma permissão retirando-lhes um meio de agirem mal, ela procura imediatamente mostrar sua altivez e vitória:

— Não faz mal; conheço uma pessoa que me fornecerá quantos eu queira.

É a vez agora de a religiosa mostrar certo despeito, e exprimir seu receio do mau emprego de remédios perigosos. O mais simples, pensa ela, não é o de suprimir tais instrumentos. E prossegue:

— Não tenho dúvidas. Para mim, este remédio é uma arma, e quanto a armas, nunca soube guardá-las...

Silêncio mútuo.



Digitalizado com CamScanner

Sempre irônica e saboreando sua vitória a paciente acrescenta:

— Irmã, noutra circunstância igual a esta, posso mandar chamá-la de novo, não é?

— Acho melhor, não...

O diálogo torna-se agridoce, como se percebe, e poderia fazer pensar à ex-gestante, que a religiosa veio "para fazer-lhe um benefício", ou melhor, para impedi-la de cometer um mal, e nestas condições, se ela mesma está resolvida a não ouvi-la, será inútil voltar para ajudá-la. Do seu ponto de vista, a caridade deveria ser perfeitamente desinteressada e não se exercer sob a condição que a outra parte queira proceder acertadamente. Esta "condição" imposta ao serviço prestado, que deixou de ser totalmente gratuito, mas orientado para fins religiosos, que o parceiro não aceita, não está muito de acordo com o Evangelho que pede à criatura humana ser perfeita como o Pai celeste que derrama seu sol e sua chuva sobre bons e maus, que perdoa "até 70 vezes 7". Esta atitude de serviço incondicionado foi retomada pelos psicólogos, como condição do diálogo frutuoso, que acaba por vencer as resistências.

Um padre que trabalhava junto de jovens delinqüentes saídos da prisão, bem compreendeu esta versão: sem desanimar, após ter dado a um destes adolescentes certa quantia de dinheiro para pagar sua pensão — que o menino gastou noutras coisas que o tentaram — tornou a dar-lhe a mesma quantia para entregar a senhoria, e uma terceira vez ainda, sendo esta última a que teve resultado. O rapaz perdeu a coragem de abusar. A caridade condicionada, ou se preferirmos, "sob condição", jamais conseguirá as mesmas transformações. Ela obriga o indivíduo a fazer o que se lhe aconselha, mas ele nunca o fará com a mesma boa vontade, mesmo que concorde em atender.



Digitalizado com CamScanner

Voltemos, porém, à nossa narrativa.

No outro dia, as horas decorrem penosamente. Cada vez que encontra o marido, a senhora X declara: "Vou viver longe de você, para sempre". Vinga-se ele na bebida, fala aos gritos, na frente dos filhos. A mãe, desejosa de dominar a situação ergue mais alto a voz. (Percebemos facilmente o drama da vida conjugal e familiar, drama do qual a religiosa não se preocupou, quando, no entanto, deveria desde o início ter procurado conhecer os motivos profundos da rejeição da criança por nascer).

Extenuada, a mulher chega à cozinha e diz:

— Só me resta uma coisa: atirar-me pela janela.

A irmã sonda o terreno para ver se há sinceridade naquelas palavras:

— Tente, e você verá o que acontece!

Tal réplica, provocante, é verdadeiramente desastrosa, e mais ainda neste caso, pelo fato de a mulher já ter tentado o suicídio, como demonstra a resposta que segue:

— A senhora está rindo, mas olhe aqui! (Mostra o pulso com uma grande cicatriz). Um dia, não agüentei mais... Outra vez, atirei-me no rio...

Nesta hora, a irmã comoveu-se e disse:

— Perdoe-me, eu a compreendo!

A partir deste momento — tarde demais, pois era seu último dia de trabalho — o diálogo vai mudar completamente de tom, e a mulher, tocada pela humildade sincera da religiosa, faz-lhe novas confidências, ciente de que começava a ser compreendida:

— Minha irmã, preciso dizer-lhe tudo. Resolvi partir com um amigo meu... Há sete anos tento viver assim, agora vejo que não é mais possível: tenho direito à minha felicidade!

Este desabafo, que deixa entrever a dramaticidade da situação, não consegue remover o bloqueio da



Digitalizado com CamScanner

afetividade humana da religiosa, sempre e exclusivamente preocupada com os interesses da alma de sua paciente, em quem ela vê uma pecadora a trazer de volta ao redil da salvação.

— De todo coração deploro sua sorte. Não quero perturbar a confiança que você tem em seu amigo... Em todo caso, se um dia ele a deixar, lembre-se de que haverá sempre Alguém que nunca a abandonará.

Sem dúvida, uma palavra de "compreensão afetiva", de participação aos sentimentos daquela criatura, teria sido muito mais oportuno do que a expressão de "pena" (deploro sua sorte). E nada exigia a consideração do caso como dependendo unicamente da misericórdia divina. A decisão talvez pudesse ter sido transferida, mas vemos que desta vez a religiosa desistiu de fazer a jovem mãe mudar de opinião. Uma e outra precisavam, sem dúvida, de mais tempo, e uma reflexão mais tranqüila. Entretanto, a frase concernente à incansável misericórdia de Jesus, à qual a religiosa confia sua cliente, mesmo que possa na hora oportuna produzir seus bons efeitos, visa a uma misericórdia remota, não suficientemente manifestada naquele momento, do ponto de vista humano, pelos representantes de Deus, para que a mulher mude os sentimentos a seu respeito. Por isso, responde assim:

— Compreendi a quem a senhora se refere: a Deus. Olhe, minha irmã, eu já não creio nele, porque, se ele existisse, não me deixaria em semelhante situação...

— A senhora o invocou?

— Não (porque era precisamente a confiança que faltava para poder rezar).

— Desta minha passagem por aqui, guarde apenas isto: "Ele não a abandonará!"

— Obrigada, a senhora é muito boa e quer dar-me coragem.

Tudo indica, por estas últimas palavras, que o diá-



Digitalizado com CamScanner

logo mudou de tom e tornou-se mais aprofundado. Cada uma das interlocutoras revelou seus sentimentos íntimos, ou pelo menos, começou a fazê-lo. Todavia, a religiosa paira ainda muito acima do humano: coloca-se numa esfera unicamente religiosa, e permanece motivada pelo receio de não cumprir seu dever apostólico, como demonstram as perguntas colocadas no fim de seu relatório e onde deixa transparecer a dúvida de cumplicidade pelo silêncio.

"Diante das respostas peremptórias (da mulher), nossos silêncios não são uma aquiescência ao aborto? E nossa ajuda? Visto não ter escondido de ninguém o que fizera, aos olhos dos amigos, dos vizinhos, nossa atitude não será um incentivo, direi mesmo, uma colaboração ao ato?"

Nosso erro consiste no fato de, aspirando ansiosamente descarregar nossa consciência de toda responsabilidade nas decisões tomadas pelo outro, sermos assim involuntariamente levados a fazê-lo pecar com maior conhecimento de causa, por lhe repetirmos, em vão, que comete pecado grave. O único meio de afastá-lo seria o de tomarmos o seu fardo, aceitarmos, pelo menos provisoriamente, ser "anátemas por nossos irmãos", como dizia são Paulo, e, acompanhando-o gratuitamente em sua infelicidade, sem preocupação apologética, fazer-lhe vislumbrar a humanidade do Cristo através de nossas atitudes, e assim, reconciliá-lo com Deus, a quem terá aprendido a conhecer melhor.

Talvez tenhamos podido entrever, por este exemplo, o que pode ser a atitude do conselheiro cristão, seja ele sacerdote, religiosa ou leigo, sem separar o humano do ponto de vista moral ou das exigências divinas, mas levando em conta o que as pessoas naquele momento são capazes de suportar, as dificuldades que as abatem e impedem-nas de aceitar a lei de Deus ou a lei moral.



Digitalizado com CamScanner

Vemos também, em todos estes diálogos, que a religiosa, dominada por sua angústia, afastou de sua interlocutora, qualquer oportunidade para expor seu ponto de vista, ou mesmo não a incitou com desejo sincero de compreendê-la.

O oposto deste fato sucedeu com outra jovem senhora que também provocara um aborto. Encontrando-se com antigas amigas das quais se separara por muitos anos e para as quais descrevia seu gesto, encontrou nelas uma compreensão tal que a fez pronunciar essa observação característica: "Creio que, se tivessem vocês perto de mim naquela ocasião, nunca teria feito o que fiz".

Outro exemplo ajudará a compreender, de maneira mais positiva, a atuação do padre conselheiro junto a uma moça, ajudando-a a não levar avante seu projeto de casamento com um homem casado que extorquiu o consentimento da esposa para esta nova união.

Francisco casara-se legitimamente alguns anos antes. Sua mulher o atraíra mais pelos encantos exteriores do que pelas qualidades de espírito ou inteligência, do que era, aliás, pouco provida. Ele próprio não conseguira ainda a promoção social e profissional de que seu valor fazia jus. Percebia cada vez mais a distância que o separava da esposa com quem já não podia estabelecer intercâmbio cultural proveitoso, pelo menos numa linha comum: era ela de preferência artista e sentimental, como ele mesmo o fora quando jovem; os anos, porém, levaram-no a encarar a vida com espírito realista e positivo. Portanto, entre ele, homem de negócios, dado às ciências, e ela, que se refugiava cada vez mais nos sonhos, o abismo se alargara.

Outra fonte de decepção provinha da falta de filhos. Ambos sofreram igualmente, mas a ele, o



Digitalizado com CamScanner

sofrimento levou para uma busca de sucesso exterior; a ela, para um maior confinamento pessoal. No meio em que ele trabalhava, suas qualidades humanas desenvolveram-se, e eram unânimes os elogios tecidos a seu caráter e generosidade. Por seu lado, a esposa sentia-se cada vez mais desprezada, e o que antes possuía de encanto físico, de dons artísticos, foi-se extinguindo.

Separado, assim, moral e afetivamente da mulher, Francisco encontrou, onde trabalhava, uma pessoa solteira, também não muito jovem, mas que brilhava pela sua comunicação, alegria, entusiasmo, dons que desejaria ter encontrado na mulher. Suas relações tornaram-se mais estreitas e aos poucos firmou-se nele o desejo de desposá-la.

Os acontecimentos pareciam, aliás, favorecer tais projetos. Desde algum tempo, a esposa apresentava todos os sintomas da apatia. Consultados diversos médicos, e após exames sucessivos, declarou-se grave seu estado. Seria preciso esperar ainda alguns anos? ou obter da esposa — obrigada, cada vez mais, a longos períodos no hospital — o consentimento do divórcio que lhe permitiria re-casar-se civilmente?

Assim se apresentava a situação. Tudo expôs àquela com quem desejava unir-se pela lei e essa considerava legítima esta última instância, isto é, obter a assinatura da doente. Neste ínterim, a pretendente é tocada pela graça, recupera a fé, decide voltar às práticas religiosas que há muito tempo abandonara. Põe-se em contato com um sacerdote, e, discorrendo sobre seus projetos, conheceu subitamente não ser possível, segundo a lei de Deus, casar-se com um divorciado.

Penosíssimo golpe para seu coração, pois, sem dúvida alguma, tal exigência desfazia longas e be-



Digitalizado com CamScanner

las esperanças. Procurou convencer-se, e tentou persuadir o padre amigo e conselheiro, que casos e circunstâncias existem que permitem derrogar à obrigação geral. Não seria possível, dadas as incompatibilidades de gênio, a esterilidade da mulher legítima, sua enfermidade sem esperança de cura, obterem um divórcio que tornaria um homem feliz, especialmente se sua esposa legítima a isto consentisse?

Percebeu o sacerdote, ao ouvir falar a sua interlocutora, que, para ela, a religião cristã, recém-descoberta e a duras penas, tornava-se causa de mágoa profunda, e frustrava-a de suas mais caras esperanças. Manifestou, portanto, compreensão total. Reconheceu que o bem das pessoas pode, às vezes, legitimar certas entorses à lei; disse, por exemplo, que se pode e deve-se mesmo esconder a um canceroso, a verdade sobre seu estado; casos há em que se pode legitimamente matar um assaltante para salvar a própria vida ou a dos filhos; roubar um pão da padaria no caso de extrema miséria.

Não se contentando, porém, com reafirmar a lei cristã sob uma forma categórica, parecia-lhe mais humano fazer ver a esta moça o quanto a solução projetada de um divórcio amigável com a esposa legítima seria, na realidade, uma injúria infligida a sua pessoa e ao amor que prometera ao marido no dia do casamento, contendo promessa de fidelidade recíproca. Ela consentia, certamente, nesta ruptura pela felicidade do marido, e como não tinham filhos, o divórcio não os tornava infelizes. Sem dúvida também, os cuidados materiais e hospitalares que o marido insistia em manter, demonstravam grande generosidade da sua parte. Mas os elos contraídos pelo matrimônio não



Digitalizado com CamScanner

poderiam jamais ser substituídos pelo dinheiro. O amor não é venal. Seria lícito ainda imaginar que a esposa, embora aceitando exteriormente, sofria em silêncio por este abandono, que aceitava, mais por resignação do que espontaneamente. Um amor tão íntimo como o amor conjugal não pode ser traído sem infligir profundo sofrimento a uma pessoa que já tinha de suportar grave enfermidade. Se, portanto, um dos argumentos para o divórcio era o direito de fazer passar o bem da pessoa acima das regras gerais, excessivamente formalistas e rígidas, neste caso apresentava-se, como ponto a considerar, o bem da legítima esposa, dispondo de todas as prioridades em matéria de direitos. Quem poderia afirmar que este sentimento de resignação aparente já não provinha do fato de desde há muito esta esposa sentir-se abandonada, devido em grande parte à negligência do marido que deveria ter lutado contra suas inclinações, a fim de manter um amor conjugal ameaçado? Talvez mesmo, a chaga profunda e a humilhação longamente suportada, seria em parte responsável do estado de apatia em que caíra a pobre criatura. Deus não quer, pois, unicamente salvaguardar uma lei, por ser uma lei arbitrariamente imposta, mas porque as exigências do amor o obrigam, e por todos serem igualmente seus filhos, sem que uns mereçam ser mais favorecidos do que os outros.

Apoiando-se num relato bíblico, em que vemos Deus castigar severamente Davi que privava Urias, seu servo, dos próprios direitos, retirando-lhe a mulher para desposá-la, o sacerdote mostrou que essa teve de submeter-se a tal exigência egoísta, ocasionando a Urias sofrimento profundo por ser o marido legítimo.



Digitalizado com CamScanner

Incitando-a a reler e meditar esta passagem da Bíblia em que Deus se revela protetor e vingador dos direitos dos humildes, o padre desejava, em vez de obter uma vitória pessoal sobre os argumentos da moça, colocá-la na presença de Deus de quem era simples representante. Diante do próprio Deus e da sua consciência é que deveria refletir no problema e tomar uma decisão. Acrescentou que uma resposta não poderia, evidentemente, ser dada na hora; Deus não nos põe a faca no peito, mas compreende perfeitamente quanto nos pode custar aceitar determinadas exigências suas. O próprio Nosso Senhor não passara três horas em agonia, ante de aceitar o cálice da Paixão que lhe fora enviado? E não se queixara, na Cruz, de sentir-se abandonado pelo Pai?

Carregando o peso dos argumentos, mas vendo também ruir a esperança do casamento projetado, entre lágrimas a moça declarou ser-lhe impossível renunciar à união tão esperada. Preferia viver sem os sacramentos. De outro lado, pressentia que iria perder a paz da alma, paz reconquistada pouco tempo antes. Viu-se, portanto, dilacerada entre duas decisões igualmente dolorosas.

No encontro seguinte com o sacerdote, confessou-lhe não ter lido a passagem da Bíblia por ele aconselhada. Preferia persistir em sua decisão, fossem quais fossem as conseqüências acarretadas pelo ato. Pediu-lhe ainda o padre alguns dias de reflexão e orações, dizendo-lhe não crer que sua decisão fosse irrevogável.

Com efeito, dias após, voltou, emocionada, assegurando não estar ainda em condições de tomar uma resolução formal. Lera o texto bíblico e recitara o Salmo Miserere, composto por Davi na ocasião daquela falta. Confessou também as suas



Digitalizado com CamScanner

murmurações contra a vontade de Deus, e a pouco e pouco, reencontrou a paz da alma, aceitando um pequenino crucifixo de madeira que lhe ofereceu o padre, símbolo de seu sacrifício.

Pelo que expusemos, percebemos que o diálogo pastoral não consiste numa simples aceitação do ponto de vista do outro, que teria todo o direito de agir como bem lhe parecesse, sem levar em conta as exigências morais ou religiosas. A paz e a verdadeira liberdade nem sempre se encontram no caminho da facilidade, e o padre não se poderia contentar com uma "neutralidade acolhedora", o que, além disso, não se lhe pede. O sacerdote não impõe também uma obediência cega. Procura mostrar as conseqüências desastrosas que decorrem de nossos atos, ao mesmo tempo que permite ao interlocutor amadurecer sua decisão diante de Deus, sem precipitar os acontecimentos. E desta forma, deixa a pessoa inteiramente livre, com a liberdade dos filhos de Deus. Mostra-se ao mesmo tempo humano e fiel aos ensinamentos do Cristo, compassivo e firme. Toda essa atitude, seria inútil dizer, sem prejuízo dos outros meios sobrenaturais, como a oração e os sacrifícios, a fim de obter àqueles que lhe estão a cargo, as graças indispensáveis [36].

## Apêndice: A prudência e o dom do conselho

Antes de terminar este capítulo introdutório, gostaríamos de elucidar um ponto de ordem talvez mais

[36] Paul E. JOYSON também concebe assim o ministério pastoral, em seu opúsculo *Pastoral Ministration*, Londres, 1960, pág. 11: utilizar-se dos ensinamentos e recursos que as ciências psicológicas oferecem, completando-os por meios de ordem teológica e sobrenatural.



Digitalizado com CamScanner

especulativa, mas que esclarece o papel do conselheiro e, por conseguinte, também o do padre conselheiro.

Santo Tomás, na Suma Teológica (2 2ae, Q. 47, a 8), apoiando-se de certo modo, nas sutis distinções introduzidas por Aristóteles[37] em sua *Ethique à Nicomaque* sobre a "prudência" e as qualidades que ela comporta, diz que a arte de aconselhar não deve ser confundida com a prudência que, no entanto, torna apto a aconselhar bem. Com efeito, o homem prudente é, antes de tudo, aquele que sabe tomar uma decisão ponderada e não somente ouvir as opiniões dos bons conselheiros. O bom conselheiro se mantém, de preferência, no plano especulativo: apresenta o pró e o contra, elucida a deliberação e escolha daquele que deve decidir. Mas de que serviria receber conselhos diversos, se não soubéssemos ponderá-los e chegar a uma conclusão?

O conselheiro assume, pois, o seu papel, quando analisa os diferentes aspetos de um problema, suas incidências, suas conseqüências. Não lhe cabe, porém, tomar a decisão. O máximo que pode e deve fazer, é advertir, propor uma ou mais soluções. E psicologicamente falando, vemos, efetivamente, homens excelentes conselheiros, mas incapazes de tomar, pessoalmente, uma decisão. Assusta-os a perspectiva de assumir uma responsabilidade que qualquer decisão comporta. Entretanto, no plano especulativo são desprendidos das paixões, o que os torna capazes de formar juízos serenos e encarar lucidamente os problemas.

Pessoa prudente é aquela que sabe tomar decisão ponderada e, neste caso, será também boa conselheira. Além do mais, é capaz de passar do domínio dos critérios especulativos para o domínio dos critérios práticos, aplicar convenientemente as decisões que po-

[37] ARISTOTELE, *Ethique à Nicomaque*, liv. VI, cap. 8-13 (1141 b 8 a 1144 b 1.



Digitalizado com CamScanner

deriam ter sido tomadas após a deliberação. Ora, por não haver verdadeira "ciência" do concreto, torna-se necessário que o homem prudente seja capaz de certo discernimento, de alguma capacidade de "conjecturar" o que será o melhor, ou consiga sair-se bem, seja apoiando-se em outros casos, jamais totalmente idênticos, mas bastante semelhantes. A arte de "aproximar" um caso de outro será por sua vez completada por uma intuição concreta, particular, daquilo que o problema concreto apresenta de especial. Assim, o julgamento prudencial e a decisão que o acompanha são guiados por duas qualidades de sentido inverso: a que a que permite aproximar casos entre si, num plano semi-especulativo, semi-prático, e a que permite ver também o que há de diferente, de especial no caso presente.

Eis por que, diz ainda santo Tomás, se a prudência é uma capacidade de julgar acertadamente, ela se situa, antes de tudo, na inteligência, diversamente das outras virtudes morais que lhes são subordinadas e que se encontram na afetividade bem regrada. Insere-se mais especialmente na inteligência prática (e não puramente especulativa) e num discernimento concreto dos casos e problemas que concernem à conduta. Nisto difere, igualmente, daquela outra inteligência prática que diz respeito às artes e técnicas, à fabricação dos objetos e utensílios. Os artistas e artífices que realizam, inventam, executam, não são sempre aqueles que sabem fazer cálculos, nos quais se apóiam os inventos; e ainda aqui, aparecem as diferentes formas de inteligência teórica e prática.

Conclui-se então que, sempre segundo a doutrina aristotélico-tomista, a arte de aconselhar apóia-se em conhecimentos especulativos, mas também em conhecimentos práticos (como o estudo dos casos) e na experiência adquirida pessoalmente. Mas, acrescenta santo Tomás, já vislumbrando antes dos psicólogos mo-



Digitalizado com CamScanner

dernos, a influência da vontade e da afetividade sobre o juízo e as relações inter-humanas, a prudência e o conselho exigem, do conselheiro, um verdadeiro amor pelo outro, e suficiente retidão da vontade que não falseie o julgamento, que não seja movido pela hostilidade ou desejo de agradar[38]. Santo Tomás pôde assim integrar no seu conceito da prudência a magnífica definição de santo Agostinho: ela é "um amor que faz discernir bem" (amor bene discernens: santo Agostinho. De mor. Eccl., cáp. 15). Entretanto, para ele, a prudência é, antes de tudo, obra da inteligência; e o amor lhe é condicionado, conduzindo-a à perfeição.

O amor e a retidão da vontade, acrescenta santo Tomás, são igualmente indispensáveis ao consulente, mas atuam de maneira diversa, tornam-no favoravelmente predisposto em relação ao conselheiro e aos conselhos recebidos, para pô-los em execução[39]. Tal disposição chama-se "docilidade", mas parece dar menor ensejo à iniciativa pessoal como hoje se exige. Entretanto, mostra que, não sendo o conselho um mandamento, a inteligência e a vontade do consultante, embora sendo movidas, são antes solicitadas do que obrigadas.

Todas essas condições alcançam de maneira essencial, embora mais rudimentar, as descobertas da psicologia moderna que realçou, conforme diremos adiante, a importância do amor na "escuta" do outro, tanto por parte do conselheiro como do consulente; a importância do elo afetivo da identificação amorosa, criado na relação mútua. Alguns psicólogos, como Han Fortmann[40], já citado, não hesitam em dizer que a psicoterapia pastoral praticada pelo padre conselheiro, a fim de liberar o consulente de seus defeitos, é, an-

[38] Ver Santo Tomás, ib. e q. 48, art. 1.
[39] Ibid. q. 49, a. 3.
[40] HAN FORTMANN, *op. cit.* cáp. 4, especialmente, págs. 91-95.



Digitalizado com CamScanner

tes de mais nada, obra de amor, ajudada pelos ensinamentos da psicologia.

Já que se trata de ação terapêutica-pastoral, o amor que impulsiona o padre conselheiro e age no consulente, não é apenas o amor humano do psicólogo, mas amor de caridade inspirado pelo Espírito Santo e por ele iluminado. Esse amor e essa luz é que serão também simultaneamente comunicados ao consulente pelo Espírito Santo e pelo conselheiro religioso.

Santo Tomás também observara (ib. q. 47, art. 14), que um dos dons do Espírito Santo é o do "Conselho"; através deste dom, os homens, movidos pela unção da caridade, purificam-se de suas paixões e tornam-se mais aptos para julgar o que convém à sua salvação e saber cumpri-las. Sem dúvida, acrescenta o doutor, este discernimento leva, antes de mais nada, ao essencial, sem, contudo, tornar sempre capaz de compreender as dificuldades particulares que surgem. Mas também aqui, o dom do Espírito Santo pode intervir: pelo fato de o homem ser incapaz de julgar, unicamente por sua razão, as contingências que o cercam, vê-se dirigido por Deus que tudo compreende no concreto. E isso se processa pelo dom do Conselho.

Podemos igualmente lembrar que não existe terapia verdadeira senão aquela que reconcilia o homem, não só consigo mesmo, mas com os outros e com Deus. E porque essas três espécies de relações são interdependentes, somente uma psicoterapia pastoral completará a cura do homem, incutindo-lhe a verdadeira alegria, a verdadeira paz e a liberdade verdadeira, a dos filhos de Deus.



Digitalizado com CamScanner

II

# Princípios fundamentais da atitude do padre conselheiro

Psicólogos especializados que procuram formar auxiliares-psicólogos, com a função de assistentes sociais, conselheiros escolares, educadores "especializados" (encarregados de crianças problemáticas, deficientes, débeis, delinqüentes), formularam certo número de princípios de base que estes "auxiliares-psicólogos" deveriam ter, em relação a seus clientes ou consulentes.

Consideramos que tais princípios, embora mais estabelecidos para o que diz respeito às relações difíceis que se deverão instaurar entre um psiquiatra ou psicanalista e seu cliente, tais princípios têm também uma aplicação válida, quando se trata de pessoas psicologicamente sadias e equilibradas, acrescentando-lhes, porém, certas adaptações que gostaríamos de indicar. Pensamos, finalmente, que os padres conselheiros aproveitariam se neles também se inspirassem, com as modalidades que lhes são mais peculiares.

Inicialmente, devemos, então, explicar por que e como, os princípios que valem primeiramente para os "doentes" psíquicos, servem também para as pessoas sadias.

A razão é simples. A mente humana, quando procede a classificações elementares, começa formando "pares" nocionais antitéticos: o bem e o mal, o grande e o pequeno, o forte e o fraco, o branco e o preto, e



Digitalizado com CamScanner

mesmo o sadio e o doente. São, porém, aproximações primárias, e um estudo mais aprofundado mostra-nos que, no concreto, os seres finitos, mesmo quando se aproximam de um extremo, de uma das duas polaridades do par, contêm também, em si mesmos, algo da polaridade oposta. Afora algumas exceções extremas que só muito raramente poderiam ser ultrapassadas, como por exemplo, as estaturas exageradas ou as mínimas estaturas, a imensa maioria dos casos, conforme indica-nos a estatística, situa-se na média e em torno da média, isto é, não são nem muito altos nem muito baixos, nem excelentes nem maus, nem muito enfermos nem sadios demais. Vivem bem, mas carregam consigo alguns elementos de fraqueza orgânica: angina, bronquite, reumatismo, escoliose, má circulação, asma, colite etc. São precisamente esses que, embora não consultando habitualmente os médicos, a eles recorrem quando notam não estarem tão bem quanto pensavam. Todos, ou pelo menos a maior parte dos indivíduos, têm predisposições a certas doenças e a certos vírus.

O mesmo sucede no plano psicológico. Qual a pessoa que se pode proclamar isenta de qualquer defeito de caráter, que não reconhece que seu modo de contestar os outros, de reagir diante de sua atitude, está repleto de orgulho, de ironia ferina, de agressividade colérica, de mentira, de hipocrisia? Quem, em determinados momentos, não é preguiçoso, negligente, sensual, egoísta? O exame sincero de nosso procedimento e de nossa consciência faz-nos reconhecer tais defeitos que são, também, na maioria das vezes, fontes de pecado. Ensina-nos o cristianismo que nossa natureza foi "ferida" pelo pecado original, ao qual se acrescentam os maus hábitos adquiridos, a educação recebida, de tal forma que devemos sinceramente reconhecer nossa condição de pecadores.

Mas, se temos qualquer dificuldade em reconhecê-



Digitalizado com CamScanner

-lo, algumas sessões de "dinâmica de grupo", onde cada um é convidado a manifestar em voz alta o que ressente de suas asserções, poderiam ser-nos excelente lição, tanto para nós mesmos como no que tange os outros, que normalmente, fora dessas sessões conseguem "conservar a máscara", "salvar as aparências" (mas a que preço?). Tais exercícios, bem conduzidos e mantidos dentro de certos limites, que não devem tampouco sobrecarregar a vítima e feri-la psicologicamente de maneira grave, podem ser úteis para fazer-nos ver que nem sempre somos a pessoa que pensamos, que nossa boa vontade tende, muitas vezes, a favor de nosso desejo de salvar as aparências, e que se pode, sem custar muito, "perder as estribeiras".

Portanto, não são apenas a moral cristã e o dogma do pecado original nem o ensinamento de Cristo que denunciam o orgulho hipócrita dos "fariseus", a tendência humana de esconder os próprios defeitos, de ver "a palha" no olho do outro sem perceber a que traz no seu, mas também a psicologia moderna que nos instrui acerca das nossas fraquezas, dos defeitos que nos tornam desagradáveis ao próximo, que nos levam a fechar-nos em nós mesmos para evitar os atritos. O próprio organismo propende a premunir-se contra as influências dos agentes patogênicos; instala em si anticorpos, vacinas, evita ambientes insalubres, mas nem sempre deles consegue escapar.

Não existe, portanto, especialmente na ordem moral e psicológica do comportamento, nenhum homem tão sadio, tão santo que não possa encontrar em si algum defeito, que não tenha adquirido tais *defesas*, e cuja couraça não apresente alguma falha; qualquer está sujeito a que sua alta virtude e ascese sofram quedas humilhantes que justamente manifestam o quanto ele se atrofia em práticas austeras que, inconscientemente por vezes, mais tendem a mascarar os sintomas



Digitalizado com CamScanner

a si próprio e aos outros, do que a mudar as disposições profundas, o coração, e, por conseguinte, a afetividade, de onde partem os maus pensamentos, para atribuí-los à carne que não lhes é diretamente a autora, mas a fonte contaminada [1].

Ora, a psicologia convida-nos também a ir além dos sintomas, às fontes profundas e por vezes obscuras de nossa conduta, de nossas atitudes. Faz-nos tomar consciência, a pouco e pouco, e mais delicadamente do que no confronto de uma sessão de dinâmica de grupo, das dificuldades do passado, mal superadas, que nos levaram — apesar de nossa boa vontade, e em parte, por causa dela, a assumir as atitudes errôneas das quais nos tornamos as vítimas. Certamente, podemos viver com nosso mal e até mesmo tirar partido dele, humilhando-nos e rezando. Deus o permite, com freqüência, até para grandes santos (minha graça te basta, dizia o Cristo a são Paulo, e a virtude se fortalece na fraqueza) [2]. Nem por isso é proibido remediar as nossas enfermidades.

Precisamente por "saber o que havia de fraqueza no homem" [3], o Cristo veio ajudar-nos e fez-se "médico" das enfermidades humanas, ciente de que, pela paciência amorosa de Bom Pastor, ensinaria a paciência em relação a nós mesmos e aos outros, em vez da rigidez estóica. Mostraria que o amor cobre a multidão dos pecados, purificando em nós a própria fonte do mal. O "Ama et fac quod vis" não demonstra que, na caridade provinda do Cristo, toda disposição viciosa é cortada pela raiz?

Verdade, porém, que o Cristo nos diz não ter vindo para os justos, mas para os pecadores. Como porém não existem os perfeitamente justos, ele indica ter

[1] Mt 15,19: De corde enim exeunt cogitationes malae.
[2] 2Cor 12,9.
[3] Jo 2,25.



Digitalizado com CamScanner

vindo, antes de tudo, para os pecadores, e os que se crêem justos não dependem de sua medicação, funda-da no amor humilde.

Vemos, pois, uma vez mais, que a psicologia e a terapia pastoral vão de par. Ambas procuram remontar às raízes do mal. Mas a pastoral cristã, embora lançando-se mais adiante na busca do mal, denunciando-lhe o pecado de origem acrescido pelo pecado do mundo no qual nos banhamos, serve-se, além dos meios psicológicos lícitos de meios que lhe são próprios como a esperança cristã e a graça do Cristo. Esses elementos benéficos que ao nos dar ampla tomada de consciência de nosso pecado, confere-nos motivos de confiança e medicamentos à base de puro amor, sem reticência nem ressentimento, favorecendo restaurar no homem o equilíbrio perdido, a alegria e liberdade profundas no serviço de Deus e do próximo. Enquanto a psicologia, nas mãos de certos psicanalistas, tende a diluir os sentimentos de culpa, mesmo em sua forma autêntica, que ela confunde com seu aspecto mórbido, a terapia cristã "perdoando a falta", aplica-se a infundir nova confiança ao homem sucumbido, fazendo-o ver em Deus não tanto o "justiceiro" ameaçador, como o Pai misericordioso.

Assim sendo, conforme veremos, os princípios da terapia profana adquirem um valor ainda maior na terapia pastoral que os interpreta numa perspectiva ao mesmo tempo humana e cristã.

Quais são, agora, estes princípios de base, comuns a toda terapia — leiga ou cristã — e que devem comandar as atitudes do padre ou de qualquer outro formador e educador cristãos em relação daqueles que a eles se dirigem ou lhes são confiados?

Certos autores reduzem tais princípios a dois ou três. Outros enumeram até 7 [4], mas incluindo, neste ca-

[4] Félix Biesteck, *The Case-Work Relationship*, Loyola University Press, Chicago, 1957. Tradução francesa, adaptada, por



Digitalizado com CamScanner

so, certos princípios derivados que se aplicam de preferência ao diálogo psicoterapêutico, conforme veremos depois. Na nossa opinião, focalizamos quatro, embora admitindo que o segundo possa ser considerado, até certo ponto, como uma conseqüência, de tipo negativo, do primeiro.

Estes princípios que passamos a explicar, são os seguintes:

1. Princípio de acolhimento, também chamado de escuta e aceitação do cliente (consultante);
2. Princípio de não-julgamento, também chamado de não-condenação;
3. Princípio de individuação, também chamado de unicidade do caso;
4. Princípio de respeito da liberdade do consulente.

## 1. Princípio de acolhimento, de escuta e aceitação do outro

A atitude de aceitação do outro, que se recomenda aos conselheiros como indispensável para uma terapia profunda, não é esta maneira mundana, superficial e por vezes hipócrita de receber e acolher hóspedes e convidados, com todas as honras e gentilezas que a delicadeza, a diplomacia exigem. Vemo-la com maior freqüência nas famílias e grupos cristãos, em que o acolhimento é mais íntimo e fraternal, porque um amor comum do Cristo torna mais próximos aqueles que acolhemos e recebemos em casa.

Convém observar, a este respeito, o modo como o Cristo procurava encontrar-se com as pessoas na intimidade de suas moradas. Não será numa praça pública que poderemos realmente "comunicar" com os ou-

Mme Michèle WAHL, *Pour une assistence sociale individualisée*, Paris, Le Seuil, 1957).



Digitalizado com CamScanner

tros, a não ser que o zunzum da multidão paradoxalmente permita falar com alguém sem ser interrompido pelos demais, nem se sentir vigiado e julgado por eles. O Cristo, por exemplo, ao avistar Zaqueu em cima de uma árvore, querendo vê-lo, apesar de sua pequenina estatura, o Cristo sugere conversar com ele em sua casa. "Zaqueu, diz ele, desce daí porque convém que eu fique hoje em tua casa"[5]. E foi quando se operou a cura moral, a conversão daquele homem. Aprazia também ao Cristo deter-se na casa de Marta e Maria. A intimidade dos esposos torna-se favorecida pela intimidade do lar. As palavras não se traduzem bem, e os segredos não se revelam a não ser no quadro e na atmosfera silenciosa de uma saleta familiar, num lugar ao abrigo das indiscrições onde a pessoa se sinta acolhida.

Portanto, a "intimidade" de um interior de casa, sua simplicidade quente e acolhedora, favorecem a penetração do diálogo e do encontro, a manifestação "interior" do eu. A personagem pública é como que convidada a desaparecer, a "máscara" que usamos diante dos outros tende a cair, e vendo-nos, enfim, a sós, sentimo-nos levados à confidência. Todos aqueles que, por ofício ou vocação, foram assim chamados a receber as "confidências" de alguém, por exemplo, advogados, médicos, assistentes sociais, todos esses dispõem de um "escritório", gabinete de consulta. O mesmo se dá com psicólogos e psicanalistas. O padre tem seu "confessionário" para desabafos mais íntimos e humilhantes, mas lucrará também em receber as pessoas que a ele se dirigem, num escritório ou recanto tranqüilo. Aí ouvirá, mais à vontade, explicações e confidências que não poderiam ser feitas no confessionário para não prejudicar, pela demora, os outros penitentes que aguardam sua vez. Separará melhor a "confissão" da falta

[5] Lc 19,5.



Digitalizado com CamScanner

que concerne a Deus em primeiro lugar, das explicações de ordem psicológica que lhe formam o contexto, tão útil para a compreensão do problema e a indicação dos remédios. Mas, conforme falaremos ainda depois, o diálogo pode também iniciar-se no confessionário, quando se trata de pessoas timoratas e que precisam ser ajudadas a se confessar e a se corrigir de seus defeitos através de algumas explicações.

Portanto, o padre chamado a conhecer os comportamentos mais secretos do homem, deverá facilitar, na medida do possível, não somente a declaração formal das faltas, mas também a explicação que esse daria espontaneamente — ou lucraria em dar — para que a confissão não seja apenas um meio exclusivamente jurídico de se "livrar" das próprias faltas, mas também elemento indispensável para receber um conselho útil e adaptado. Com freqüência caímos no juridismo ou na confissão puramente ritual, por falta de uma explicação mais pessoal que impede determinado tratamento peculiar ou evita receber uma exortação banal, um conselho tipo "vale tudo". Não resta dúvida que o limite é difícil de traçar, tanto por causa dos elos afetivos que uma relação muito íntima pode vir a criar entre o confessor e o fiel que o consulta, como por causa da tentação, para o padre, de forçar a consciência do penitente e a defesa de sua intimidade. De outro lado, uma relação puramente formal e anônima, que se limita ao enunciado genérico das faltas, priva o padre como o penitente, dos recursos que encontrariam num tipo de relação mais pessoal. Há vantagens e inconvenientes tanto na separação quanto na fusão das funções de confessor e conselheiro espiritual. Mas a união das duas funções, se os interessados delas não abusam e respeitam plenamente a liberdade mútua, apresenta grandes vantagens. Existe toda uma arte em manter ou envolver as relações íntimas que advêm das



Digitalizado com CamScanner

aberturas de consciência; depende dos dois interessados, de seu equilíbrio psicológico, das etapas pelas quais passa o penitente na evolução de seu desenvolvimento pessoal, de sua autonomia legítima. Tornando-nos mais conhecidos, podemos nos sentir mais livres com um padre discreto e respeitoso da nossa liberdade, como também excessivamente presos a um padre monopolizante e dominador.

Este ponto, sobre o qual ainda teremos ocasião de voltar, torna mais difícil ou mais fácil, segundo os casos, o restabelecimento de uma relação válida entre o padre e quem o consulta. Se por um lado, o consulente sente-se profundamente preso a um padre por ter acesso ao mais íntimo de sua consciência e se isso o impedir de abrir-se com ele tão livremente quanto com um psicólogo leigo menos "engajado" por profissão no plano moral e religioso, ele lucra por outro lado, em não precisar descobrir suas dificuldades de consciência ao mesmo tempo a duas pessoas: o psicólogo e o padre, embora muitas vezes o padre receba mais facilmente a confidência dos segredos de consciência e das faltas, que fazem parte dos problemas psicológicos. Eis também o que torna mais difícil a colaboração do padre e do psicólogo profissional, já difícil por natureza, visto muitos problemas psicológicos terem repercussões sobre a consciência moral e a atitude religiosa dos indivíduos, criando ou agravando sentimentos de culpa, verdadeiros ou falsos. O padre psicólogo pode inspirar medo, pelo fato de ser psicólogo e as pessoas temerem vê-lo agir puramente como tal ou, pelo contrário, atrair por esperarem encontrar junto dele maior compreensão e uma ajuda mais total em problemas que também engajam deveres morais e religiosos.

Sejam quais forem estas diferenças entre o padre ou conselheiro espiritual que tem também sobre o con-



Digitalizado com CamScanner

sulente poderes de ordem espiritual capazes de se tornarem obstáculo e socorro, um ponto comum existe de grande importância entre todos aqueles encarregados de escolher os outros, ou a quem pede uma ajuda moral ou psicológica: é a disposição de aceitá-lo plenamente e da maneira em que ele atualmente se apresenta. O acolhimento em profundeza, sincero, desinteressado, total, exige, com efeito, uma aceitação sem reticências, uma disposição para escutar, que permite àquele que consulta, sentir que seu interlocutor está inteiramente atento com sua compreensão e coração ao que ele explana de seus problemas, sem preconceitos, sem reações de angústias, sem curiosidade malsã, sem preocupação da imagem que o outro poderia fazer dele, e, portanto, sem procura de si mesmo[6]. Tudo isso se sente, mais ainda, do que se traduz, ou sentimos através do que nos foi dito.

Já entrevemos que muitos obstáculos se opõem àquela aceitação total, àquela disposição para escutar sem reticência ou reservas, as explicações do outro que deseja expor "seu ponto de vista", e, portanto, sempre também, seu "sentimento" em relação a certos problemas que são os seus ou atingem aos seus, e que o fazem sofrer. Saber escutar, não pensando senão no sofrimento do outro, desejosos de penetrar no seu ponto de vista e sentimentos, sejam quais forem os nossos, não é coisa fácil. Tal disposição encontra obstáculos que devemos analisar, seja em nós mesmos, seja nos outros.

*a) Obstáculos à abertura naquele que consulta*

Quem gostaria de ser ouvido e compreendido, mui-

[6] Conforme observa W. SCHOFIELD em seu trabalho *Psychotherapy, the Purchase of Friendship* (Prentice Hall, Englewoods Cliffs, N. J., 1964) pág. 109, as qualidades de aceitação, de não-julgamento, de calor, de delicadeza são também as do amigo ideal.



Digitalizado com CamScanner

tas vezes experimentou a triste realidade de não o terem realmente querido escutar. Não resta dúvida que "ouviram" exteriormente o que ele dizia, suas reivindicações, pedidos de ajuda etc., mas tal escuta não se revestia de benevolência, não apresentava aqueles "ouvidos do coração" que são interiores e manifestam plena disponibilidade para o outro. "Continue falando, você me interessa", diz uma expressão irônica que significa: você pode falar sem parar; eu não o ouço.

Deus também quer que o escutemos, e queixa-se de que os homens ouvem exteriormente sua voz, mas não o escutam interiormente, não refletem no que ouviram: eles escutam sem compreender, olham sem ver[7], pois os olhos e ouvidos do coração estão fechados a seu apelo. Por isso convida três vezes o jovem Samuel até assegurar-se de que esse realmente está disponível e responde com sinceridade: "Fala, Senhor, teu servo te ouve"[8].

A palavra latina "audire", que significa ouvir e escutar, tem por derivado "ex-audire", que significa "atender", como se escutar plenamente fosse também acolher a súplica com benevolência e, assim sendo, deferir. Mas no diálogo entre o homem e Deus, ou entre os seres humanos, se pedirmos para ser ouvidos, não estamos dispostos à reciprocidade, isto é, a escutar, a escutar plenamente, sem interromper, sem reagir, sem manifestar "nosso" ponto de vista. Mal a pessoa começa a falar, vem-nos a tentação de dizer-lhe o que "nós" pensamos, quando ela apenas lançou as primeiras explicações, que são raramente o essencial e o mais íntimo de seus sentimentos ou sofrimentos. Que dizer daquele que não sabe ouvir o apelo mudo, mas angustiado do ferido, e deixa os cuidados ao Bom Samaritano? Sim, é preciso saber também escutar o que

[7] Mc 4,12 e Is 6,10.
[8] 1Rs 3,10.



Digitalizado com CamScanner

não foi dito, o que não pode ser expressado, senão com muito esforço, para aqueles que se mostram bondosos e compassivos. Para tanto, evidentemente, torna-se necessária uma "interioridade" real que saiba refletir naquilo que foi dito pelo outro, e venha a ter uma ressonância afetiva. Necessária também uma "exterioridade" que brota de uma disponibilidade, de um despojamento de si mesmo e dos próprios interesses, de uma "saída de dentro" difícil para aqueles que se centraram em si mesmos, retidos pelo narcisismo, em vez de se centrarem sobre os outros. "O sinal essencial do homem de diálogo, diz com acerto Jean Lacroix, é saber escutar tão bem quanto fala, e talvez até melhor". De outra forma, seria um "diálogo de surdos", espécie de "monólogo coletivo", conforme fazem as criancinhas, segundo Piaget, que não levam em conta o que diz o outro. Pior, porém, é a atitude daqueles que dialogam para fazer triunfar seu ponto de vista sobre o dos outros, sem escutar e apropriar-se da linguagem dos demais, a fim de conciliar pontos de vista opostos. Por isso somos obrigados tantas vezes, hoje em dia, a recorrer a "conciliadores", admitidos pelos dois interlocutores ou grupos de interlocutores, em casos de conflitos sociais.

Tais atitudes tão prejudiciais ao bom entendimento; têm evidentemente suas raízes no passado, e num passado muitas vezes longínquo. Já o bebê ou a criança que chorava desesperadamente, não foi escutada, nem ouvida. A mãe mantinha-se ausente ou saturada com aqueles gritos. Absorvida por preocupações mundanas, pelas suas "recepções", não prestava atenção à premência que sentia o filho de falar-lhe intimamente e abrir-lhe o coração.

Num filme encenado por Ingrid Bergman, intitulado "Europa 51", um rapazinho, por duas ou três vezes manifesta à mãe o desejo de falar-lhe,



Digitalizado com CamScanner

insistentemente. Essa, preocupada com a "recepção" que ofereceria aos amigos naquela noite, afastava-o cada vez, pedindo que deixasse para mais tarde. Ora, tais recusas eram a última gota para fazer transbordar um antigo sentimento de não ser amado e, durante a festa, para a qual não fora convidado a tomar parte, atirou-se no poço da escada, como que para chamar obrigatoriamente a atenção da mãe e castigá-la de suas recusas.

Depois, são os adolescentes que acusam os adultos (mestres, contramestres, patrões) de não escutá-los e não quererem ouvi-los. E o mais doloroso é o fato de os próprios pais não saberem escutá-los, sem perceberem, aliás, tal verdade. Continuam a tratar os filhos como crianças, em vez de tentar responder às perguntas sérias que perturbam os jovens e que eles continuam a eludir.

O homem aprendeu, portanto, a não ser "ouvido". E quando crê, com o amor nascente, ter encontrado uma companheira que o ouve e compreende, bem depressa percebe que os sentimentos amorosos da cônjuge, nascidos mais do desejo do que do dom de si, logo esmaecem e nada mais resta do que o desejo egoísta de uma mulher mundana, sem amor. O diálogo, a escuta tornaram-se quase impossíveis. Com maior freqüência, talvez, é a mulher que faz a experiência do egoísmo do marido.

Assim, pois, realmente é uma sorte e surpreendente felicidade para o colegial, quando encontra um mestre que não quer impor suas idéias, mas propô-las, ajudando-o a assumi-las como próprias; felicidade para o operário que vê na assistente social uma pessoa interessada não somente em suas desgraças ou recriminações, mas nele próprio.



Digitalizado com CamScanner

Algumas adolescentes, interrogadas acerca de suas educadoras, queixam-se de que essas se mostram "autoritárias" demais em suas conversas, e acrescentam que, por este motivo, não ousam abrir-se sinceramente sobre seus problemas humanos, mais importantes ainda do que os problemas escolares.

Em compensação, observam com muita agudeza, apesar de terem menos de vinte anos, com outra educadora podem explanar suas dúvidas. Sentem-se compreendidas, têm a impressão de que ela é capaz de colocar-se no seu lugar, compartilha sua mágoa ou preocupação, não assume ar ofendido quando elas dizem livremente o que pensam, mesmo quando a verdade é ofensiva. Por este sistema, semelhante educadora, embora sem jamais forçar ninguém, mas contentando-se em sugerir o que melhor lhe parece, tal educadora consegue fazê-las até mudar de idéia.

O mesmo acontece num caso narrado por Annette Garrett[9]. Certo operário desabafava com paixão e ardor, todas as queixas que alimentava contra seus patrões que se negavam a pagar determinada indenização por acidente no trabalho. Vendo que a assistente social escutava-o e demonstrava grande compreensão por aquela situação dolorosa, o operário foi aos poucos se acalmando, e começou a abrir-se não mais sobre as provas de seu direito, mas a respeito de seu drama familiar e pessoal, as conseqüências do desemprego que o ameaçava. No término da visita confessou não saber o que lhe sucedera: tinha a impressão de carregar um peso a menos no coração; "jamais pudera falar assim com ninguém", pois a sua mulher mantinha-se silenciosa,

[9] Annette GARRETT, *Interviewing*, Family Service Assoc. of America, N. Y. 1953, 12ª ed. págs. 75-79.



Digitalizado com CamScanner

sem nada dizer. Agradeceu a assistente social "por tê-lo escutado como ela o fez".

Saber assim escutar o outro, com atenção, interesse por ele, "benevolência"... é "mais importante e difícil para alguns do que se esforçar por ser caridoso em palavras ou ações", diz o Pe. Voillaume.

"Quando tivermos sabido escutar, poucas palavras bastam para dizer muita coisa e estabelecer um verdadeiro contato" [10].

Freqüentemente, acrescenta ele, esquecemo-nos de escutar, dialoga-se num sentido único,

> "transbordamos nossas próprias idéias e nossos próprios pensamentos... impomo-nos aos outros. Julgamos dar prova de caridade por nos preocuparmos em falar com os outros".

Sabemos, por experiência, o quanto é freqüente (se não infalível, conforme sustenta J. P. Sartre), esbarrarmo-nos no "muro do outro"; vemo-nos diante de uma porta cerrada (l'huis clos), diante da qual é inútil insistir em bater. E o próprio pleiteante entrincheira-se por trás das barricadas, de onde só sairá quando sentir-se aceito. Sim, porque as queixas, tristezas, recriminações expressas em voz alta são bem superficiais ao lado do drama mais pessoal que só se exprime na confiante intimidade.

Realmente, como ouvintes, devemos tudo esperar, estar preparados para *tudo aceitar*, mesmo da parte de nossos amigos, daqueles que mais estimamos. Nossos próprios preconceitos de estima em favor dos outros podem ser um obstáculo à confidência.

[10] René VOILLAUME, *Sur le chemin des hommes*, Cartas à Fraternidade (tomo III), Paris, Le Cerf, 1966, págs. 86-88 (carta datada de 30-4-61), comentando, aliás, a frase de São Tiago (Tg 1, 19): "Que cada um de vós seja pronto a escutar, lento a falar".



Digitalizado com CamScanner

Quantas vezes, por exemplo, um jovem adolescente, em crise de puberdade, fica prisioneiro da imagem de criança pura que dera ao confessor; quantas vezes um cônjuge, de reputação honesta, receia a reação de seu cônjuge ou padre, se lhe revelar certas fraquezas. Para salvar as aparências, a pessoa é levada à mentira e ao isolamento, a não mais se beneficiar das vantagens do diálogo. Já Adão e Eva fugiam de Deus após sua falta, receosos de sua cólera.

Este pudor do homem em revelar sua ou suas fraquezas, de manifestar o lado menos nobre de si mesmo, torna-se muitas vezes mais forte do que o pudor físico, e grande obstáculo ao diálogo de auxílio psicológico. É preciso saber esperar que surjam as confidências mais secretas, e a tomada de consciência das motivações mais íntimas. O psicólogo, sobretudo se é padre, sabe por experiência que tudo pode esperar. Mas o consulente receia talvez mais o colóquio com o padre psicólogo, por sentir-se penetrado em sua intimidade, a despeito da própria vontade. Se por vezes precisamos — como a um médico — revelar enfermidades ocultas, é penoso pensar que possam adivinhar nossas motivações secretas antes de termos consentido em dizê-las. Adotamos então certas atitudes de defesa, que não cedem à primeira vista. Tais atitudes explicam por que é tão necessário acompanhar o consulente nos meandros de suas confissões ou hesitações, sem nada querer precipitar. Estar à escuta não consiste em indagações indiscretas.

### *b) Obstáculos à escuta naquele que aconselha*

Assim sendo, é óbvio que o conselheiro muito superficial, precipitado em seus julgamentos, excessiva-



Digitalizado com CamScanner

mente inquiridor, pronto demais em intervir e dar respostas interpretativas, jamais saberá realmente "escutar". Desconhece o que seja renunciar a seu ponto de vista, nem procura conhecer o ponto de vista do consulente, estimulando-o a exprimir-se a seu modo.

Encontram-se ainda outros obstáculos no conselheiro. Derivam, por exemplo, desta irritação natural, preconceitos que temos em relação a outras pessoas ou certa classe de indivíduos. O tipo físico, a idade, a raça, determinam em nós atrativos ou repulsas dos quais nem sempre somos os senhores. Tal pessoa parece-nos inculta, auto-suficiente, irônica, desconfiada, ou, pelo contrário, atrai-nos física, afetiva e intelectualmente, ou ainda pelos seus títulos. É rude ou encantadora.

Nós nos identificamos facilmente com ela e com suas desgraças, que foram ou são as nossas; parece-se com determinada pessoa que um dia conhecemos e amamos ou detestamos. Pode ser, pelo contrário, um indivíduo que se detém demais em si mesmo, que só pensa em queixar-se, que nos resiste, que mais fala dos outros e de seus defeitos do que das próprias experiências e reações.

Outras vezes tudo provém de nosso cansaço: após longas horas de escuta tornamo-nos incapazes de prestar suficiente atenção, e o consulente naturalmente percebe. Ou ainda, as nossas preocupações imediatas: outra consulta que nos espera e interesse, ou a consulta precedente, que não apresentou resultados satisfatórios, ou nosso amor-próprio, humano ou profissional, que foi atingido. Todas estas disposições predispõem e fazem com que não sejamos plenamente nós mesmos para aquele que fala. O mesmo acontece com nossas preocupações e ansiedades pessoais de sempre ou habituais: sentimentos de fracasso e inferioridade, de insatisfação, receio de não agir certo, narcisismo que nos leva a uma autocontemplação e a um desejo de agradar o



Digitalizado com CamScanner

outro, de fornecer de nós mesmos, uma imagem sedutora; a saber o que o outro pensa de nós, e não o que ele pensa acerca de seu problema. Deste modo nós desviamos de nós a pessoa e suas explicações.

A escuta depende, pois, de nossa capacidade de *aceitar* o outro tal como ele é, e de nossa *disponibilidade* em relação a ele. Por sua vez, essa depende do nosso equilíbrio afetivo que nos confere a serenidade e liberdade de espírito suficientes para escutá-lo sem prevenção, assumi-lo com paciência, ficar de certo modo responsável pela sua conduta.

Para ser bem exato, isso supõe que tenhamos chegado àquela maturidade suficiente que nos permite ao mesmo tempo controlar nossas paixões de hostilidade ou sensualidade em relação aos outros, e sair de nosso egoísmo para colocar-nos inteiramente a serviço dos demais. Ora, tal controle de si mesmo e esta doação a outro, quando não inspirados por motivos interessados de superioridade estóica ou de remuneração — por legítima que seja — por acaso não apresentam a finalidade à qual tende a caridade perfeita, de que fala são Paulo aos colossenses (1Col 3,12) ao pedir-lhes que "se revistam de misericórdia e benignidade, humildade, modéstia e paciência, sabendo se suportar uns aos outros e perdoando-se mutuamente"? Nada existe nas exigências de acolhimento, de escuta, descritas pelos psicólogos que não se encontrem — com maior perfeição ainda — nas exigências do amor cristão.

Percorrendo as páginas do Evangelho, vemos a maneira como o Cristo que chama a si mesmo de o "Bom Pastor", punha-se à escuta dos sofrimentos dos homens, como procurava ter com eles um diálogo em profundeza. Suportou sua hostilidade e golpes, até morrer sob suas mãos sem se queixar e mesmo oferecendo-se por eles, ou justificando-os perante o Pai. Descreveu o Bom Pastor como aquele que conhece suas



Digitalizado com CamScanner

ovelhas e é por elas conhecido, que vai à procura delas e as "carrega nos ombros" [11], apesar da resistência que opõem; ele as conduz "em verdes prados e junto às águas refrescantes" [12].

Quem deveria ser mais disponível para dar-se gratuitamente aos outros e mesmo a seus inimigos, do que o padre que renunciou a qualquer amor particular, mesmo legítimo, a fim de dar-se a todos, sem distinção de nível social ou fortuna, de raça ou inteligência, dando até preferência aos mais pobres e desprezados? Portanto, a exigência de acolhimento, escuta, aceitação, situa-se na linha reta da pastoral inspirada pelo Evangelho. Mas nossa caridade pode ser desastrosa, mal compreendida, pouco esclarecida, limitada ou entravada por uma série de defeitos, de que a psicologia moderna, descrevendo-nos as condições de uma terapia profunda, faz-nos tomar consciência. Há grande tendência, em nós, de praticarmos uma caridade austera, que se fecha em si mesma, em sua própria perfeição, em vez de ir à frente dos outros, e, carregando sobre nós os seus fardos, praticarmos uma caridade toda doação e esquecimento pessoal.

## 2. Princípio de não-julgamento (não-condenação)

À primeira vista, este princípio pode parecer que se afasta das exigências cristãs. Tal impressão mostra como muitas vezes compreendemos mal nosso cristianismo e pensamos mais num Deus ou num padre cujo dever seria castigar a má conduta dos homens, do que num Deus ou num padre primordialmente misericordioso. Evidentemente, não se deve confundir bondade com frouxidão ou fraqueza, se bem que, algumas vezes, a

[11] Lc 15,5.
[12] Sl 22,2.



Digitalizado com CamScanner

bondade pode assumir tal aparência a nossos olhos. O perdão parecerá sempre uma fraqueza para algumas pessoas que se crêem melhores do que outras, pelo fato de praticarem certas virtudes mais "viris".

O princípio de não-julgamento parece inspirar-se no conceito freudiano da terapia psicanalista, segundo a qual o psicólogo deve abster-se de formar qualquer juízo de culxabilidade ou censura, concernindo à conduta ou disposições de seu cliente. Daí também o nome de "neutralidade acolhedora" dada a esta atitude. Ela se justifica pelo fato de ser muito difícil a um indivíduo de exprimir e confessar as tendências que foram desde a infância, ou são no plano moral, objeto de punição, de censura individual e de repressão social. Assim sendo, se o psicoterapeuta critica ou manifesta pela sua atitude alguma censura contra aquele que lhe vem revelar fatos penosos, dolorosos, humilhantes, sentimentos hostis contra os pais, disposições ciumentas em relação ao cônjuge, ele põe em risco a espontaneidade do cliente em prosseguir na expressão de seus sentimentos, em reconhecer e admitir que tem tais sentimentos. Tal fato não vai indicar que o cliente os aprove, mas é o único meio inteligente que dispõe de conservar sua calma e elaborar uma solução construtiva, sobrepujar as emoções que lhe fazem perder o controle e agir diversamente do que desejaria.

Toda terapia, ao invés de uma decisão violenta e brusca, consiste em permitir ao cliente exprimir estes sentimentos que ele gostaria de não ter, fatos que o assustaram, ou a propósito dos quais assustaram-no. Porque são sentimentos infelizmente naturais demais a todos os homens, e que se trata menos de destruir do que de controlar e apaziguar com inteligência. Se o psicólogo não reage, mas procura manter-se calmo, ao ouvir as experiências passadas de seu cliente, não quer dizer, necessariamente, que as aprove, mas que o



Digitalizado com CamScanner

cliente deve aprender, pelo exemplo que lhe dá, a considerá-las como fatos, sem se descontrolar, criando uma angústia.

O fato de considerar calmamente os movimentos passionais que sobem à tona, faz com que se tornem menos violentos, e o indivíduo, a menos que lhe falte todo sentido moral, aprende a não interpretá-los como atos consentidos. Pesa a palavra dos moralistas, segundo a qual "sentir não é consentir". A precipitação angustiada, que intensifica a paixão cede lugar à razão, e os mecanismos de controle, impossibilitados de se instalarem sob o golpe da paixão, estabelecem-se a pouco e pouco.

Claro está que uma terapia deste gênero apresenta perigos e não cura num dia. Mas a repressão violenta, sob o golpe da angústia, conduz a um estado de pânico incoersível por vezes, ou a obsessões que assaltam quase constantemente as consciências delicadas e esgotam o sistema nervoso.

Assim, a neutralidade acolhedora não é necessariamente cumplicidade ou abandono das regras morais por parte do psicólogo, licença concedida para seguir os impulsos que podem levar a atos seriamente condenáveis, a crimes ou suicídios. É ela possibilidade oferecida para o descondicionamento e aprendizado de controles normais, desde que, bem entendido, o terapeuta não ridicularize as exigências morais, não insinue soluções imorais, ou pior ainda, não se deixe levar a apaziguar o libido de seu cliente através de atos sexuais praticados com ele, ou especialmente com ela. Neste último caso, teria evidentemente saído de sua neutralidade.

A crer nalguns relatos, ou mesmo em certos autores que escreveram sobre a Teoria da Terapia psicanalítica, como Benjamim Wolstein, os casos em que o psicanalista deixa-se levar a satisfazer as exigências



Digitalizado com CamScanner

sexuais, geralmente de uma mulher adulta, correspondendo à transferência operada sobre ele pela cliente, por uma contratransferência que impede qualquer progresso terapêutico, tais casos não são quiméricos [13]. Mesmo sem chegar aos atos, basta uma contratransferência sentimental, para retardar indefinidamente a cura e comprometer-se. Com ironia, mas muito acertadamente, o autor indaga se, nestes casos, o psicanalista não deveria pagar o cliente do qual se aproveita. É evidente que o padre psicólogo, sendo solteiro e obrigado ao celibato, correria grande risco de ver-se em tais situações — ainda mais repreensíveis para ele.

Talvez, ao se tratar de padre psicólogo, que não deseja isolar-se numa atitude de neutralidade absoluta, deveríamos dizer que se trata de neutralidade acolhedora, mas descompromissada. Se, aliás, vamos procurá-lo, é por esperar que se mantenha às normas da moral cristã, esclarecendo ao mesmo tempo os diferentes aspetos do problema a resolver, a fim de que o consulente possa formar um juízo e tomar uma decisão em conhecimento de causa.

De qualquer maneira, se o consulente é sincero e possui fé, não procurará o padre psicólogo para que esse o dispense das exigências morais que não desconhece, aliás, ou diga-lhe que essas regras não apresentam valor na "nova moral". Se pelo contrário, o cliente assim desejasse, o padre nunca poderia legitimamente afastar-se da moral aprovada. Sim, porque é a Igreja, e não o padre independentemente da Igreja que fixa as normas da moralidade. O padre nunca se pode-

[13] Benjamim WOLSTEIN, *Theory of Psychoanalytic Therapy*, New York, Grune e Stratton, 1967, págs. 2-3 e 10. Vemos de início, como são importantes a escolha do psicanalista e da sua metapsicologia (seu sistema de valores). Hoje em dia, alguns deles procuram diminuir as exigências morais para torná-las mais praticáveis. Uma grande prudência, porém, é necessária para não favorecer as paixões.



Digitalizado com CamScanner

ria colocar em contradição com a legislação da Igreja, sem desmerecer a confiança que nele depositam. O que se espera dele é que ajude a elucidar a parte de responsabilidade, individual ou coletiva que a pessoa carrega, agindo de determinada maneira; mostre as causas que a levaram a proceder daquela forma, as conseqüências que daí resultam ou resultariam, para ela e para os outros, indique os meios pelos quais poderia melhorar sua conduta e em vez de viver num estado de compromisso e consciência duvidosa, aproximar-se progressivamente da lei comum. Ora, tudo isto não é fácil e será um trabalho em colaboração, diante de Deus, que supera a neutralidade acolhedora, em que se deixaria o consulente "desvencilhar-se" sozinho no plano moral.

Além disso, admitimos de bom grado que, neste terreno difícil e complexo das responsabilidades, concernindo ao passado ou futuro dos atos humanos, enorme trabalho resta a fazer. Por menos que se tenha posto em prática após ter estudado seriamente as ciências psicológicas de hoje, e reconhecido as múltiplas causas, conscientes ou não, voluntárias ou involuntárias, que pesam sobre nossos atos, chegamos à conclusão da necessidade urgente que se impõe aos teólogos que elaboraram no passado nossa teologia moral, de levar em consideração os fatores subjetivos e sociais, passados e presentes, que tornam a conduta humana tão difícil de julgar.

Da mesma forma, em vez de rotular atos aparentemente semelhantes e dependendo, pois, em princípio, de igual condenação, convencer-nos-emos da justeza do princípio de "não-condenação" bem compreendida. Ainda uma vez, não consiste este em negar-se a penetrar no ponto de vista das exigências morais, ou inversamente, a recusar entrar no estudo das circunstâncias atenuantes e das implicações de nossas futuras opções,



Digitalizado com CamScanner

mas em procurar penosamente, esclarecido pelas ciências psicológicas e explicações do indivíduo, quais são os elementos de seu problema, tanto no plano dos antecedentes, como no das conseqüências, levando em conta as exigências morais. Longe de dispensar-se de averiguar a responsabilidade, o padre psicólogo procurará descobri-la com aquele que o consulta, abstendo-se de qualquer casuística pouco leal, a fim de compreender a maneira porque chegou até lá e como poderá dali sair. Em resumo: não se trata nem de moral "pré-fabricada", nem de moral casuística que permitiria desviar a lei. Na realidade, a verdadeira casuística trilhava o caminho de uma teologia moral mais investigada, que já levava em conta as circunstâncias, mas que hoje precisaria ser retomada sob uma forma mais psicológica do que jurídica.

O problema é análogo ao que tiveram de defrontar os juízes quando compreenderam que não se podia julgar pessoas de menor idade com normas estabelecidas para adultos, nem mesmo todos os adultos, fazendo abstração de circunstância atenuantes, ou servindo-se de uma jurisprudência que poderia não convir, mas da qual se poderia aproveitar, a fim de justificar, no foro externo, um culpado. Mas o juízo de foro interno é infinitamente mais difícil de estabelecer, sobretudo, se pretendemos estabelecê-lo em nome de Deus. Não se trata de omitir regras de conduta. O próprio Deus instituiu mandamentos, mas em relação àquele que considera o homicídio, sabemos quantas guerras mortíferas foram legitimadas, sob o falacioso motivo de defesa contra uma injusta agressão, ou exterminar os infiéis tidos como inimigos da Igreja, e como hoje o sentido cristão o julga diferentemente.

Não é em vão que o Cristo, no Evangelho, adverte-nos contra a tentação de julgar os outros. O juízo moral, sob forma categórica, aplicado a uma pessoa,



Digitalizado com CamScanner

é um ato que fere — e às vezes gravemente — ato que o homem não tem direito de dispor, reservado por Deus unicamente para si próprio. Nós apenas podemos fornecer elementos de juízo, envoltos em muitos "se", concernindo a circunstâncias, intenções, temperamento das pessoas, seu passado etc. E, se o último Concílio realçou energicamente que a consciência individual é, em última análise, o juiz dos próprios atos, após Deus, é por ter reconhecido que mesmo a autoridade eclesiástica não pode julgar definitivamente, embora o Cristo lhe tenha confiado o encargo de ligar ou desligar os pecados. Aliás, tal investidura não consiste em "julgar", mas carregar ou aliviar as consciências realmente arrependidas.

Não sabemos também nós, através da moderna psicologia, que o *próprio indivíduo* não é bom juiz para sua culpa pessoal? Ora a aumenta e acusa por uma necessidade angustiosa, ora, pelo contrário, minimiza sua responsabilidade para obter uma segurança satisfatória. Assim sendo, tanto, o padre como o penitente vêem-se levados, em muitos casos, a acrescentar à acusação um "na medida em que Deus vos considere culpado", e o outro: "na medida em que Deus me considera culpado". Há muita sabedoria nestas fórmulas que reservam a Deus a última palavra, o julgamento supremo, não para pôr a falta em dúvida ou desculpar às pessoas ou a si mesmo, mas para ser realmente eqüitativo e obter o perdão que vai ajudar a agir melhor. O principal é pesquisar juntos a explicação daquela conduta, onde certamente entra uma parte de responsabilidade, e como torná-la mais conforme à exigência divina, moral, à disciplina da Igreja.

Outra razão para nos abstermos de formular prematuramente um juízo, seja ele de condenação, seja de falta de responsabilidade (dois extremos igualmente censuráveis) é o fato de o próprio Cristo, podendo



Digitalizado com CamScanner

pronunciá-los com autoridade, abster-se de fazê-lo, por ver o quanto era isto contrário à conversão dos pecadores e à benevolência do Bom Pastor. Basta relembrarmos sua posição para com Madalena, a pecadora, de quem ele realça os gestos de amor generoso e verdadeiro arrependimento; sua atitude em face da Samaritana a quem propõe uma água mais refrescante, em vez de martirizá-la com censuras por ter tido sete maridos; em face da mulher adúltera, a quem diz, após ter indicado que é preciso ser inocente para poder julgar com justiça e desapaixonadamente, "também eu não te condeno" (Jo 8,11). Eu, no entanto, que sou inocente e vítima do pecado dos homens. Sem dúvida, porque a hora de julgar, aqui na terra, é muito prematura. As causas longínquas de nossas faltas remontam aos nossos primeiros pais; e suas conseqüências (que entram na apreciação de sua responsabilidade) projetam-se num porvir distante. Mesmo que não as tenhamos voluntariamente querido, somos-lhes solidariamente responsáveis, e nada é mais oposto ao cristianismo do que ficarmos de lado, negando nossa responsabilidade individual ("Sou porventura eu o guarda de meu irmão?" Gên 4,9), pois somos todos responsáveis e solidários de todos, não formando com eles senão um só corpo, uma única humanidade, esta, cuja cabeça é o Cristo. Por ocasião de sua vinda, diante da humanidade reunida é que poderá ser feito o "último julgamento", último e definitivo. Compreendemos melhor, através desta ótica, por que o Cristo dizia aos fariseus que as meretrizes os precederiam no reino dos céus (Mt 21,31).

A única atitude realmente psicológica e pastoral ao mesmo tempo é, pois, a de abster-se de qualquer julgamento de apreciação de uma conduta. Nem os elogios são recomendáveis (impedem muitas vezes a confissão de certas motivações), nem as censuras que dificultam a abertura confiante. Poderia o médico ini-



Digitalizado com CamScanner

ciar uma consulta, censurando seu doente? E por isto, Cristo, médico das almas, diz não ter vindo para "julgar" [14], mas para salvar. O indispensável é permitir ao consulente ver as suas motivações pessoais, conscientes e inconscientes, individuais e sociais, atuais e remotas, para que possa refletir na maneira como poderá agir melhor. Porque a exigência moral, e portanto, o dever de fazer melhor existe e existirá sempre: Cristo nos disse: "Sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito" [15]. A apreciação, tanto quanto podemos humanamente formulá-la, virá depois, quando tivermos mandado, ajudado a ver mais claro para decidir com melhor conhecimento de causa. Formar a pouco e pouco o julgamento, liberando o homem daqueles que pesam indevidamente na sua consciência, ou que com excessiva facilidade lhe tranqüilizam a consciência, e dentro deste contexto levar em conta o que ao mesmo tempo dizem o consulente e a lei moral. Este é o fito. Não consiste em abster-se de qualquer exigência, ou justificar os comprometimentos sob pretexto de poder facilitar equilíbrio psicológico — que, aliás, nunca será plenamente atingido, sem que a verdadeira exigência moral seja satisfeita. Não podemos cindir o homem: de um lado sua consciência psicológica, e de outro, sua consciência moral, como se ambas fossem independentes e não interferissem uma na outra. Seria, porém, um erro contrário crer que a verdadeira consciência moral não passa, pela tomada de conhecimento psicológico das verdadeiras motivações, e prender-se a regras cegamente impostas.

Existem casos excepcionais em que às vezes é indicado intervir. São aqueles em que o consulente, em virtude de uma angústia mórbida, que pensa acabar com a vida, ou, levado pela paixão, quer prematura-

[14] Jo 3,17.
[15] Mt 5,48.



Digitalizado com CamScanner

mente propor um divórcio, cometer um ato irreparável. O próprio Freud pedia a seus doentes para absterem-se de decisões precipitadas durante o tratamento. Igualmente, nas crises ansiosas graves, deve-se impedir, mesmo fisicamente, soluções imediatas irreparáveis. O melhor meio de fazê-lo, excluindo-se os calmantes e antidepressivos que um médico poderá recomendar e para cujo uso o paciente deve consultar, o melhor meio seria que o padre, em vez de contradizer diretamente o doente, procurasse escutá-lo com paciência, insinuasse-lhe os motivos de esperança, fizesse reconsiderar ainda a sua decisão em momentos de maior serenidade, crendo na misericórdia e no auxílio divino. Trata-se, pois ainda de evitar para si, e procurar evitar para o consulente, juízos precoces e categóricos, levá-lo a temperar suas afirmações, acalmar suas apreensões para poder ver com clareza.

Assim também, se em consciência o padre acha que deve recusar a absolvição, deverá não formular um juízo de condenação, ou uma recusa categórica da absolvição, mas adiar a solução do problema e, no intervalo, convidá-lo a refletir no caso, com orações. As resistências são muito mais facilmente vencidas pela vontade manifestada e pela misericórdia, do que por ameaças de recusa de absolvição ou julgamentos impostos sob pretexto de autoridade. "As almas, dizia o Abbé Hovelin, confessor do Père de Foucauld, são seres que sofrem e que mais necessitam ser consolados do que ensinados e corrigidos" [16].

Através de um exemplo, gostaríamos de mostrar como, ao evitar qualquer sentença de censura como de aprovação, pode-se ajudar consulentes a enxergar melhor os seus problemas.

No caso que passamos a narrar, um rapaz e uma

[16] Ver M.-Th. LEFEBVRE, *Textes et Pensées de l'abbé Huvelin*, Paris, 1961.



Digitalizado com CamScanner

moça, que chamaremos de Maria e Paulo, planejam casar-se. Os contatos cada vez mais ousados de Paulo assustam Maria; o amigo procurou justificar-se, dizendo que tais satisfações o tranqüilizam, favorecendo-lhe condições para melhor estudar. Um tanto preocupada, ela aborda um sacerdote pouco antes de sua missa dominical e faz-lhe uma pergunta dissimulada e vaga:

— Maria: Sr. padre, quero lhe fazer uma pergunta teórica.

— Padre: Estou às suas ordens.

— Maria: Em teoria, o que é mais grave: não cumprir os deveres de seu estado ou ter relações sexuais?

— Padre: Suspeitando uma dificuldade pessoal: É difícil responder a esta pergunta com uma palavra. Nos dois casos há falta, se houve pleno conhecimento e liberdade. Num caso, trata-se de negligência, noutro, de uma falta contra a castidade.

— Maria: Perfeitamente, mas qual dos dois é o mais grave? Suponhamos que um homem deva decidir.

— Padre: A senhora sabe que pecar é afastar-se de Deus, romper nossa amizade com ele. Assim sendo, pouco importa saber qual das faltas mais afastará de Deus.

— Maria: Mas é uma pergunta que me fazem todos os dias, e eu gostaria de saber como responder. É um conselho que lhe peço.

— Padre: Não posso responder assim, repentinamente. Tudo depende da situação e das circunstâncias. Se quiser, conversaremos sobre isto com mais calma, depois da missa.

— Maria: Perfeitamente; mas posso vir com meu noivo?

— Padre: Pois não. Venha com ele.

(*Após a missa, num locutório*):

— Padre: Então, a senhora está com algum problema?



Digitalizado com CamScanner

— Maria: Estou, padre.

— Padre: Pelo que compreendi, a pergunta era a seguinte: escolher entre duas hipóteses: faltar aos seus deveres de estado ou pecar contra a castidade.

— Maria: Exatamente, mas nós não queremos cometer pecados. Nossa situação é difícil. Como poderei descrevê-las?

— Padre: Vocês dois estão em dificuldade?

— Maria: Sim; estamos noivos, mas só podemos nos casar daqui a dois anos.

— Padre: Esta situação é que a perturba?

— Maria: Tudo estava indo bem, até este ano. Meu noivo é universitário, e as coisas corriam normalmente nos seus estudos. Agora, porém, não consegue mais estudar. Saiu-se mal nos exames. Ele acha que precisa ter relações mais íntimas comigo para ter maior rendimento no seu estudo. Minha mãe sempre recomendou grande prudência nestes assuntos, e eu também penso assim.

— Paulo, que ouvia com atenção e mostrava certo nervosismo: Meu estudo vai mal, e o motivo é não encontrar nenhum meio para liberar minha tensão sexual.

— Padre: É uma situação difícil para você.

— Paulo: E um dilema sem solução. Já conversei com colegas e médicos. Todos acham que devo procurar alguma satisfação sexual.

— Padre: Neste caso, que fez você?

— Paulo: Quero ter relações mais íntimas com Maria, mas ela se nega, dizendo ser pecado.

— Maria: Quero preparar-me para o casamento com toda a pureza e na graça de Deus. Vejo, porém, o perigo que corro de perder Paulo, caso continuo a não ceder.

— Padre: Em suma, vocês dois têm seus problemais, mas diferentes e não sabem como resolvê-los em harmonia. Não é isto?



Digitalizado com CamScanner

— Paulo: Perfeitamente. Eu poderia, sem dúvida, procurar outra moça para sentir-me melhor, mas acho uma infidelidade ao meu amor por Maria.

— Padre: É muito louvável esta sua atitude de fidelidade para com sua noiva. Não seria o caso de antecipar o casamento?

— Paulo: Seria uma irresponsabilidade de minha parte. Não tenho meios para sustentar mulher e eventuais filhos. Além do mais, nossos pais não são ricos.

— Padre: Nesta circunstância, temos de procurar uma maneira cristã de agir, sem ser união sexual.

— Paulo: Exatamente. O senhor não acha, padre, que eu poderia ter relações mais íntimas com Maria, fazer-lhe carinhos?

— Maria: Está certo, mas eu não quero pecar com Paulo. Minha mãe nunca consentiria uma coisa dessas. Seria capaz de morrer de desgosto.

— Paulo: Mas, Maria, é preferível cometer um pecadinho do que destruir totalmente nossa felicidade.

— Padre: Se estou entendendo bem, Paulo, parece-lhe impossível não cometer pecados.

— Paulo: Não! não é que eu queira pecar, mas desejo cumprir minhas obrigações de estudante, e para isto, exprimir mais os meus sentimentos por Maria. E no final das contas, talvez nem seja pecado. Haverá mal em ter relações mais íntimas, em encontrarmo-nos com maior freqüência, num ambiente mais propício, trocarmos beijos e carinhos?

— Maria: Mas, padre, o que Paulo quer não é pecado?

— Padre: Talvez Paulo pudesse precisar seu ponto de vista.

— Paulo: Já que o problema foi assim apresentado, parece-me claro que nós devemos e podemos viver segundo nosso estado de vida atual. É evidente que



Digitalizado com CamScanner

não podemos praticar atos reservados aos esposos. Ainda não podemos nos casar e assumir as responsabilidades deste estado.

— Maria: Mas, Paulo, estamos então bem de acordo que não devemos nos permitir os atos do casamento.

— Paulo: Evidentemente, e repito-o com toda a convicção.

— Maria: Neste caso, padre, o senhor pode-nos dizer mais precisamente o que é permitido nesta situação?

Como se vê, o padre é constrangido a dar algumas indicações, mas não fala em proibição, nem em falta, antes de terem os dois lados interessados mencionado especialmente seu ponto de vista. Lança-lhes a réplica, levando-os a apresentar os equívocos que reinam entre ambos. A noiva receia ser forçada a consentir em carinhos imodestos ou chegar mesmo a atos propriamente conjugais. O noivo crê poder se conter a tempo, entregando-se, no entanto, a contatos que lhe vão aliviar a tensão e permitirão maior êxito nos estudos.

O padre poderia então mostrar que, em busca de relações mais íntimas, os dois noivos se arriscam, mesmo sem ter querido, a perder controle de si mesmos, como já aconteceu a tantos outros que, de início tinham as melhores intenções, mas acabaram por ceder. O desejo sexual, na verdade não se aquieta, mas aumenta com as demonstrações de afeto, na intimidade. A menos que cometa cada vez faltas solitárias durante tais expansões de carinho — o que lhes daria remorsos e seria um pecado — eles devem se manter nos determinados limites de afeto, permitidos aos noivos. O afeto, precisamente, não é para ser confundido com o desejo sexual. e sua saciedade, mesmo em certos limites. Pode e deve unir-se nas relações matrimoniais. Mas entre noivos cristãos, situa-se num conhecimento e complacência mútua, de ordem mais delicada e espiritual que une os corações e as almas, num mútuo respeito



Digitalizado com CamScanner

dos corpos, como acontece em família e entre amigos íntimos.

Assim compreendido e nos limites de certas manifestações honestas, este afeto favorece aos noivos uma profunda alegria e satisfação que sacia a necessidade sexual. O mesmo acontece quando um marido deve, por algum tempo, abster-se de relações com sua mulher. É, portanto, uma atitude a assumir, que supõe sem dúvida grande renúncia, mas largamente compensada em seguida, no casamento.

Quantos esposos, pelo contrário, não encarando no casamento senão a saciedade de seu desejo sexual, chegam rapidamente ao divórcio. O casamento só pode ser estável quando o afeto e a estima passam à frente do desejo. Dois anos não serão demais para chegar assim a um casamento feliz.

Este esquema de instrução, esperado pelos noivos e por eles explicitamente requisitado, deveria, nem é preciso dizer, ser longamente explicado, mostrando-se também como, após um primeiro estágio de desejo, os noivos devem se buscar também num plano mais pessoal e generoso, que lhes permitirá suportar, com proveito, os longos meses de espera, e de se ajudarem mutuamente, em vez de forjarem dificuldades e tensões aparentemente insuperáveis. Mas, sem dúvida, essas explicações supõem certo conceito do amor sexual e da afeição, que não seja totalmente inspirado num freudismo [17].

À neutralidade acolhedora que se absterá de toda explicação e levará muitas vezes, sem o querer, a viver

[17] Já nos explicamos diversas vezes a este respeito, noutros trabalhos. Ver, por ex., nossa *Psychologie dinamique*, tomo II, págs. 279-297, ou nossa *Psychologie pédagogique*, tomo II, págs. 215-218 e, mais recentemente, num artigo da *Nouvelle Revue Théologique*, *abril* 1970, apoiando-nos em recentes escritos de psicanalistas formados na escola de Freud, mas que o superaram neste ponto (págs. 373-376).



Digitalizado com CamScanner

compromissado com a paixão e entreter assim uma consciência errônea ou duvidosa, mais vale, se somos padres ou conselheiros cristãos, esclarecer a mente, mostrar o significado humano e cristão do amor. A inteligência sustentará assim a vontade e far-lhe-á entrever um modo mais feliz de se conduzir.

Todavia, no início da conversa ou das conversas, não convém propor logo uma doutrina, estabelecer juízos prematuros. A neutralidade acolhedora é então aconselhável, a fim de permitir aos consulentes explicarem seu ponto de vista com toda a liberdade. Não julgar torna-se, portanto, um princípio absolutamente válido, se em seguida ajudamos o consulente a criar um julgamento que leve em conta as exigências morais e cristãs, e que lhe traga, ao mesmo tempo, maior satisfação.

### 3. Princípio de individuação ou unicidade do caso

Uma das freqüentes tentações dos estudantes atraídos pela psicologia é classificar os indivíduos em categorias ou tipos psicológicos, inspirados nas caracterologias, como a de Le Senne-Berger, ou as biotipologias, como a de Pende, ou as morfologias, como as de Sigaud, de Corman, ou as classificações psiquiátricas (histeria, paranóia, esquizofrenia). Outros há que procuram conhecer as pessoas pela caligrafia, por testes de personalidade cuja análise se faz através de referências a classificações já conhecidas. A dificuldade deste modo de aproximação para conhecer os indivíduos consiste, precisamente, no fato de estes indivíduos situarem-se além das categorias. São "singulares" e, como tais, escapam às categorias. Já no plano orgânico, os indivíduos têm uma fórmula extremamente complexa e especial, o que explica as "rejeições" de implantações de tecidos. Através das "grades" que são as categorias, as



Digitalizado com CamScanner

características individuais são precisamente as que escapam. Mesmo quando úteis para orientar o psicólogo e fazê-lo emitir hipóteses e trabalho, estão sujeitas a ocasionar grandes erros de diagnóstico. Os Rorschach, estudos grafológicos, mesmo sendo certa expressão do indivíduo, não passam de uma expressão parcial, um estereótipo que é preciso saber ultrapassar. Que dizer então quando se trata desta individualidade, muito menos redutível às categorias e que se chama Pessoa humana, cujas disposições psicológicas não resultam apenas do temperamento, da forma do rosto, das tendências mórbidas, mas de toda uma longa história? Ora, a pessoa é justamente o nódulo essencial que escapa a qualquer estrutura e não é estruturado. Ela é o fator que determina e não é determinada, porém livre.

Tal o motivo, aliás, de os indivíduos submetidos aos psicólogos, sentirem certo mal-estar. Têm a impressão de serem classificados, fichados, analisados através dos determinismos ou determinações, de onde se tirarão conseqüências que serão comunicadas a muitas outras pessoas, por vezes, menos a eles mesmos. Não lhe respeitam a "pessoa"; tratam-nos como indivíduos de determinada categoria: um histérico, um mentiroso, um burguês, um reclamador (hoje, um "contestatário"), quando, no entanto, não são apenas isto, pois deixamos de lado os recursos mais profundos que trazem em si, sua boa vontade. Em suma: dirigem-se a sua "personagem", freqüentemente falsificada, imposta pelo grupo, e não ao seu verdadeiro "eu".

Justamente numa terapia psicológica e não medicinal, é ao nódulo central da Pessoa que nos dirigimos. O consulente, sobretudo se é um doente psíquico, tem a impressão de ser alienado, vítima de determinismos que pesam sobre ele: determinismos biológicos, educativos, sociais. E, com efeito, haverá sempre o que reformar em tais pessoas. Mas o que ele deseja e deverá



Digitalizado com CamScanner

aprender é como disto liberar-se suficientemente, como ser mais ele próprio, servindo-se das forças criadoras, não estruturadas que nele habitam, da margem de liberdade de que dispõe.

Assim sendo, conhecer os determinismos que vêm da constituição, do temperamento, da educação, analisá-los através dos testes ou das caracteriologias é, sem dúvida, muito útil, mas todos estes elementos mantêm-se ainda relativamente exteriores à pessoa. Faz parte de sua personalidade, compreendida no sentido mais amplo da palavra. O importante é saber como a Pessoa se situa em relação a estes determinismos, como poderá superá-los, e melhor ainda, como pode e deve servir-se deles para conseguir viver segundo um ideal de liberdade, que não seja quimérico.

Abordamos aqui uma questão atualmente central na pesquisa psicológica. E. Erikson[18], e outros com ele ou após ele, mostraram que o homem, especialmente por volta da idade adulta é movido por ardente desejo de encontrar sua identidade, ser ele próprio, sem reduzir-se ao desejo sexual, especialmente realçado por Freud, e este anseio é tão importante quanto o desejo sexual. Mas que significa ser "ele próprio"? Dar livre curso aos desejos do instinto, libidinoso ou agressivo, que em nós dormitava, e que fora talvez muito rigidamente reprimido? Ou, pelo contrário, viver o mais unicamente possível das exigências e de um ideal espiritual que se arrisca a não ser bastante humano, e na continuidade apelar por vingança ou criar uma insatisfação perpétua?

Pensamos que, para o homem, ser ele próprio significa tornar-se humano, e, por conseguinte, retomando

[18] Ver ERIKSON Erik, *Childhood and Society*, N. Y., Norton, 1950 (tr. fr. *Enfance et Société*, Delachaux, 1959, outras traduções em alemão e italiano), especialmente *Identity, Youth and Crisis*, ibid, 1968.



Digitalizado com CamScanner

a frase de Pascal, não ser "nem anjo nem besta". Mas nesta dualidade que se manifesta e existirá sempre, digam o que disserem, no homem, entre o homem espiritual que por vezes quer assumir por demais o papel de anjo e assusta-se com as humilhações que lhe inflige a carne, e o homem carnal, que se acusa também, mas de maneira diferente, de ser vítima de sua carne, a solução não consistirá em encontrar um equilíbrio, mas um equilíbrio *hierárquico* [19], no qual as exigências do espírito têm uma parte, não exclusiva, mas preponderante? Neste caso, cada um deverá, para ser realmente ele mesmo, para ser autenticamente humano, para realizar sua "identidade", como hoje se diz, deverá encontrar a justa medida, o equilíbrio ao mesmo tempo fisiológico, afetivo, moral, espiritual que convém a sua pessoa, no quadro de vida social, familiar, comunitário que é o seu, ou que ele escolheu.

Ora, este meio-termo não aparece magicamente. Depende de um conhecimento de si mesmo que não vem somente dos testes, mas da experiência de cada um. Depende também da tomada de consciência das forcas instintuais, mas ainda das exigências espirituais, e da serena e refletida elaboração de um plano de vida, ou sistema de valores, experimentado, modificado, retocado, segundo os resultados e as vocações dos indivíduos. Retomando uma expressão há pouco utilizada por nós, o homem torna-se assim uma estrutura estruturada, mas também capaz de se estruturar, em fun-

[19] O próprio Freud, em oposição a alguns de seus comentaristas recentes, admitia a existência de hierarquias no aparelho psíquico. Escreveu, com efeito, num opúsculo de 1917, intitulado *"Une difficulté rencontrée par la psyichanalyse"* (Ed. Stratchey, XVII, 141): "O espírito (Mind, Geist) não é coisa simples; pelo contrário, é uma hierarquia de instâncias super-impostas e subordinadas, um labirinto de impulsos que procuram achar uma saída independentemente, segundo a multiplicidade das pulsões e das relações com o mundo exterior, dos quais muitos são opostos e incompatíveis entre si.



Digitalizado com CamScanner

ção de uma estrutura ideal, de um projeto de vida, de uma Weltanschauung, e modificável com o tempo. É ele uma estrutura estruturada pela hereditariedade, educação, cultura, mas auto-estruturante, graças à tomada de consciência de si mesmo e de seu meio, e da orientação que pode dar a sua vida em função de um ideal que pessoalmente escolheu para si.

A terapia, a arte de aconselhar, consistem na capacidade e perícia que permitem ajudar as pessoas a encontrar este equilíbrio hierárquico que lhes convém, no qual, se querem realmente ser homens, os valores espirituais ocuparão sempre o primeiro lugar, sob pena de viverem de ajustes insatisfatórios, ou tornarem-se escravos da carne. Por isso, o padre — que representa de maneira mais especial os valores espirituais e religiosos, valores que formam a cúpula desta estrutura hierárquica —, o padre representa um papel não único, porém privilegiado, desde que, por outro lado conheça e compreenda bem os problemas humanos, a trama dos mecanismos instintuais e sociais, que ocupam lugar mais importante do que se imagina, em nossa conduta pessoal.

Essa digressão, de tipo "metapsicológico" pareceu-nos indispensável para responder ao que se deve entender como princípio de "individuação", que se estende até a busca da verdadeira "personalidade", do "eu autêntico", que ninguém gostaria de reduzir a um "eu animal" ou a um "eu" puramente sociológico, imposto em certos países comunistas, e também para mostrar que a terapia implica e sempre implicará, quer queiramos ou não, certa "metapsicologia", certo conceito do homem. Não pode existir conceito realmente neutro e perfeitamente empírico do homem. E o liberalismo, conforme desenvolveremos a propósito do quarto princípio, não deve ser confundido com a flouxidão total das exigências morais em favor daquelas, muito mais tirânicas, do instinto ou de uma sociedade despersonalizada.



Digitalizado com CamScanner

Voltando ao princípio de individuação, que consiste em não se limitar a ver o indivíduo como pertencendo a determinada categoria, na qual muitos outros poderiam entrar, ou como um caso, que pode também ser comum a muitos (por exemplo, casos de delinqüência de divórcio, de depressão), mas chegando até a Pessoa única que se enquadra naquele caso, que sente e experimenta a seu próprio modo, torna-se evidente que não podemos alcançar semelhante conhecimento, sem um contato pessoal, e sem que o próprio indivíduo consinta falar da maneira como o sente. Além do mais, este trabalho de "expressão" será enormemente facilitado ao indivíduo que não compreende a si próprio, quando é precisamente ajudado a se compreender, a se reconhecer, apesar de os medos e receios que o levam a esconder-se, a salvaguardar as aparências, a conservar a máscara. Será, pois, necessário, mais ainda do que no terreno da medicina, obter a confiança do indivíduo — que talvez nunca a cedeu a ninguém — levá-lo a se revelar sem violência e mentiras. Tal tomada de consciência, efetuada ao mesmo tempo pelo cliente e pelo terapeuta será, igualmente, a base essencial da cura ou restruturação, que também não se processará sem a participação e consentimento do consulente. Se a rigor podemos tratar, e até certo ponto, melhorar a condição física de um enfermo orgânico, com a ajuda de tratamentos e medicamentos impostos, igual processo e impraticável na psicoterapia, propriamente dita. Podemos tratar um órgão enfermo, sem tratar "com" o doente; mas é impossível esclarecer seus problemas psicológicos senão tratando com o doente, que aprenderá a melhor tratar-se a si mesmo.

Que um princípio e método assim compreendidos sejam conforme às exigências do cristianismo e aos exemplos ou ensinamentos ministrados pelo Cristo, parece-nos, agora, mais evidente.



Digitalizado com CamScanner

O cristianismo, com efeito, pede a cooperação do homem para a sua "salvação", e o Cristo sabia que coisa alguma verdadeiramente pessoal se pode esperar do homem se o não tratarmos com grande respeito e amor extremo, amor sempre pronto a sacrificar-se. Eis todo o sentido daquela comparação do "Bom Pastor", de que se serve o Cristo para caracterizar seu ministério. Se ele diz conhecer cada ovelha por seu nome, tal afirmação significa não as conhecer somente por fora e anonimamente, mas no íntimo. Se acrescenta que conhece suas ovelhas, mas elas também o conhecem, significa ter penetrado em sua intimidade, arrombando o redil com intenção de roubar, como ele próprio o diz, mas tendo-se revelado a si mesmo durante o diálogo. Não se trata, pois, somente de um conhecimento unilateral, mas de um conhecimento mútuo que os psicanalistas reconhecem ser inevitável, mesmo se o psicanalista faz-se conhecer através de seus problemas e o modo como os vive[20].

Além do mais, Cristo sabe que, para conquistar a confiança, é preciso muita doçura e humildade. São duas "virtudes" bem pouco apreciadas, até entre cristãos, sem falar dos não-cristãos que as consideram pouco viris. No entanto, são essas precisamente as "qualidades do coração" indispensáveis para a aceitação de si mesmo e do outro, a aceitação de si pelo outro. Quantas pessoas não compreendem os outros porque são "duros"; quantos outros recusam entrar em contato com Deus ou com o próximo pelo fato de se terem

[20] Benjamin WOLSTEIN *op. cit.*, realça, desde as primeiras páginas de seu livro, este conhecimento recíproco que se realiza no decurso de um tratamento psicanalítico, ou de outra psicoterapia. O consulente, se é inteligente e dotado de sensibilidade intuitiva, observa atentamente as atitudes e reações de seu terapeuta. Embora não seja a matéria da análise, as respostas orais ou mudas que um psicanalista dá a seu cliente, são "avaliadas" por este último, e influem no decorrer da terapia.



Digitalizado com CamScanner

endurecido. A força, destituída de coração, pode tornar-se força bruta, sem respeito pelos direitos alheios. E não é preciso muita força para ser doce e humilde no meio das violências e injustiças, às quais se poderia corresponder igualmente pela força? A força da alma não é força física, muscular, apanágio da virilidade. Pode "triunfar na fraqueza", ao passo que o forte de músculos e de masculinidade pode mostrar-se bem fraco relativamente às suas paixões e só obter vitórias precárias sobre aqueles que quer dominar.

Há muito publicam-se obras que indicam como dirigir indivíduos de certo tipo caracterial (os flemáticos, os sangüíneos) ou de certa categoria nosológica (os deprimidos, escrupulosos, coléricos). Alguns autores, como o Pe. Guilloré, no século XVII [21] já procederam desta forma. Mas, se estes manuais podem prestar serviço, seu perigo consiste em deixar parecer que podemos nos dispensar de chegar até o individual e o pessoal. Assemelha-se isto à tentativa daqueles que desejam classificar os estilos literários, e, em geral, as obras de arte, em diferentes escolas. Mas a obra literária ou artística, na própria medida em que escapa da banalidade, escapa também da categoria, se bem que a podemos colocar numa categoria como estilo impressionista ou realista, estilo abstrato etc... Existem loucos de gênio e loucos sem gênio. Santos de traços neuróticos bem acentuados e, no entanto, sendo personalidades de alto nível espiritual e mesmo humano. Raramente um gênio deixa de pagar seu talento com algum desequilíbrio. Se pois quiséssemos tratar as pessoas em virtude de seu temperamento ou de seus únicos sintomas nosológicos ou traços de caráter, expor-nos-íamos a sérios erros.

Perigo análogo se encontra entre aqueles que gostariam de julgar da aptidão para uma vocação sacerdo-

[21] Supra pp. 20-21.



Digitalizado com CamScanner

tal ou religiosa, atendo-se a um conjunto ("cluster") de traços de caráter que se encontram freqüentemente, e de maneira muito significativa, em candidatos que chegaram ao sacerdócio, ou atendo-se à falta de contra-indicações. Sempre haverá vocações que escaparão destes perfis ou conjuntos de traços, fundados na estatística, e, portanto, na maioria. Disposições de ordem moral e espiritual, ou mais ainda, de ordem sobrenatural podem compensar, até certo ponto, a falta de alguns traços que, habitualmente, facilitam a realização da vocação. Verdade é, e vemos com freqüência, que estas disposições evoluem com o tempo e que certas tendências neuróticas ou mesmo psicóticas, captadas entre os candidatos, desaparecem com o tempo. Há também o caso contrário: indivíduos que parecem indenes contra estas tendências e tornam-se neuróticos ou psicóticos [22]. Os psicólogos ou psicanalistas aos quais são encaminhados os candidatos, tornaram-se mais prudentes em seus julgamentos, ou remetiam a decisão aos superiores de seminários que devem "pesar" o pró e o contra, levando em conta as consultas psicológicas ou médicas, mas também as apreciações que resultam das qualidades sobrenaturais, morais do comportamento durante "experiências" de vida apostólica [23], de vida enclausurada, e vida comunitária. A este respeito, os julgamentos apresentados pelos membros da comunidade que vivem de perto com os candidatos têm igualmente, grande valor [24].

[22] Ver as recentes opiniões de peritos que examinaram candidatos à vida religiosa: R. VAUGHAN, *A Psychological Assessment Program for candidates for a Religious Order*, Loyola Univ. Chicago, 1969. Nem por isso desaparece o valor dos testes, como podemos observar pessoalmente. Mas é preciso "relativizá-los".

[23] Ver adiante, a obra de OGLESBY W. B., pág. 143. *A Ratio fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (nºs 12 e 42) acompanha este sentido.

[24] Ver *Ratio fundamentalis*, nº 41.



Digitalizado com CamScanner

Tratando-se de casos individuais, nunca se conseguirá fazer um cerco tão estreito que se possa tornar automática a decisão, sem o risco de enganar e escapar do perigo que um julgamento prudencial sempre comporta, apoiando-se em elementos imponderáveis que derivam mais da intuição e da experiência, da graça do estado (desde que ela não nos dispense do uso de métodos científicos). Já demonstramos (pág. 50-54) como a prudência se situa num plano semi-especulativo, semiprático, fundindo-se, de um lado na arte de aproximar um caso do outro, e de outro lado, na intuição concreta do que o problema apresenta de particular. Tal evidência mais reforça o que mencionamos sobre o princípio de individuação, isto é, que não podemos julgar um caso individual, referindo-nos unicamente a casos análogos ou a grupos de traços ou rótulos caracterológicos, psiquiátricos e outros. É preciso ir adiante, até o próprio indivíduo que representa um grupo, ou complexo de traços, diferente de qualquer outro, singular, ou melhor, pessoal. Como diziam com acerto os antigos filósofos, desde Aristóteles, o individual não se pode exprimir em conceitos gerais e, menos ainda, o pessoal. Tão-somente poderemos cingi-lo de perto; ele estará sempre fora de nosso alcance. Nenhuma fita magnética gravada, mesmo completada por um filme gravado, poderá definir uma exata situação terapêutica. Nenhum analisador (como dizia Michelet, falando de Taine), poderá conhecer o que é (segundo Proust) "o menos suscetível de generalidade, os traços individuais"[25]. O mesmo afirmava Péguy ao dizer que a arte literária é demasiadamente pessoal ao artista, para poder ser posta em fórmulas ou socializada[26]. Ora, o ministério do padre conselheiro é arte tanto quanto

[25] M. Proust, citado por J. Mambrino, em *Etudes*, agosto-setembro 1970 pág. 228.
[26] Ver o mesmo artigo, mesma página.



Digitalizado com CamScanner

ciência, conforme dissemos no primeiro capítulo deste trabalho [27].

Muito distante de nossa mente a idéia de que o estudo dos princípios das categorias nosológicas ou caracteriais seja absolutamente inútil. São estimativas e elementos de aproximação muito úteis, e que se deve levar em consideração. Nós mesmos apresentamos ao leitor alguns princípios e casos. Mas o especialista deverá evitar de tratar um caso concreto, aplicando cegamente os princípios, ou as conseqüências que valem por uma categoria, ou um caso proposto como exemplo.

A palavra "caso" contém noções ambíguas que prestam a confusões. Há o caso da casuística, dado "como exemplo" da aplicação dos princípios, e cuja solução se deduz dos princípios já expostos. Referimo-nos a ele, como sendo a solução naquele caso. Mas há o caso que serve de ilustração e de indicação do que se pode fazer em tal circunstância que é necessariamente concreta e particular, para servir de modelo, não de "solução", mas de método de solução e utilização dos princípios e conhecimentos científicos. É dado "como exemplo concreto", mas não como "tipo de solução", válido para outros casos, mais ou menos análogos, à maneira de um exemplo de gramática que deve ser seguido em todos os casos, sem exceção. Essas discussões de casos são muito úteis conforme ainda veremos, mas a prática demontra logo a distância entre estes casos concretos, que encontramos no ministério pastoral. O exemplo não é necessariamente um modelo a seguir, e convém não confundir o caso "genérico", servindo para ilustrar alguma doutrina, com o caso particular que lhe serve de base ou que nós mesmos estamos enfrentando.

[27] Ver acima, pág. 12.



Digitalizado com CamScanner

## 4. Princípio de respeito da liberdade alheia

Este princípio é também chamado por alguns autores, princípio de "autodeterminação" (self-determination) do cliente, e visto pelos psicólogos como uma disposição essencial no terapeuta. Se é, indiscutível em sua generalidade, ergue, porém, muitas objeções práticas, e mesmo teóricas, entre as quais algumas pertencem ao padre que cumpre a sua tarefa de conselheiro.

De modo geral, este princípio indica nosso dever de deixar, e até mesmo de favorecer, ao homem, na medida do possível, a liberdade de decisão pessoal da qual sua conduta depende. Cabe a ele refletir e julgar, em consciência, como agir. Deve assumir sua responsabilidade, decidindo por si mesmo. Não quer dizer, porém, que, antes de resolver, omita qualquer consulta, seja porque o caso lhe parece difícil de decidir, seja porque espera "luzes" da parte de um especialista. E vimos que o conselheiro deve deter-se em seu papel, que consiste em dar um conselho "consultativo", mas não "diretivo", muito menos "imperativo".

As razões oferecidas em favor deste princípio podem ser assim indicadas:

Diremos de início, que a própria natureza do homem, a que lhe confere valor, dignidade, e mais ainda sua qualidade de filho de Deus, é o fato de ser livre e responsável. Devemos, pois, respeitar este privilégio e dignidade. A sociedade civil parecia, no tempo da Revolução francesa de 1789, opor-se à religião, proclamando os "direitos do homem", e limitando os poderes do monarca absoluto por aqueles que ela concedia ao povo, substituindo um regime monárquico por um regime democrático; naquele, tudo era ditado de cima, sem deliberação de Câmaras legislativas, representando os "súditos". A maioria dos Estados hoje, na medida em que são evoluídos, e mesmo os que menos o são,



Digitalizado com CamScanner

ARQUIVO CENTRAL

reconhecem a conformidade destes princípios. Como vemos, porém, trata-se de uma liberdade correlativa a uma capacidade de julgar sadiamente, oriunda da cultura e do progresso da inteligência. E ela será sempre subordinada a certa forma de autoridade e exercida pelo poder central, que exclui a anarquia. A Carta atual dos Direitos do homem, elaborada pelas Nações Unidas para proteger as liberdades do homem, foi aprovada pelas mais altas instâncias eclesiásticas, e o papa João XXIII, em sua encíclica "Pacem in terris" acrescentou ainda certos direitos, como o de emigrar para poder subsistir e correlativamente, ser acolhido pelo país para o qual emigra.

Mais recentemente ainda, as liberdades concedidas aos estudantes, de participar na elaboração dos estatutos acadêmicos, correspondem a uma capacidade a mais dos jovens de julgar o que lhes convém ou não, confrontando seu ponto de vista com o dos professores ou do Estado. Igualmente, procura-se dar-lhes mais iniciativa no seu trabalho de formação, no preparo das matérias de exames, em vez de obrigá-los, conforme se procedeu durante muito tempo, a ouvirem passivamente as aulas, repeti-las de cor, sob ameaça de não obterem os diplomas necessários. Que sejam indispensáveis longas tentativas para chegar a pôr no devido ponto o justo exercício desta liberdade, em nada altera o assunto. Em qualquer aprendizado de uma nova liberdade, será sempre assim. E os abusos proliferavam antigamente naqueles que retinham o poder. Não invalidam o princípio que é o de favorecer a liberdade das pessoas e ceder-lhes, como numa sábia educação, uma parte maior de decisão, até então retida pela autoridade estabelecida [28].

[28] Erich FROMM descreveu num sugestivo livro, traduzido em diversas línguas (*Fear of Freedom*, London, Routledge, 1951; *La peur de la liberté*, Paris Buchet-Chastel) esta busca ao lon-



Digitalizado com CamScanner

O mesmo acontece na evolução das relações de Deus com seu povo, do papa com os bispos e dos bispos ou padres com os representantes do povo cristão. Lemos que Deus, no princípio, embora exercendo sua misericórdia, após cada transgressão de seu povo, não lhe poupava castigos e ameaças; manifestava-se no Sinai através de raios e trovões quando impunha seus mandamentos (Êx 19,16). Depois, quando "chegaram os tempos" (Gál 4,4), a lei do temor de Deus substitui-se pela lei do amor. Lidando outrora com homens mais rudes, ele podia utilizar-se do sistema do medo. De qualquer forma, manteve sempre o princípio de "entregar o homem ao seu próprio juízo" (Eclo 15,14), dando-lhe assim a possibilidade, senão o direito, de pecar. Vemos, igualmente, como deixou seu povo passar de um regime político assumido pelos sacerdotes, para o regime assumido pelos reis, o que correspondia à evo lução da época, sem obter sempre resultados mais felizes. Ainda uma vez o princípio consistia em deixar o homem o mais possível entregue a sua iniciativa, dentro dos limites dos mandamentos.

De outro lado, é evidente que a nova lei, instaurada pelo Cristo, consistiu, não em suprimir as exigências da antiga, mas em fazer que o homem a observe menos por temor do que por amor, e, portanto, "voluntariamente", conforme explicaremos mais adiante. Continuando a dizer-se "Mestre e Senhor" (Jo 13,14) não se opôs a Judas e deixou a seus inimigos a liberdade de condená-lo à morte, chegando a impedir são Pedro de intervir, com a espada, para defendê-lo. Cristo mostrou-nos Deus sob os traços de um pai de filhos pródigos ou abusivos, que não retém à força a parte dos bens que naturalmente lhes cabe, e não os impede

go da história da liberdade que anima o homem, mas coloca-o também diante das angústias, pois libertando-se ou querendo se libertar de Deus, da pressão social que aliás o garantem, ele absorve riscos e responsabilidades que o atemorizam.



Digitalizado com CamScanner

de se afastarem. Assim agia sabiamente, sem dúvida, tornando possível a conversão voluntária do filho, ou, pelo menos, tornando-a mais fácil. Teria o filho pródigo voltado para junto do pai, quando, experiência feita, assim desejou, se o pai o tivesse amaldiçoado na partida? É, pois, antes de tudo, por uma solicitação de amor, mais do que por temor e ameaça, que se obtém a obediência. Somente o amor pode realmente operar o acordo entre a liberdade e a obediência, por ter elementos para induzir o homem interiormente e "voluntariamente", e não, forçando-o por fora, à maneira de um "super-ego" ameaçador. Ao favorecer a unidade das pessoas, o amor favorece a identidade do querer[29].

Foi também, inspirando-se nestes modelos que a Igreja, renunciando a torturar os heréticos pelas mãos da Inquisição, reconheceu, não sem esforço, durante o último Concílio, a liberdade de consciência em matéria religiosa, indicando que o homem, no uso desta liberdade, lucra em aproveitar-se do que ensina a Igreja, encarregada por Deus de instruí-lo. Não resta dúvida que todas essas liberdades concedidas provocam sérias crises, assim como as liberdades permitidas aos bispos de participarem na elaboração das decisões papais; liberdades outorgadas aos padres, aos fiéis, aos religiosos e religiosas de tomarem parte na elaboração dos estatutos que lhes dizem respeito. Mas este movimento de liberalidade surge como condição de um bem maior, de uma obediência mais livre, refletida e pessoal. Convém admitir que o exercício de tal liberdade não se aprende num dia. Ser-lhe-ás necessárias dolorosas experiências, que vão permitir, talvez, o retorno de muitos filhos pródigos, aos quais não detivemos nem expulsamos à força.

Seria interminável se quiséssemos mostrar como,

[29] Ver a palavra do Cristo a propósito de seu pai: Quae placita sunt ei facio semper (Jo 8,29).



Digitalizado com CamScanner

em diversos domínios, — por exemplo, o da emancipação da mulher que se deve tornar, senão igual, pelo menos uma companheira que o homem respeita e consulta — tanto o poder civil, como as disposições eclesiásticas precedem os direitos da Pessoa. Tal se deu igualmente no domínio da emancipação dos povos, embora se tenha muitas vezes invocado o argumento da imaturidade destes povos, para nos dispensarmos de lhes conceder seus direitos fundamentais, cujo uso só pode ser aprendido pela experiência. Confirma-se assim, por essa influência, que é preciso favorecer o uso e o bom uso da liberdade.

Ora, a psicologia ensina-nos precisamente que o mau uso da liberdade é, muitas vezes, fruto de uma educação excessivamente severa, ou de uma educação severa, mas desacompanhada de amor, sem uso progressivo da iniciativa e da liberdade. As revoltas dos delinqüentes, as angústias acompanhadas de transgressões — pelo menos materiais — da lei divina, ensinam-nos que o temor e as ameaças tão-somente não podem educar validamente a liberdade. Há o reverso da medalha, não contestamos: uma exagerada liberalidade ou uma liberdade precoce concedida às crianças, sem o contrapeso de certa firmeza que acompanha o amor, pode igualmente levar aos excessos e à imoralidade, pelo fato de a criança ou o rapaz não terem jamais aprendido — porque isto teria podido, argumentavam os adultos, criar completos neles — a controlar suas paixões das quais tornam-se vítimas. Explica-se assim, de certo modo, a geração hippie e os novos jovens delinqüentes. Toda a re-educação ou terapia apóia-se num aprendizado progressivo da liberdade, e não na coação ou camisas de força.

Uma rápida análise do método de Carl Rogers [30]

[30] C. ROGERS, *On becoming a Person*, Boston, 1961 (tr. fr. *Le devenir de la Persone*, Paris, Dunod, 1966.



Digitalizado com CamScanner

sobre o respeito à liberdade do cliente, e dos recentes desenvolvimentos nela processados após certos anos de uso, ajudar-nos-á a ver melhor e em que medida, a liberdade deve ser favorecida na terapia e na educação (porque aplicaram-na também, hoje, na educação).

Este método apóia-se, com efeito, no princípio que o indivíduo, por si mesmo e se não é coagido exteriormente, mas vive num meio favorável ao crescimento de sua autonomia, tenderá espontaneamente a desenvolver-se com harmonia, a realizar, da melhor maneira, a sua personalidade. Favorável, pois, a esta tendência profunda de "se atualizar" do melhor modo (self-actualising tendency), C. Rogers admite que o consulente, tendo encontrado um homem acolhedor, compreensível, deixando-lhe e favorecendo mesmo sua liberdade de exprimir-se, de refletir em seguida, encontrará, de início uma tranqüilidade, uma paz, uma esperança, um sentimento de valor que lhe evitarão tomar decisões lastimáveis; será depois mais capaz de elaborar boas soluções. Em suma, o elo de apreço e de amor, entrelaçado na relação e diálogo, impedi-lo-á de empregar erroneamente a sua liberdade. Alguns exemplos extraídos de sessões de terapia gravadas, mostram mesmo que o consulente retorna às suas primeiras decisões de prevenções, obedecendo à paixão, se o conselheiro não lhe impõe solução.

À primeira vista, esta teoria, assim empregada por alguns re-educadores psicanalistas americanos, como Slavson, lembra as idéias utópicas de Rousseau sobre a bondade da natureza humana, sobre a influência corruptora exclusivamente devida à sociedade, e enfim, os princípios liberais da educação propostos por Dewei e outros partidários do "learning by doing", ao qual deverá geralmente reunir-se um "ensinamento" ou ensinamentos, ministrados por um professor ou assistente.



Digitalizado com CamScanner

Na verdade, como vemos através das explicações fornecidas pelo próprio Rogers, e que resumimos, o bom uso da liberdade vincula-se a diversas condições que se realizam no decorrer do diálogo: 1º — ao sentimento de ter diante de nós aquele que é capaz de compreender e aceitar tudo que lhe possamos dizer, sem irritar-se ou querer impor, imediatamente, seu próprio ponto de vista; 2º — ao efeito benéfico que o consulente experimenta em todo o seu organismo quando pôde descarregar seus ressentimentos diante de uma pessoa acolhedora e a quem não gostaria de decepcionar a estima que ela lhe concede tão generosamente[31]. 3º — ao sentimento de que poderá ser ajudado na busca de uma boa solução por alguém, sem dúvida, competente e isento de partidarismo.

Ora, essas três condições estão longe de se realizar em todos os casos. Se temos diante de nós, opositores por princípio, contestatários convictos, não só afetivamente, mas intelectualmente, da exatidão das teorias sobre as quais apóia sua conduta (e que muitas vezes lhes foram dadas por maus conselheiros adultos), é praticamente impossível reduzir com rapidez a força de seus preconceitos e desarmar sua agressividade. Carl Rogers teve disso a dura experiência quando, convidado a expor suas idéias em Paris, diante de um público composto em grande parte de psicanalistas, contrários a seus métodos e ansiosos por não se deixarem destituir das suas convicções a duras penas adquiridas, Carl Rogers viu-se asperamente criticado por pes-

[31] Vimos acima (pág. 68), como algumas jovens confessam que certas educadoras deixam-nas exprimir tudo que pensam, sem se monstrarem chocadas; simplesmente sugerindo depois seu ponto de vista, conseguem fazê-las até mudar de idéias. Fazer bem para dar prazer a alguém, de quem desejamos conservar a estima e o amor, é o princípio de uma transformação ou conversão profunda.



Digitalizado com CamScanner

soas que, segundo os próprios princípios deveriam ter-se mostrado mais compreensíveis.

Observou também Slavson, a propósito de uma jovem delinqüente com a qual ele se mostrou muito tempo acolhedor e até persuasivo, que só conseguiu fazer renunciar a sua agressividade, no dia em que lhe impôs uma punição pública humilhante[32]. Tal punição, provinha de um terapeuta cuja bondade ela conhecera, causou-lhe um impacto, e fê-la tornar-se tão cooperante quanto fora resistente. Temos nisto prova evidente de que ela possuía um fundo de bondade, mas até então prisioneiro de sua afetividade ferida e poderosa agressividade. Concluímos que não é sem muita fadiga e longa paciência que se chega a semelhantes resultados.

Muito difícil também desarmar jovens universitários ou colegiais quando esses justificam sua atitude contestatária e violenta através das teorias de que se imbuíram. Ser-lhes-á necessário uma grande experiência da vida para reconhecerem seu erro, a menos que queiram, a todo custo fazer prevalecer sua razão, sem jamais ceder. .

Nem por isso procuramos dizer que o método da violência ou coação seja o melhor. Se não for precedido de longa e notória paciência, tacitamente benévola, dará resultados menos bons ainda.

Temos também de levar em conta a condição ou "papel social" do conselheiro. Se, por exemplo, o conselheiro é um superior, um magistrado, um representante dos poderes públicos, claro está não ter a mesma liberdade em relação ao consulente, visto precisar defender certa ordem pública, de que é encarregado.

[32] Slavson S. R., *Re-educating delinquent*. N. Y., Harper, 1954, págs. 40-46.



Digitalizado com CamScanner

Por isso, evita-se geralmente nomear conselheiros (ou pais espirituais de seminário) aqueles que têm a responsabilidade da disciplina exterior de um estabelecimento, da devolução ou conservação de um indivíduo membro de uma comunidade. A divisão dos encargos tem muitas vantagens, mesmo que também apresente inconvenientes e ameace levar um superior, pouco a par das disposições íntimas dos indivíduos, e mal informado (para não dizer "malignamente" informado), a tomar decisões verdadeiramente lamentáveis. Os critérios externos — que não deixam de ter seu valor — jamais poderão substituir os critérios internos, nem inversamente. Mas, no que diz respeito ao elo de estima e amor, base da terapia de que falamos, claro está que o conselheiro íntimo situa-se numa perspectiva mais favorável para fazê-lo nascer e desenvolvê-lo, nos limites de que dispõe. Observamos também que uma assistente social que trabalha junto a jovens que ainda dependem de vigilância, não põe em risco a sua confiança, indicando-lhes os limites dentro dos quais pode ajudá-los. O mesmo se dá com um capelão de presídio, ou diretor espiritual de um colégio.

Finalmente, devemos levar em conta seja o fato de o consulente ter por si mesmo encontrado um conselheiro ou a ele ter sido mandado, seja a idade real e a idade "moral" do consulente. Um débil mental ou moral não pode ser tratado como pessoa madura. O que talvez falseou as constatações de Rogers, é ter sobretudo trabalhado com consulentes "voluntários"; é fora de dúvida que ficam então mais desejosos de ser ajudados e de seguir conselhos.

Deve-se ainda observar que o princípio do respeito da liberdade do cliente, tal como o é compreendido por Rogers ou por grande número de psicanalistas ou psicoterapeutas (neutralidade acolhedora e não interferência na decisão a tomar) foi alvo de crítica, ao que



Digitalizado com CamScanner

parece, muito justas [33]. Chamou-se a atenção para o fato de que, após tomar maior consciência dos elementos de seu problema, expondo-o sem receio diante de uma pessoa acolhedora, e tendo assim descarregado a sua agressividade, o consulente vê-se em melhores condições para encontrar uma solução que lhe convenha subjetivamente, mas que não é, talvez, a que convém objetivamente, do ponto de vista moral e religioso, nem, pois, no final das contas, a melhor para ele. Precisa, portanto, ser instruído das conseqüências e circunstâncias que modificam sua própria visão dos fatos. Evidentemente o conselheiro não pode fazer prevalecer exigências particulares alheias às que pertencem a sua própria religião. Existe, porém, um campo comum de exigências morais e religiosas que pode sempre ser indicado, a menos que se trate de incrédulos, desfavoráveis à religião. O caso apresentar-se-á raramente a um padre conselheiro, pois o consulente procurará, de preferência, um psicólogo leigo.

Entretanto, dizem as recentes críticas dos métodos do *Counseling* rogeriano ou similar, o consulente espera e conta receber do conselheiro, elementos de discernimento e decisão que dependem geralmente de um especialista. Isto é de extrema importância para o bom uso da liberdade deixada ao cliente. O uso da liberdade, mesmo após a descarga dos ressentimentos e da angústia, não torna sempre imediatamente capaz de compreender a melhor solução objetiva. É preciso, portanto, ajudar o cliente a formar o seu juízo, deixando-lhe depois, a liberdade de tomar uma decisão. Uma liberdade mal esclarecida arrisca a deixar-se levar por decisões errôneas, e a pessoa vai criticar em seguida o seu conselheiro por não tê-las mostrado [34].

[33] Já encontraremos certo número delas no livro de Y. St. ARNAUD (acima citado, pág. 30) nas páginas 81-91.

[34] KRUMBOLZ J. D. (Ed.), *Revolution in Counseling*, Boston, Hougton, 1966, págs. 7-8, 67,81.



Digitalizado com CamScanner

Mais ainda, dizem estes críticos: espera-se do conselheiro que ele ajude a perseverar na decisão tomada. Entra, com efeito, no seu papel de ensinante, guiar o "aprendizado" e os primeiros passos daquele que se dirigiu a ele. Porque o aprendizado em questão está sujeito a muitos embustes e erros, que o especialista deve conhecer. O aprendizado de uma conduta não pertence a uma ordem puramente especulativa. Figura mesmo no seu papel de conselheiro, servir de modelo, não a copiar, mas no qual podemos nos inspirar, como ideal humano de equilíbrio e bondade [35].

A propósito, o Pe. Curran, rogeriano fiel, escreveu um após o outro, dois livros: o primeiro, sobre o lugar dos valores no *Counseling;* o segundo, sobre os valores religiosos no *Counseling* [36]. Esses textos harmonizam-se com os de psicanalistas tais como o Pe. W. W. Meissner [37], Heinz Hartman [38], ou outros ainda, que procuraram superar Freud, introduzindo valores na psicoterapia. Sobre o mesmo assunto, num artigo intitulado *Moral Styles: a Resource for Value-Centered Counseling,* o Rev. Willian Charland Jr.[39] diz que o conselheiro deve corresponder à expectativa das pessoas e que, nos problemas de vida, concernindo valores morais, como sexo, relações pré-matrimoniais, relações conjugais etc., sem querer "moralizar" (pág. 77) deve poder apresentar diversas soluções possíveis, ou "estilos de

[35] CARKHUFF R. R. and BERENSON B. G. *Beyond Counseling and Therapy* N. Y. Holt, 1967, pág. 203.

[36] CURRAN Ch., *Counseling and Psychoterapy,* the Porsuit of Values, N. Y. Sheed and Ward, 1969, e *Religious Values in Counseling and Psychotherapy,* ibid, 1969.

[37] W. W. MEISSNES, *Notes toward a theory of Values* in Journal of Religion and Health, abril 1970, págs. 123-137 e números seguintes.

[38] HARTMANN Heinz, *Psychoanalysis and Moral Values,* N. Y. I. U. P., 1960.

[39] W. CHARLAND Jr., in *J. of Religion and Health,* Jan. 1970, págs. 71-82.



Digitalizado com CamScanner

vida" moral, que vão suscitar a reflexão do cliente e permitirão a escolha de um tipo de vida que corresponda ao ideal desejado por esse. Diz ainda que, se o cliente se diz cristão ou deseja sê-lo, poderá indicar-lhe — quando indaga até que ponto pode chegar com a noiva — qual o tipo de exigência que corresponde ao ideal cristão[40].

Os conceitos mais recentes do *Counseling*, surgidos nos Estados Unidos, que têm da matéria longa experiência, embora de certo modo decepcionante quanto à educação e ao *Counseling*, tais conceitos mostram que atualmente estamos longe, em certos meios de psicólogos, psiquiatras e psicanalistas, do "abandono moral" em que se deixaram tantos clientes, e especialmente tantos jovens às voltas com uma sociedade que impele para os prazeres e gozo, sob todas as formas. Seguem bem mais o sistema do Cristo que, embora respeitando a liberdade humana, conferiu-lhe ensinamentos e conselhos de perfeição, servindo de modelo. Assim agindo, em vez de privar o consulente da sua liberdade, ajudamo-lo a adquiri-la.

Não basta, realmente, conceder ao homem a liberdade, liberando-o de certos complexos; é preciso ainda esclarecê-lo e ajudá-lo, em vez de deixá-lo "desvencilhar-se" e "debater-se" sozinho, sem nenhum socorro. A onerosa abertura de consciência que deve ter feito, merece algo melhor. Servindo-nos de uma comparação: não basta soltar as amarras de uma embarcação nas mãos de um piloto inexperiente, sem mapa nem bússola, para que ele saiba rumar até um porto seguro e evitar os recifes. Em suma: instruídos pelos resultados, certo número de psicólogos terão redescoberto as lei essenciais do aprendizado da conduta humana e da educação. Descobriram

[40] Ver nossas observações na continuação do caso dos noivos, expostas nas págs. 82-86.



Digitalizado com CamScanner

que a liberdade é uma conquista, um longo emprego de mecanismos superiores de funcionamento e controle, à serviço da inteligência e do amor[41]. Educar a liberdade é tão necessário quanto dá-la.

[41] Ver CURRAN Ch., *Counseling and Psychotherapy*, (supr. cit.), pág. 336, declarando que a neutralidade sem valores poderia decepcionar profundamente o consulente, e que Counseling, comporta uma *educação* que supera o ponto de vista estritamente terapêutico (médico e psicológico). A mesma observação aparece num artigo de Joann CHENAULT, destacando que o auxílio do conselheiro comporta uma contribuição para o esclarecimento dos problemas de moralidade (in *Personnal and Guidance Journal*), 1969 (48,2), págs. 89-96.



Digitalizado com CamScanner

# Natureza da relação do padre conselheiro

## 1. Natureza da relação inter-humana

De modo geral, a relação é uma "maneira de ser" uma "disposição" perante alguém ou alguma coisa. As relações já existem entre as coisas; por exemplo, em virtude de sua distância, posição, massa, carga elétrica, afinidade química etc. Tratando-se, porém, de seres dotados de conhecimento sensível, a relação torna-se ainda a mais, uma disposição proveniente do conhecimento recíproco (ou unilateral) que estes dois indivíduos têm entre si [1], ou do conhecimento dos objetos que os cercam. O animal e o homem têm assim atrações ou repulsas em face dos outros animais ou dos outros homens, diante dos alimentos colocados à sua mão, ou mesmo imaginados.

Tratando-se, enfim, de seres dotados de conhecimento intelectual, a relação complica-se ainda por novas modalidades, oriundas dos julgamentos de valor, que se prendem ou se prenderam às pessoas e aos objetos. As considerações de respeito e estima, o amor espiritual ou de caridade, podem modificar assim a re-

[1] Maurice MERLEAU-PONTY, em sua *Phénoménologie de la Perception*, demonstrou como, na conversa, as palavras de um e de outro são dependentes da percepção que cada um tem do outro e de sua coexistência no mundo. Mas elas também dependem, conforme veremos, da imagem que cada um faz de si mesmo.



Digitalizado com CamScanner

lação espontânea que se estabelecerá em virtude do único conhecimento sensível. Os preconceitos, favoráveis e desfavoráveis, modificam, igualmente, nossa maneira de ser em relação aos outros e, enfim, o reconhecimento ou não, dos direitos da pessoa humana.

A relação, considerada sob o ângulo afetivo que nos interessa especialmente, e que depende ao mesmo tempo dos elementos sensíveis e dos julgamentos de valor (que repercutem na afetividade) pode ser positiva, se tende a nos aproximar da pessoa ou do objeto considerado, e a nos unir a ele; pode ser negativa, se tende a nos afastar, (mas também a nos aproximar para prejudicá-lo), dando assim origem a sentimentos de temor ou hostilidade. Pode, finalmente, ser-nos nula, não ontologicamente, mas afetivamente, isto é, não nos emociona, deixa-nos indiferentes. Evidentemente, esta indiferença não é sempre total, e mesmo enfartados, os homens e animais não ficam totalmente indiferentes ao que antes excitava seu apetite.

Outros fatores, ou motivações, contribuem ainda para modificar a qualidade de nossas relações com os outros e para com as coisas, e merecem que nos detenhamos um pouco no assunto.

Inicialmente, a vizinhança, isto é, o fato de se encontrar, por acaso ou por escolha, habitualmente ou não, ao lado ou a certa distância de um outro ou de diversos outros, por exemplo, num grupo, família, prédio, cidade (vizinhos), fábrica ou repartição, cria elos ou repulsas variáveis, conforme os indivíduos. Foi possível observar experimentalmente nos empregados, que o fato de se encontrar perto ou longe deste ou daquele influía no rendimento de seu trabalho. Sem querer, afeiçoamo-nos aos nossos concidadãos, pelo fato de pertencermos a mesma cidade, por conhecê-los há longos anos, mesmo sem nunca ter-lhes dirigido a palavra.

A disposição material dos indivíduos "na presença"



Digitalizado com CamScanner

uns dos outros ou um do outro, influi também nos sentimentos experimentais. O fato de encontrar-se frente a frente, ou de escapar parcialmente do "olhar" do outro, como na posição do sofá, ou de ver-se sentado, deitado, levantado em relação ao outro, contribui para desenvolver a timidez ou segurança. A própria estatura provoca sentimentos de inferioridade ou superioridade, contra os quais se pode, aliás, reagir, desenvolvendo uma vontade de se afirmar compensadora. Sabemos, igualmente, que, o fato de nos encontrarmos numa roda, ou em disposição oval, sem mesa ou diante de uma mesa na qual nos podemos apoiar, atua igualmente nos nossos sentimentos.

O número dos membros de um grupo (de trabalho, amizade, discussão) tem grande importância. Além de oito ou dez, não nos sentimos tão pessoalmente engajados em relação aos outros membros do grupo. Podemos então nos esquivar mais facilmente, deixar aos outros a obrigação de falar, de não ser tão ouvido, e a vez de retomar a palavra dura mais tempo.

O ambiente, campestre ou urbano, a alegria ou austeridade do apartamento, contribuem para relaxar ou tornar tensa a relação, como veremos depois.

O papel familiar e social dos indivíduos contribui para modificar a relação. Não se fala ao pai, como ao irmão, a um médico como a um comerciante, a um juiz, a um patrão, como a um empregado ou a um operário, a um bispo como a um padre, a um diretor de escola como a um colega. Assim também, os papéis mais espontâneos, que vêm da ascendência ou da timidez, da sociabilidade ou da insociabilidade, do bom ou mau humor, do otimismo ou pessimismo, da maldade ou bondade, transformam a vida dos grupos e são cuidadosamente estudados durante e após as sessões de "dinâmica de grupo".

Todavia, nossas reações e atitudes diante do outro



Digitalizado com CamScanner

dependem também da história de nossas relações com ele, ou diante das pessoas da mesma idade, do mesmo sexo, da mesma aparência, da mesma categoria social que já tenhamos tido. Formam-se assim "estereótipos" da mãe boa ou má, do pai autoritário ou bonachão, saídos de nossa própria experiência familial, mas também de outras mães ou pais que tenhamos conhecido, e talvez até de arquétipos existentes em nosso inconsciente. A imagem que criamos da mulher ideal, ou simplesmente da mulher, depende da de nossa mãe. Segundo nossa mãe ou pai tenham correspondido — ou não — a nossa expectativa, procuraremos ou evitaremos seres similiares ou opostos.

Assim sendo, conforme observou Fritz Heider[2], — um dos que levaram mais longe a análise das relações interpessoais — nossa resposta ao que outro diz ou faz, não depende unicamente disto que ele diz ou faz, mas da imagem que nós nos formamos de sua pessoa ou pessoas similares. Projetamos esta imagem sobre ele e lhe atribuímos pensamentos, intenções que talvez não foram os seus, nem atualmente o são. A "percepção" de outra pessoa não é apenas uma percepção sensível atual, mas um "condensado" de percepções similares, às quais se mesclam julgamentos que se tornaram preconceitos. Tais preconceitos são como que pré-percepções, que nos levam a cometer erros de leitura, antes a adivinhar do que a ler as palavras. Mas os erros de leitura, as falsas assimilações têm repercussões geralmente menos importantes do que erros contra pessoas.

Outra interferência que se apresenta na percepção que fazemos dos outros, provém da imagem que formamos de nós mesmos, da atitude narcisista ou mais

[2] Fritz HEIDER, *The Psychology of Interpersonal Relations*, N. Y. Wiley, 4 ed., 1965. No 1º vol. de nossa *Initiation à la psychologie dynamique*, Paris, Mame, 1969, 6ª ed. desenvolvemos mais longamente a influência destes fatores (cap. 3, págs. 171-178 e cap. 6, págs. 287-292.



Digitalizado com CamScanner

desprendida que temos desta imagem. Por isso, — como já dissemos — (pág. 71), o narcisismo impede de ficar totalmente à escuta do outro, e também de ser suficientemente objetivo nos nossos julgamentos a seu respeito (já que procuramos indevidamente agradá-lo, em proveito nosso e para realçar nossa imagem). Existem assim, estranhas correlações entre nosso amor por nós mesmos, nosso amor pelo próximo, e nosso amor a Deus, como sutilmente observou santo Agostinho:

"Não sei, dizia ele, por que estranha maneira, aquele que se ama e não ama a Deus, não se ama (realmente) a si mesmo, e como aquele que ama a Deus e não a si mesmo, ama (realmente) a si mesmo" [3].

E ainda:

"É impossível alguém amar a Deus sem amar a si próprio; ou melhor: só sabe amar a si próprio quem ama a Deus" [4].

E finalmente:

"Feliz aquele que te ama e que ama seu amigo em ti e seu inimigo por causa de ti" [5].

Com efeito, o egoísta e o narciso não são amados, como já o demonstrava a antiga fábula de Narciso, rejeitado pelos companheiros e levado ao suicídio. E de outro lado, aquele que ama a Deus com amor purificado e não narcisita, ama-se de maneira certa. Poderíamos acrescentar que ele ama também seu próximo da maneira correta, sem autoprocura e sem lisonjas. Será, finalmente, amado pelos outros aos quais manifestará este amor purificado e generoso que reflete o amor de caridade, provindo de Deus, e ao qual os homens as-

[3] *Tract. in Jo.*, 123,5: "Nescio quo inexplicabili modo quisquis seipsum, non Deum, amat, non se amat".

[4] *De more Eccl.*, 1,26,48: "Non potest fieri ut seipsum qui diligit Deum non diligat; immo vero solus se novit diligere qui Deus diligit".

[5] Conf. 9,14: "Beatus qui Te amat et amicum in Te et inimicum propter Te".



Digitalizado com CamScanner

piram. A única restrição seria o perigo de que seu amor por Deus fosse impregnado de excessiva angústia e bloqueasse então as manifestações normais e desejáveis de seu amor pelo próximo. Neste caso, também, ele não saberia amar-se a si mesmo. As correlações são, pois, manifestas entre estes três amores [6].

Acontece também, ficarmos prisioneiros da imagem estereotipada que outros formaram de nós. Ela nos obriga por vezes a agir diversamente do que gostaríamos para corresponder à expectativa dos outros. Qual o homem público ou constituído em dignidade que não sofra de sua personagem? Somente em particular pode mostrar-se tal como é, sendo muitas vezes o oposto da imagem que dele se havia formado.

Os fatores ou motivações que aproximam ou afastam as pessoas umas das outras, raramente são únicos; a pluralidade é mesmo habitual. O homem é, com efeito, movido por toda espécie de desejos, uns provindo do instinto e em grande parte inconscientes, outros originados do ambiente em que vive (pessoas e coisas), da história de cada um, da imaginação prospectiva; outros, enfim, da inteligência ou da graça. Sua mescla traduz-se, contudo, por uma atração ou repulsa

[6] Sabemos como Aristóteles, depois Cícero, falando da amizade para com outro, distinguiam as amizades fundadas no prazer sensual, pois as amizades baseadas na utilidade comum (como as sociedades comerciais) e, por fim, no mais alto grau, as amizades desinteressadas, fundamentadas na virtude, quando as pessoas se amam pelos valores que elas representam em si mesmas e há entre elas comunicação mútua de amor. É assim que os cristãos, numa perspectiva análoga, sentem-se unidos por um amor partilhado por Deus, no Cristo, que eles amam o próximo com amor casto e seus próprios inimigos no Cristo. Conseqüentemente toda relação terapêutica, dominada pela atração sensual e pela atração de lucro, arrisca-se a dar ao cliente a impressão de que se não procura o bem desinteressado de sua pessoa, e sim a vantagem ou o prazer sensual que alguém daí tiraria para si mesmo, ou de favorecer nos clientes atitudes de exaltação e narcísicas das quais deveriam ser libertados.



Digitalizado com CamScanner

global, que resulta de sua interação. Portanto, há também estados de incerteza ou ambivalência em que as motivações positivas e negativas apresentam peso quase igual, sem que o indivíduo chegue a se decidir. Este estado pode ser durável, sobretudo quando penosas motivações inconscientes paralisam a vontade[7].

O peso das motivações difere também, segundo os indivíduos. Em alguns as motivações instintuais são muito fortes e eles se deixam levar por elas; noutros, as motivações espirituais predominam habitualmente e dirigem sua conduta. Tudo isto nem sempre suprime a força das motivações carnais, mesmo em homens tidos como "espirituais". Médicos, psicólogos, padres, continuam sujeitos a estas fraquezas. Acontece, entretanto, que os controles adquiridos são geralmente eficazes, e os interlocutores percebem globalmente, um no outro, a qualidade das atrações predominantes. Neste caso, a qualidade do amor, que aproxima o conselheiro de seu consulente pode ter sobre este uma grande força atraente, assim como a qualidade do amor dos pais e educadores em relação aos filhos. As emoções, como as notas musicais num instrumento, possuem ressonâncias que são percebidas, embora não fosse senão através do timbre da voz, dos gestos, da atitude, do brilho do olhar, e elas tendem a suscitar nos outros, os mesmos estados de alma. Por sua vez, o conselheiro deve ser capaz de perceber as emoções que se despertam no consulente e utilizá-las para o bem desse, ensinando-o a pouco e pouco a controlá-las, a tomar consciência delas sem pânico.

O que acabamos de dizer permite entrever a complexidade e, ao mesmo tempo, a sutileza da relação inter-humana. O conselheiro que não lhe captasse as modulações e ressonâncias, cuja afetividade fosse aba-

[7] Ver em nossa *Initiation à la psychologie dynamique*, tomo 2, o capítulo sobre as ambivalências.



Digitalizado com CamScanner

fada ou bloqueada, não conseguiria sintonizar a onda afetiva — que é a do consulente, e, por conseguinte, reduziria o diálogo terapêutico a uma pura troca de idéias abstratas. Temos, pois, de examinar mais de perto, qual a natureza de uma relação terapêutica eficaz, e qual é, precisamente, a natureza de uma relação válida e eficaz entre um padre conselheiro e seu consulente.

## 2. Natureza da relação psicoterápica

As relações inter-humanas variam, conforme dissemos, em função do papel social que os interlocutores exercem. Não se fala a um professor como a um colega, ao pai, como a um filho etc. Essas modificações apresentadas pelo papel social, não são unicamente negativas ou limitativas. Sem dúvida, elas fazem com que o registro das comunicações e a natureza das emoções se situem entre certos limites, mas tais limitações têm também sua condição vantajosa, visto que, ao consultar uma pessoa de posição social definida, o cliente espera dela uma ajuda bem determinada; e visto que, neste registro que é o seu, o especialista torna-se em princípio mais capaz de exercer, como deve, o papel que dele se espera.

De modo geral, a relação terapêutica assemelha-se àquela que se instaura entre um médico e seu cliente. O verdadeiro médico, aquele que não se contenta em exercer uma técnica fria e anônima, procura estabelecer um contato humano e pessoal com seu cliente, pois sabe perfeitamente que o conhecimento do doente ajuda ao conhecimento da enfermidade, facilitanto certas confidências íntimas. Sabe, também que, se o físico influi no moral, conforme se diz, o moral influi igualmente na saúde física. Procurará, pois, levar o cliente a confiar-lhe fatos que se incluem no segredo profissio-



Digitalizado com CamScanner

nal, a responder sem dissimulação às questões que dizem respeito à sua condição física, atual e passada (a anamnese), à origem do seu mal, e prestar-se a um exame físico por vezes íntimo, que liga, através de um segredo ao mesmo tempo natural e profissional, o médico a seu doente.

De seu lado, o psicoterapeuta, embora trate mais a "alma" do que o corpo, conforme seu título profissional o indica, conhece o elo que existe entre o corpo e a alma, e poderá, se for médico psiquiatra, utilizar-se de remédios químicos para tratar certos casos de ansiedade, depressões, alguns hábitos inveterados, como o vício do álcool, as drogas etc. Mas a função própria do psicoterapeuta é a de um especialista que sabe tratar as perturbações e indisposições provenientes de emoções e, de modo geral, dos estados afetivos, provocados pelas experiências dolorosas da vida e as angústias que delas resultam.

Assim como o médico pode chegar a conhecer e a fazer conhecer ao cliente os meandros e refolhos profundos da vida afetiva e das emoções, claro está que deverá agir com muito tato e delicadeza. Assim fará porque sabe que as almas são mais pudicas que os corpos, os fatos que deverá conhecer são mais "pessoais" do que as enfermidades corporais, e porque abordam o domínio moral e religioso. Este o motivo pelo qual evitará entrar na intimidade alheia através dos métodos de investigação, como os testes, que podem parecer ao cliente uma intrusão à revelia na sua intimidade, como um meio de conhecimento menos pessoal que a confidência feita espontaneamente pelo interessado. Lucrará talvez o psicoterapeuta em recorrer a testes, mas encaminhando o cliente a uma terceira pessoa especializada que, como o radiologista, não é o mesmo médico que está tratando, a menos que o cliente prefira que o próprio médico o submeta aos testes.

Dito isto, devemos ainda distinguir, na psicotera-



Digitalizado com CamScanner

pia, inúmeras modalidades, e métodos de investigação diversos, que matizam cada forma de psicoterapia, e, na continuidade também os tipos de relações que se instauram entre o psicoterapeuta e seu cliente.

Uma psicoterapia analítica de tipo freudiano clássica será necessariamente, e a priori, centrada nas emoções concernentes à vida sexual, a sua evolução processada desde a primeira infância. Quase todas as emoções, atitudes, comportamento, sonhos, reações do cliente serão interpretadas nesta ótica, enquanto num adepto de Jung não serão mais "reduzidas" a sua única interpretação sexual, mas vistas segundo as diferentes ressonâncias que podem ter em todas as dimensões da personalidade. Tal interpretação "em leque", poderíamos dizer, evita ao cliente concentrar-se exclusivamente no sexual e dele tornar-se um obsecado. Não estamos querendo diminuir a importância do sexual, mas lucramos em muitos casos, não lhe dando supremacia, nem sequer o primeiro lugar de destaque. Isto também assusta o cliente que geralmente não pode admitir que o sexual ocupe tanto lugar em sua personalidade. Gostaria que reconhecessem também suas outras exigências e, particularmente, suas exigências morais e espirituais.

Uma psicoterapia tal como a logoterapia proposta por Frankl, sem negar a importância do sexual, procurará explicar a neurose pelo desejo frustrado de dar um sentido válido e espiritual à existência. É, pois, num plano diferente de investigação que ela se situará, e a relação que se vai instaurar entre o psicoterapeuta e o cliente será, de início, diferente, visto ter-se orientado de modo diverso. Sem dúvida, todas as psicoterapias dirigem-se à personalidade inteira, mas numa ótica especial que se vê ou se sente vista.

Benjamin Wolstein, em seu livro já citado [8], realça

[8] Benjamin WOLSTEIN, op. cit., págs. 20-22.



Digitalizado com CamScanner

estas diferentes óticas, ligadas a meta-psicologias diferentes, mesmo entre os freudianos; elas orientam o tratamento e limitam-lhe também os efeitos. Uma psicanálise centrada na análise do "id" e as perturbações que vêm de sua má evolução, difere de outra que se centrou no "ego" e nas relações interpessoais, como ela se tornou nalguns freudianos com os desenvolvimentos do método. Assim, embora conservando os princípios e métodos da análise de Freud, as diversas escolas de terapeutas freudianos se interessam mais ou menos à análise e ao tratamento de uma ou outra instâncias da personalidade (o id e o ego) e, cuidando dela, pensam que tal tratamento terá sua repercussão no equilíbrio da personalidade inteira. Concentrando-se nas perturbações do caráter e nas defesas do eu, eles não desprezam as incidências que o id pode ter sobre a estruturação do ego, mas procuram antes enfocar tais incidências, em vez de fazê-lo sobre o próprio id estudado nas suas transformações. Resulta daí que a parte concedida ao "ego" na terapia, é mais ou menos grande, e que a relação procurará situar-se num nível mais elevado que mobiliza os recursos do "ego" nas suas relações com o id.

Do mesmo modo, outros psicoterapeutas, servindo-se de seus princípios de interpretação e métodos de análise, estabelecerão as relações entre o terapeuta e seu cliente, num plano mais ou menos elevado de sua personalidade, levando, porém, em conta, as outras instâncias de maneira mais ou menos explícita. Para tanto, será porém forçoso que ele tenha estudado as incidências das perturbações do id sobre o ego e as dos meios de ação do eu, ou do ideal do eu sobre o id e sobre a personalidade inteira. Resumindo: através das relações interpessoais que de propósito favorecerá entre ele e o cliente, e situados num determinado nível, tentará remediar as perturbações que derivam,



Digitalizado com CamScanner

para a personalidade inteira, do desenvolvimento inadequado de algumas das instâncias que a compõem. É assim, de resto, que a ação do padre poderá se conjugar a do terapeuta especializado ao qual se teria dirigido, ou deveria dirigir-se o consulente. A ação de um e de outro não são superpostas, mas complementares, ambas exercendo sobre o todo da personalidade.

### 3. Natureza da relação inter-humana do padre conselheiro

Já nos é dado prever que a relação que se estabelecerá entre o padre conselheiro e o consulente, terá suas variedades, devido à personalidade dos clientes, à do próprio padre, aos problemas a tratar, aos diversos estágios da terapia[9]. Evidentemente, a idade, o sexo, o temperamento, tanto do consulente como do padre, a formação deste, nesta ou naquela escola de psicologia, a serenidade de que goza, a paz que irradia, a competência que lhe é peculiar, tudo isso repercute na relação. Mas tal verdade, que também se aplica a outros terapeutas, seja qual for sua escola e seus métodos, não impede que se possa circunscrever traços comuns a uma relação de tipo sacerdotal ou religioso, no quadro mais geral da relação dita "pastoral". Mesmo que cada um tenha seu modo peculiar de agir, (fruto das próprias experiências, pessoais ou profissionais, esta relação situa-se num determinado nível que lhe é próprio) serve-se de meios particulares, procura um

[9] A este respeito, ver a pesquisa muito interessante, embora sucinta, do Pe. J. C. SAGNE, sobre a figura do padre visto por estudantes e intitulada *La relation pastorale*, in Suppl. Vie Spirituelle, 1969, págs. 66-100.



Digitalizado com CamScanner

objetivo bem definido, em relação com a expectativa do consulente.

Se, com efeito, examinamos o fito pelo qual o cliente vai procurar um padre psicólogo, geralmente é porque os problemas nos quais se debate, sem encontrar solução, têm uma incidência religiosa: problemas de culpa, de vocação, de vida conjugal, de divórcio, de escrúpulos, de dúvidas sobre a fé, e nos quais ele sente, ou ouviu dizer, que os fatores psicológicos têm extrema importância. De bom grado procuraria um especialista leigo, mas receia que este não dê a devida atenção aos valores religiosos, ou teme também pagar soma fabulosa por um tratamento psicológico, ao passo que o padre não cobraria seu trabalho. Estes motivos podem ser sinceros, mas acontece serem majorados inconscientemente pelo fato de o cliente querer curar-se, mas sem ter de abordar seus problemas sob o ângulo propriamente psicológico que lhe causa receio. Em suma, ele desejaria poupar-se das despesas de um tratamento e de uma análise que o obrigariam a reconhecer as reações de defesa de que usou e abusou no passado para se esconder, ou ocultar dos outros os seus problemas. Imagina que o padre será mais discreto e não insistirá nos aspetos de sua vida secreta, que mais lhe repugnam. Por isso, procura ser curado por medicações sobrenaturais, que o dispensariam do esforço exigido no plano humano. Já observou, no entanto, que suas orações não obtiveram o resultado esperado, mas pensa que um padre mais especializado em psicologia indicar-lhe-á sem despesas, uma solução desejada.

Acontece também, em outros casos, que o consulente procure o padre porque o tratamento psicanalítico que fez durante anos, por vezes sem resultado, passando mesmo de um psicólogo a um psicólogo analista, de um psicólogo freudiano a outro jungiano, pelo



Digitalizado com CamScanner

fato de todos estes processos terem-no levado a pensar que a solução não pertence unicamente à ordem psicológica e que, de qualquer maneira, o importante é procurar uma solução com Deus, mesmo não chegando a curar-se no plano psicológico. "Já estou farto", dirá ele, de todos estes tratamentos psicanalíticos que já me levaram uma fortuna, sem nenhum resultado. "Agora, o que desejo é encontrar paz na minha alma, e estar em dia com Deus".

Importa, pois, discernir, desde o início, quais as motivações que impelem o consulente a procurar o padre conselheiro e fazê-lo compreender que não deve esperar soluções puramente sobrenaturais, a atuar de maneira milagrosa ou mágica. O provérbio "ajuda-te, e o céu te ajudará" aqui encontra sua aplicação. O cliente deverá convencer-se de que Deus não nos liberta, com milagres, de nossas dificuldades psicológicas, como aliás ele já pôde fazer a experiência, e que o padre não vai encontrar uma nova receita que dispensa de qualquer elucidação sincera e de um esforço pessoal. Sem dúvida, Deus quer ajudar-nos, especialmenmente se o rogamos com confiança. Mas não ajustará de repente os mecanismos nervosos, que dispensariam de um longo aprendizado, e que se chocam com hábitos defeituosos, já contraídos. Seria então, realmente, uma intervenção milagrosa. O que podemos fazer, Deus não o faz em nosso lugar. Neste sentido é que devemos também compreender o "facienti quod in se est Deus non denegat gratiam". O mal é compreendermos erroneamente esta verdade, conforme demonstramos pelo que dizemos: "Rezei, rezei e nada obtive". Por vezes, sem querer e sem saber, complicamos nossa dificuldade, agravando nossas angústias. Para saber andar, ler e escrever, precisamos exercitar-nos muito tempo, especialmente se tivermos adquirido hábitos defeituosos, e mãe alguma, inteligente, gostaria de ceder ou prestar-se



Digitalizado com CamScanner

ao pedido do filho que lhe dissesse: "Faça você isto por mim".

Normalmente, pois, a relação entre o padre e o consulente deve situar-se no seu verdadeiro plano que é o de ajudar alguém a fazer o aprendizado dos comportamentos bem integrados, nos quais as disposições e mecanismos psicológicos estejam a serviço das exigências e ideais cristãos. Poderá acontecer, porém, que no início e durante um período mais ou menos longo, seja preciso reconhecer, com as explicações fornecidas pelo cliente, quais são os obstáculos de ordem psicológica e neurológica que se opõem a uma boa integração ou favorável solução. Se os obstáculos parecem muito difíceis e exigem a intervenção de especialistas, o padre deverá saber encaminhá-lo para tais peritos — psiquiatras ou psicanalistas, que ofereçam boas garantias de ordem moral e religiosa.

Se neste momento, ou ainda durante o tempo em que o consulente estiver a cargo de um especialista, o padre permanecer ainda mais em seu papel de conselheiro puramente espiritual, e se contentar de mostrar, se for o caso, como as intervenções dos especialistas não se opõem às exigências cristãs, mas antes as favorecem normalmente, e quando as dificuldades são menos profundas, ele deve poder também, à maneira de um enfermeiro que não é médico nem especialista, ajudar o consulente no plano psicológico e espiritual, visto ser neste terreno, misto da integração do humano no espiritual e dos meios a empregar para consegui-lo, que se situa sua especialidade. A este respeito, o que tiver aprendido em contato com médicos, psicólogos e psiquiatras, ser-lhe-á muito útil.

Existe, aliás, toda uma gama de problemas humanos, concernentes às nossas relações com Deus na oração, às relações com o próximo, nossa vida familiar, sexual, onde os obstáculos não são tão profundamente ins-



Digitalizado com CamScanner

critos no inconsciente, e podem ser resolvidos através de uma análise e indicações mais simples. O consulente não tem necessidade absoluta de procurar um psiquiatra ou psicanalista pela mais leve dificuldade, como foi moda nos Estados Unidos. A boa vontade esclarecida pelo padre psicólogo ser-lhe-á suficiente.

Se, pois, o padre conselheiro deve permanecer, antes de tudo, no seu papel de padre, mas com certa competência no terreno das relações entre o psicológico, o moral e o religioso, conclui-se que a relação instaurada com ele deverá manter-se neste domínio e neste nível sem jamais degenerar no puramente profano se não passageiramente, nem se contentar de ser puramente religiosa. Naturalmente, certo número de obstáculos se opõem ao sustento como ao nascimento desta boa relação, seja por parte do consulente, seja pela do padre conselheiro.

Pode suceder, com efeito, que uma relação instaurada sob bons auspícios, e no plano desejável, comece a degenerar pelo fato de o padre conselheiro, tendo um conhecimento mais completo e íntimo de seu consulente ou sobretudo de sua consulente, a ele se apegue e não lhe conceda mais do que uma amizade sentimental, para não dizer sensual, que retém o consulente (ou a consulente) preso a elos de uma afeição que lhe faltou, ou que ele (ou ela) não pôde superar na adolescência, para atingir sua liberdade de adulto. O (ou a) cliente, tomando então consciência do que lhe faltou ou dos investimentos interfamiliares que o (ou a) impediram de tornar-se adulto, vai procurar, no início, inconscientemente por vezes, investir sua necessidade afetiva na pessoa do padre que se mostrou tão compreensivo e humano. O aspeto "humano" do padre, a pouco e pouco, suplantará o do sacerdote. E certamente o padre, com maior ou menor consciência, não ficará insensível a tais sentimentos, sobretudo



Digitalizado com CamScanner

se ele mesmo, não sendo casado, deixou de investir suficientemente seus impulsos afetivos em outras pessoas e no Cristo por quem deseja ajudar os outros e a quem quer encaminhar todos que dele se aproximam.

Se, portanto, o padre deixa desenvolver uma relação puramente humana, essa relação tornar-se-á perigosa para ele, e se desviará do fito primitivamente procurado. Por isso, deve-se esforçar por manter um elo afetivo válido e rico com Deus, com o Cristo e Nossa Senhora, com outros consulentes que o impedirão de tornar-se prisioneiro de uma relação açambarcadora. Seria aqui, como o caso de uma mãe de família que concentrasse exageradamente seu amor num filho, arriscasse apegar-se por demais a ele, pelo fato de, como acontece, seu marido e ela não terem conseguido estabelecer relações humanas válidas. Acresce, de resto, como nos problemas de casamento, transferências de afeição provenientes da lembrança, por parte do consulente, de uma pessoa da família (mãe, pai, irmão ou irmã) ao qual eram muito apegados e agora lhes falta.

O perigo de degenerescência da relação pode também provir do intuito do cliente (ou da cliente) de seduzir o padre. O fato é freqüente e há muito tempo tem sido denunciado em mulheres de tendência histérica, capazes de submeterem-se docilmente às diretrizes de um padre, mas que, na realidade, representam uma comédia mais ou menos consciente, a fim de fazê-lo cair na trama que armam. O padre deverá, portanto, como também o faz o psicólogo leigo, examinar se não está se deixando interessar demais por aquele caso, se não prolonga mais do que necessário as entrevistas, muitas vezes em detrimento de outras relações suas com pessoas diversas, e com Deus. Deverá saber cortá-lo antes que seja tarde demais.

Felizmente, nestes casos, coincidem o bem do sa-



Digitalizado com CamScanner

cerdote e o do consulente, pois como vimos, o cliente não se poderá curar enquanto não se tornar bastante independente para procurar, fora de seus primeiros investimentos, ou em Deus, alguma pessoa à qual se ligue. E o padre, de seu lado, perderia todos os privilégios que lhe advêm do seu papel de representante do Cristo, se se deixasse levar por uma relação excessivamente humana[10]. É preciso ser firme e rigoroso, para obrigar os outros a se tornarem independentes e livres, após terem sido, talvez, nos primórdios e por uma questão de ajuda, excessivamente dependentes de nosso afeto. A terapia consiste em o consulente poder renunciar a atitudes por demais infantis, atitudes de afeição egoísta ou deleitosa para chegar a atitudes mais generosas, pela mediação de um terapeuta que lhe ensina, através também do seu exemplo, a desprender-se dele. O Cristo indica-nos idêntico caminho, quando nos convida a renunciar a tudo, a fim de segui-lo, e declara que quem não for capaz de renuncias por seu amor, não é digno dele. Jesus impôs a sua mãe um desapego humano que ela nunca imaginara, mas que a fez progredir numa caridade sempre ascendente, pois soube aceitar.

Outros obstáculos, de aspeto contrário, podem opor-se ao estabelecimento de uma boa relação. São aqueles em que o consulente revive, diante do padre, os sentimentos de hostilidade, ressentimentos que alimentara em família, contra um pai ou mãe muito exigentes. O padre, sendo uma figura ambígua, entre o pai e a mãe, pode assim despertar sentimentos adormecidos de hostilidade contra o genitor ou genitora. Deve, pois, saber reconhecê-los quando analisa os sen-

[10] A este respeito, Freud pensava que um psicanalista cristão poderia ajudar mais facilmente o cliente a sublimar suas afeições. Ver A. GÖRRES, *Ai confini della Psicoanalisi*, Herder-Morcelliana, 1970, referindo-se a uma carta de Freud a Pfister.



Digitalizado com CamScanner

timentos que o consulente alimenta ou alimentou contra os pais, ou alimenta também contra Deus, outra figura ambígua. E então, dirigirá o consulente para agir de acordo com sua natureza masculina ou feminina.

Problema particularmente difícil provém das tendências homossexuais que o consulente poderia apresentar. Se o próprio padre as tem, por vezes inconscientemente, poderá levar seu cliente ou aquele a quem dirige a práticas malsãs, sendo ele, por exemplo, mestre de noviços ou pai espiritual. O caso não é excepcional: tais mestres de noviços, lidando com jovens cuja heterossexualidade não se tinha ainda desenvolvido, pode fixá-los num narcisismo homossexual. Visto que o conselheiro e o educador não atuam somente pelo que dizem, mas pelo modelo que eles próprios oferecem àqueles de quem se ocupam, podem também sem querer, desenvolver uma sensibilidade e afetividade de tipo homossexual. Devem, pois, observar, entre os clientes que atendem, para que sexo se sentem mais atraídos, de que natureza é esta atração, devido às emoções que provêm de tais relações e extrair-lhes as conseqüências, seja para vigiar-se melhor, seja para pedir aos superiores que lhe dêem outras formas de ministério a exercer.

De maneira mais geral, cada vez que o conselheiro é levado a encontrar no seu consulente, um problema que foi seu e que ainda não conseguiu resolver satisfatoriamente, a tendência dele será a de perder a imparcialidade e objetividade nos seus julgamentos, a tornar-se tolerante demais e cúmplice das atitudes do consulente. Um jovem padre, por exemplo, que teve dificuldades na família, ou no seminário, em matéria de obediência, facilmente justificará um rapaz desobediente, um delinqüente rebelde e tomará seu partido contra os pais aos quais sempre atribuirá a res-



Digitalizado com CamScanner

ponsabilidade daquela conduta. É da mesma maneira que um rapaz e uma moça procurarão dedicar-se à educação ou à reeducação de jovens problemáticos. Sem dúvida, conseguem, graças a esta disposição, compreender melhor as reações destes jovens serem mais bem aceitos por eles. Mas, se se mantiverem nesta forma de compreensão proveniente de uma identificação às condições destes jovens, estão deixando de ser imparciais e ameaçam estribar os pais em suas atitudes, o que prejudicará a boa solução do caso.

Inversamente, um padre educado num clima de respeito pelos pais e educadores, com os quais não encontrou dificuldades, propende em não compreender as reações de oposição dos jovens, em censurá-los e dar razão aos pais. Um padre criado num meio burguês, tropeçará nos problemas psicológicos dos operários, a não ser que, tendo sofrido do egoísmo destes meios, coloque-se também ele, em atitude de reação contra o meio burguês. Não contribuirá, portanto, para resolver os problemas sociais ou familiares, e a relação que vai desenvolver, será nociva ao consulente a quem reforçará nas próprias atitudes, sem sempre o querer.

Igualmente, nos problemas conjugais, o padre pode tender a apoiar sempre a esposa, caso seja muito sensivelmente atraído por ela, ou ao marido se identificou-se demais a ele. Pode chegar mesmo a ponto de, diante da mulher ou do marido, censurar o outro cônjuge, sem se dar conta de que tal censura será repetida ao cônjuge pelo interessado (ou interessada), e que aquele por quem tiver tomado partido ou censurado, deixará de fazer qualquer esforço para entender-se com seu cônjuge. A relação, em vez de ser, então, boa, e sempre melhor, tornar-se-á ineficaz.

Outros obstáculos ainda encontrados no conselheiro e que podem tornar a relação ineficaz ou má, pro-



Digitalizado com CamScanner

vêm do fato dele atribuir espontaneamente aos outros, motivações que são suas. Assediado se for por problemas sexuais, atribuirá com facilidade aos outros motivações deste gênero. Tais suspeitas, ou outras, fá-lo-ão perder sua objetividade e vão prejudicar a instauração de uma relação confiante, de uma escuta imparcial e acolhedora.

Ao falar da escuta, vimos igualmente como a angústia de falta ao dever, não censurando de imediato uma conduta enunciada pelo consulente, como esta angústia pode levar a um resultado desastroso, como por exemplo, no caso da religiosa ao tratar da mulher que provocara o aborto. Qualquer angústia pode desencadear reações exageradas ou prematuras. O conselheiro receia ser indulgente demais. Tal fato é comum naqueles que receberam uma educação muito rígida e severa, eficaz, sem dúvida, mas que os tornou pouco indulgentes para com os outros. Aquele que não souber encarar com serenidade os problemas de ordem sexual, terá grande dificuldade em reter qualquer intervenção prematura que bloqueará o consulente; não saberá esconder seu horror pelo que ouve da pessoa que se desabafa. Urge estar preparado para tudo ouvir, como aprenderam a fazê-lo certos velhos confessores que escutaram toda sorte de dramas, o que não significa terem-se tornados descrentes ou cúmplices do consulente, ao manifestar que tais comportamentos lamentáveis não têm importância.

Cada vez também que o conselheiro se sente excessivamente preocupado com sua pessoa, com a aparência a dar, com o desejo de sucesso ou receio do fracasso, sua relação com o consulente deixa de ser boa e esse se convence de que não é escutado como desejaria.

Estabelecer uma boa relação terapêutica e entretê-la é, pois, arte difícil, já que todos os nossos defeitos (egoísmo, narcisismo, autoritarismo, impaciência), nos-



Digitalizado com CamScanner

sa insegurança, nossas angústias e problemas mal resolvidos, impedem-nos de bem atender os outros e prejudicam nossa ação. Para conhecer melhor nossas reações perante os outros é que servem os anos preparatórios ao exercício do ministério pastoral. Examinamos aí casos anônimos ou refletimos sobre a maneira como nos comportamos em casos que nos foram confiados, submetendo-nos a uma supervisão. Exercícios de dinâmica de grupo a isso também podem contribuir.

Obstáculos à boa relação surgem também da parte do consulente. Comentamos aqueles que vêm de suas frustrações afetivas, das más relações que possa ter tido com os pais e que ele receia reviver com seu conselheiro, das suas tentativas de sedução quando encontra no conselheiro certa complicidade em relação a instintos mal dominados. Mas de maneira mais geral e habitual, o consulente apresenta reações de defesa ou reações agressivas, contra aquele que pretende entrar em seu íntimo e que lhe faz descobrir coisas desagradáveis e contrárias à idéia favorável que fizera de si mesmo.

Se, pois, na investigação analítica por onde começa qualquer terapia, o conselheiro lança muitas perguntas e, especialmente, perguntas prematuras e indiscretas, o consulente tende a fechar-se em vez de se abrir, conforme explicaremos ao falar do diálogo. Esconderá suas verdadeiras motivações e chegará a mentir para melhor se defender. Convém, pois, saber esperar e não crer, rapidamente demais, que a última palavra foi dita. O mais difícil de contar é o que a pessoa confessa em último lugar. Deve-se também compreender que o consulente tenha reações agressivas. É normal que se ressinta da situação de dependência em que se encontra, submetendo-se a um tratamento. O doente não alimenta, por vezes, sentimentos hostis contra seu



Digitalizado com CamScanner

médico, mesmo quando está obtendo bons resultados? De mais a mais, estas reações hostis nem sempre concernem à pessoa do conselheiro, mas é uma descarga sobre ele de sentimentos amargos que alimentou contra aqueles que lhe prejudicaram na vida. Por isso, Freud dizia que o psicólogo deve poder suportar essas reações sem alterar sua serenidade e sem que ele próprio reaja com respostas agressivas. Tudo passará e é indício melhor do que o bloqueio silencioso. É sinal de vitalidade e autonomia, como as mordidas do lactente que se volta contra aquela que o alimenta, ou como as reações hostis do adolescente que quer romper todos os elos afetivos que o ligam aos pais e voar com as próprias asas. A paciência do conselheiro que não deixar de ser percebida pelo consulente, pode mesmo contribuir depois, para estabelecer melhor relação entre eles.

Além destas disposições, por vezes lentamente adquiridas pelo conselheiro, ao longo de sua preparação e experiência, outra disposição existe que é antes um dom, e de grande importância no estabelecimento de uma boa relação. Chamam-na de "empatia" [11]. Trata-se de certa capacidade de colocar-se no lugar do outro, de penetrar nos seus sentimentos para apossar-se deles, embora sem lhes ficar prisioneiro. Difere da "simpatia" elementar e espontânea da qual, pelo contrário, podemos nos tornar prisioneiros. Além do mais, a empatia é um movimento unilateral de afeição levado a alguém; nem sempre é recíproco, mas convida à reciprocidade. Vem de um amor oblativo e de uma dispo-

[11] Sobre a "empatia" encontram-se análises de tipo psicológico, ou fenomenológico, ou filosófico, em Rollo MAY, *The Art of Counseling*, Abingdon Press, Nashville (1939), cáp. 3; em Jean MAISONNEUVE, *Psychologie des affinités*, Paris, PUF 1966, 2ª parte; em Edith Stein, *On the Problem of Empathy*, La Haye, Nijhoff, 1964; e, finalmente, no livro de Rabbi Robert KATZ, *Empathy*, N. Y. Free Press, 1963.



Digitalizado com CamScanner

nibilidade em servir os outros que se encontra naqueles que não são egoístas nem prisioneiros dos próprios problemas.

Permite aquela ressonância afetiva que coloca o indivíduo no mesmo diapasão que o outro, e procura uma compreensão muito mais completa do que o puro conhecimento intelectual. Ela faz adivinhar e interpretar os sentimentos e necessidades do outro; faz também parte daquela intuição que o amor confere, sem a qual o discernimento é imperfeito [12]. Ajuda igualmente o consulente a falar, a se explicar, visto sentir-se bem aceito, e as explicações que então fornecer permitirão "compreendê-lo" melhor, descobrir o "sentido" de sua conduta que é, ao mesmo tempo racional e irracional. Consulente e conselheiro caminharão paralelamente num conhecimento mais "compreensivo" desta conduta que é objeto de sua mútua pesquisa, até chegarem àquele ponto central, ao nódulo da personalidade em torno do qual, e a partir do qual encontram-se confusa e virtualmente os diversos elementos, espirituais e carnais da personalidade, e que se devem tornar mais compreendidos e integrados [13].

Ninguém imagine que tal conhecimento compreensivo que leva ao encontro, possa ser obtido em pouco tempo. Se a empatia o encaminha, não só ela o faz; é preciso também utilizar aqueles conhecimentos parciais que se formam no decurso do tempo e das entrevistas sucessivas. Mesmo no método de Rogers, admite-se que o indivíduo só chegue a um conhecimento mais completo e compreensivo de si mesmo depois de al-

[12] Ver acima o que foi dito a propósito da prudência, págs. 50-54 e também da individuação 88ss.

[13] Sobre o conhecimento "compreensivo" e "envolvente", será de grande proveito consultar o trabalho de W. FABER, consagrado a Buber: *Das dialogische Prinzip Martins Buber*, Henn Verlag, Ratingen 1962, ou os opúsculos do próprio Buber, reunidos em Martin BUBER, *La vie en dialogue*, Paris, Aubier, 1959.



Digitalizado com CamScanner

gum tempo, quando então, já se reconheceu e aceitou mais amplamente. É este conhecimento, aliás, que favorece ao indivíduo, o sentimento de ter encontrado sua própria "identidade". Chegar a compreender a identidade de outro, é ainda mais difícil.

Quando o "encontro" é assim obtido, torna-se fonte de grande alegria para o consulente e para o conselheiro, se bem que não tenha havido as mesmas confidências da parte do conselheiro. Há, então, provável ameaça de recriar um elo que se tornaria um fim, uma amizade, apresentando seus perigos. O conselheiro não deve jamais se esquecer de que não tem o direito de usurpar a afeição de um cônjuge, de um filho, de um rapaz, daquele que é seu cônjuge verdadeiro, dos pais, da sua futura noiva, nem, enfim, de Deus.

Chegamos ao ponto de falar de um traço que seria característico da relação pastoral e que diversos autores já mencionaram: esta relação seria "triangular", pelo fato de não se encerrar entre o padre (ou outro conselheiro religioso) e o consulente[14]. Deus ali está como terceiro, e é em direção dele que o consulente deve a pouco e pouco voltar-se, desprendendo-se do conselheiro. Esta afirmação merece que nos detenhamos nela.

Não há dúvida que, no espírito do consulente, ao procurar um padre conselheiro, a imagem que ele formou do padre como de um homem que fala em nome de Deus, que pertence a Deus pela sua consagração, introduz, como em nebulosa, uma personagem misteriosa, mais ou menos bem conhecida, mais temida do que amada na maior parte do tempo, por aquele que se dirige ao padre. Poderá então "explorar" ou tentar "ex-

[14] Ver, por exemplo, CAVANAGH J. R., *Fundamental Pastoral Counseling*, Milwaukee, Bruce, 1962, pág. 21; BRACELAND F. and Stock M., *Modern Psychiatry*, N. Y. Doubleday, 1963, pág. 293. A. Godin, *Le transfert dans la relation pastorale*, in N.R. Th., abril 1959, pág. 401.



Digitalizado com CamScanner

plorar" a "personagem social" do padre, sem se preocupar muito com as exigências de Deus. Deus nem mesmo está presente àquele diálogo, e sua "pessoa" nada conta para o consulente, como mediadora. Pelo contrário; por causa do temor que domina suas relações com Deus, ele vê no padre uma pessoa que o tranqüilizará no plano religioso, mas não o compreenderá bem no plano humano, e reagirá conforme seu ponto de vista excessivamente parcial. Procurará ser aprovado; isso não obtendo, tornar-se-á agressivo.

A seguir, à medida em que se desenvolve uma relação de confiança no plano psicológico entre o padre e o consulente e, sentindo-se este mais "compreendido", a imagem de Deus tende a se esfumaçar. A humanidade deste padre e sua empatia passarão à frente de sua figura de padre. Deus não está mais presente. Os investimentos de amor, provindos ou não de transferências devidas a frustrações da infância, levarão a fazer esquecer Deus, e suas exigências, tanto por parte do consulente quanto do conselheiro que se sentirá igualmente "tomado" de afeto por este cliente.

> É o caso daquela moça de condições abastadas, solteira e educada numa família cristã. Experimenta certo mal-estar pelo fato de esbanjar seu dinheiro em recepções mundanas com jovens de sua idade e ter mesmo tido freqüentes relações sexuais com alguns amigos. Procura um sacerdote e liberta-se do peso de sua vida passada. O padre, receoso de perder a simpatia criada no decorrer das entrevistas, que chegaram à confissão, deixa entender a esta jovem que deve cortar tais relações com os rapazes, mas não ousa insistir demais.
>
> Tal atitude muito humana de aceitação, fá-la renunciar realmente às ligações antes mantidas. Não percebe, porém, o sacerdote que, após algum



Digitalizado com CamScanner

tempo, ela transferiu para ele seus sentimentos de amor. Atemorizou-se então o conselheiro, e cortou cerce suas relações com ela.

Conforme podemos ver, a relação triangular ao longo desta fase crítica não existe ou desapareceu, tanto para a moça quanto para o padre. No sacerdote, ela vê apenas o homem, e ele separa-se dela para resguardar sua relação com Deus.

Ora, é precisamente numa terceira fase que o conselheiro, para desprender dele a jovem, deveria ter introduzido a terceira pessoa que é Deus, e as exigências que ambos devem a ele. Problemas análogos se erguem quando um psicoterapeuta, em vez de querer conservar a afeição de uma cliente casada, deve servir-se do afeto que ele obteve para reconduzi-la ao marido e não se deixar desviar, ele mesmo, de suas próprias obrigações em relação à sua esposa.

O investimento afetivo que beneficia o padre ou qualquer outro terapeuta, deve, pois, servir-lhe para incitar o consulente a uma atitude mais madura, mais de acordo com seus deveres e, em última análise, com as exigências divinas que atingem todos que se dizem crentes [15]. Deus será sempre um terceiro entre o terapeuta e um consulente crente.

O problema é análogo, mas desta vez mais vivido do que compreendido, quando uma mãe, que recebe da parte do filho um amor muito exclusivista, procura fazê-lo compreender, embora não fosse senão pela sua atitude firme, que ela não pertence só a ele, mas ama também, e deve amar seu marido (que é o pai rejeitado pelo filho), e isso o próprio Deus exige tanto dela quanto da criança. Há muitos outros membros da família e fora dela que ele precisará saber amar. Em suma: o amor deve ser compartilhado, hierarquizado,

[15] Ver acima, págs 129-130.



Digitalizado com CamScanner

e só o será se o indivíduo souber superar as formas egoístas e deleitosas através das quais ele começa às vezes a se manifestar, e em cujas malhas pode, ainda mais tardiamente na vida, encarcerar-se. O indivíduo só encontrará seu equilíbrio e maturidade quando tiver conseguido estabelecer *com todo o seu meio* (seu próximo) *e com Deus*, relações de amor, correspondendo a seus deveres.

Só então, muitas vezes, é que o consulente começará a compreender o quanto seu amor por Deus e pelo padre era mais sentimental do que generoso, ou como deve abrir-se para um amor doador e afetuoso, em vez de receoso, para com Deus que o ama e não lhe impõe exigências senão para fazê-lo amar melhor a cada pessoa e torná-lo mais amado do próprio Deus e daqueles que o cercam [16].

O padre está, de certo modo, mais autorizado a fazer compreender as exigências divinas e seu sentido, mas um terapeuta cristão que não as comunica por profissão, como o padre, poderá às vezes transmiti-las mais facilmente pela fato de fazê-lo livremente.

Chegamos assim sempre àquela conclusão que todo conselheiro deve, ele próprio, ter alcançado formas de amor generosas e elevadas, ter obtido suficiente equilíbrio afetivo para conservar sua liberdade perante aqueles que desejariam monopolizá-la. Para o padre, como vimos, será um amor privilegiado — visto ser consagrado a Deus e ao próximo — que lhe dará esta liberdade e capacidade de amor gratuito que de modo algum procura a si mesmo. O exemplo do amor casto e totalmente oferecido, terno e exigente, manifestado pelo Cristo a todos, servir-lhe-á de modelo.

[16] Reintroduz-se agora esta reeducação social no *Counseling* profano e pastoral. Ver, por exemplo, o livro coletivo, publicado em homenagem a D. HILTNER *por* OGLESBY W. Jr., *The New Shape of Pastoral Theology*, Abingdon Press, Nashville (Tenn.) 1969.



Digitalizado com CamScanner

## 1. Formas de diálogo

O diálogo, tomado no sentido habitual da palavra, não é senão uma das formas de comunicação inter-humana, a que se faz através de palavras faladas e entre dois ou mais parceiros pouco numerosos (como as sessões em grupo, os diálogos de Platão) em que cada interlocutor expõe suas opiniões e recebe uma resposta relacionada com o que ele disse ou com o objeto do diálogo. Falar cada qual por sua vez, sem levar em consideração o que foi dito pelos outros não é uma verdadeira troca produtiva que auxilia o pensamento a progredir, e os participantes a se entenderem.

Trocar idéias, pensamentos e opiniões, querendo impor a todo custo o seu modo de pensar, deixa realmente de ser um verdadeiro diálogo. Falta-lhe a intenção de tomar em consideração o que diz a pessoa, a não ser para contradizê-la. Tal atitude irrita, com razão, o outro ou os outros interlocutores que percebem não ter sido levado em conta aquilo que expuseram.

Assim como não se deve querer impor a própria opinião num verdadeiro diálogo, não se deve açambarcar o tempo de falar e estendê-lo de tal forma que os outros não possam intercalar uma palavra ou expor sua opinião. O pregador que fala sozinho e com entusiasmo, do alto do púlpito, não é certamente, um mo-



Digitalizado com CamScanner

delo de interlocutor; tampouco o professor que, falando, também ele, "ex cathedra", "tanquam auctoritatem habens", não dá a seus alunos nenhuma possibilidade de fazerem objeções ou pedir esclarecimentos. Sem dúvida, gozam de certa autoridade, pois estudaram mais que o grande auditório, e são por vezes encarregados de transmitir uma doutrina (como os professores de teologia). Não significa, porém, que se devam deter aí. No próprio interesse da verdade que transmitem necessariamente a seu modo, através do filtro mais ou menos deformante de seu próprio pensamento, eles têm todo interesse em saber o que pensam os auditores, as dificuldades desses últimos em compreender e aceitar a interpretação que deram da palavra de Deus. A elucidação do sentido da palavra revelada não está completa enquanto os auditores tiverem objeções de boa fé e não tiverem tudo compreendido. E como alcançar tal feito sem permitirmos aos ouvintes que interroguem? O próprio Cristo, embora falando com autoridade e dizendo ser a verdade, acolhia as perguntas, não para deixar sua palavra em dúvida, mas para esclarecer-lhe o sentido. Sabendo também, que seu ensinamento não podia ser compreendido e aceito sem a luz e o assentimento que vêm da fé, ele não discutia sobre o plano da evidência racional de suas afirmações, mas sobre as provas de credibilidade que se prendiam a sua pessoa, tais como a santidade de sua vida, os milagres que operava etc. Nem por isso proibiu aos teólogos de apoiar sua palavra com argumentos de raciocínio, ou fazer valer os argumentos de credibilidade que ela comporta. Todas essas elucidações humanas, porém, enquanto não sancionadas pela autoridade da Igreja, estão livremente abertas à discussão e a interpretações diversas. Acontece apenas que não se poderá reduzir unicamente ao sentido humano, à razão, o que depende da luz transcendente da fé. É o que



Digitalizado com CamScanner

torna vãs ou perigosas certas tentativas contemporâneas de laicização da fé, de redução da fé ao que a razão pode admitir.

Conclui-se destas explicações que o padre, no diálogo pastoral, não se deve contentar em enunciar dogmaticamente as verdades reveladas, mas ajudar as pessoas a descobrirem-lhes seus dois sentidos: o sentido perceptível à razão, e o sentido imperceptível à razão que depende da luz e do dom da fé, do assentimento dado à Igreja quando ela imprime sua autoridade. De suma importância será a sua atitude pessoal de submissão à autoridade da palavra evangélica e da Igreja e, de outro lado, seu esforço sincero de esclarecimento do sentido exato, acessível e não acessível à razão, do alcance prático das verdades reveladas. Sua santidade pessoal influirá em fazer aceitar o que há de impermeável à razão na sua mensagem.

O diálogo pastoral não é, pois, inteiramente redutível ao diálogo humano. Comporta o enunciado de verdades que estão fora de discussão, mas que é preciso bem definir. Entretanto, existe também um diálogo humano que procura fazer compreender leal e humildemente, o sentido humano e o alcance desta mensagem, convidando ao mesmo tempo à oração, para que seja mais bem compreendida e aceita. É, portanto, sobre este lado humano, que o aproxima de qualquer outro diálogo válido e fecundo, que podemos agora voltar e estender-nos mais um pouco.

Inicialmente, o diálogo humano não se limita ao conteúdo verbal das palavras trocadas. Acompanha-se de manifestações sensíveis como o tom, irônico ou agressivo, as inflexões da voz ou a rudeza e secura da maneira de exprimir-se, as hesitações, circunlocuções, os silêncios, a precipitação e que diferencia a linguagem falada da linguagem escrita. Já nos aludimos (pág. 120) àquele "acompanhamento" que torna a linguagem fala-



Digitalizado com CamScanner

da mais significativa das disposições pessoais daquele que fala, e se torna objeto mais especial de estudo dos psicólogos nas sessões de dinâmica de grupo. Mais adiante voltaremos ao assunto, pois no diálogo a dois, é de suma importância observar, além das palavras, a atitude, as disposições afetivas do consulente. Mas, evidentemente, a maneira como o conselheiro responde, sua própria vibração, suas emoções e silêncios, são percebidos, embora mais confusa e intuitivamente, pelo consulente. O conselheiro deverá conhecer o "efeito" de todos estes "tons" e "vibrações" da linguagem que o traem, diante de um cliente, por menos perspicaz que seja, e isso pode igualmente perturbá-lo.

Quanto às grandes formas do diálogo, já dissemos que existem diálogos a dois e diálogos a muitos. (Aqui, estudaremos apenas o diálogo a dois, e especialmente o diálogo de tipo sacerdotal, que é o objetivo de nosso estudo). Mas os psicólogos fazem também uma distinção entre o diálogo de tipo "formal" e o de tipo "informal".

É chamado formal quando segue um processo pré-fixado, como numa sessão de conselho administrativo, num interrogatório de magistrado ou médico em que as perguntas já são previstas e metodicamente formuladas. A anamnese, isto é, o exame retrospectivo das enfermidades passadas que o cliente possa ter tido, faz parte deste tipo. Tais questionários contêm às vezes um aspeto "chocante" e podem ferir a sensibilidade do doente, pois atingem a sua intimidade. Por isso, muitos médicos evitam fazer tais perguntas sob forma de mero interrogatório. Adquiriram a arte de conduzir certas perguntas e baseiam-se em respostas dadas anteriormente no decorrer de uma conversa mais descontraída, para formular perguntas que os guiam e facilitam respostas significativas para si mesmos.

O diálogo informal é, naturalmente, a forma pre-



Digitalizado com CamScanner

ferida dos psicólogos e padres que, em suas perguntas procedem ao sistema de aproximações sucessivas, a menos que empreguem um formulário em anônimo em confissão para ajudar o penitente a lembrar-se das diversas categorias de faltas possíveis. Este interrogatório "formal" pode também chocar e tornar a confissão menos pessoal. O diálogo informal evita, pois, qualquer formalismo de processo, e por vezes, também, qualquer tema previamente designado, qualquer consideração das "dignidades" ou do nível social dos interlocutores. Em certos casos, por princípio, emprega-se a segunda pessoa do singular e interpelam-se pelo primeiro nome. Tais processos não são, porém, necessários para pôr à vontade; nem sempre são também recomendáveis no diálogo pastoral. Cada gênero de diálogo tem seu estilo que depende dos efeitos que se procuram. Existem muitos consulentes que nunca admitiriam o tratamento de "você", e isto criaria até certo mal-estar. Não se deve confundir intimidade confiante com familiaridade. Certa reserva pode mesmo favorecer a relação, como já nos mostra o Evangelho.

Existem muitas "formas" (se assim podemos dizer) de diálogo informal. Significa que são diálogos mais ou menos estruturados e pré-orientados, e, assim sendo, mais ou menos formais. Conservam-se informais porque não se previu nenhum tema de discussão, ou porque o tema de discussão, embora previsto e mesmo brevemente indicado no início do encontro, desenvolve-se ao acaso das intervenções espontâneas. Em vez de um tema, poderá ser uma determinada orientação, como a pesquisa de uma vida comunitária mais profunda e autêntica, e quais os seus obstáculos no grupo dos participantes. Mas um excesso de improvisação daria a impressão de uma caminhada sobre terreno movediço, de uma falta de coordenação útil talvez para fins terapêuticos, úteis para fazer conhecer as reações dos



Digitalizado com CamScanner

participantes na falta de um *líder* válido, mas que não poderia durar indefinidamente.

Vemos como essas formas de diálogo estão longe das formas de discussões introduzidas pelos reitores e sofistas gregos que se exerciam em defender sua opinião contra qualquer argumentação, ou destas "argumentações" "pró e contra" da escolástica onde a "solução" era antes atribuída à arte de "distinguir" do que a de "reunir" ou conciliar. A dialética hegeliana indicou certo progresso neste métodos excessivamente sutil, e propendeu em descobrir sínteses que superassem as antinomias ou oposições. E no último Concílio, talvez sob a influência destes novos métodos de uma filosofia mais personalista, mas também sob a influência do Espírito de caridade que o Espírito de Deus, vimos precisamente que os participantes não se contentaram em buscar uma maioridade de vozes que imporia seus pontos de vista, mas procuraram soluções que recolheriam a quase unanimidade das vozes.

Este também é o método que preconizam, de alguns anos para cá, os psicólogos encarregados de "relações humanas" (Human Relations) quando indicam o caminho a seguir nas discussões paritárias entre os diversos membros de uma organização industrial ou qualquer outra... Eles procuram evidenciar as diferentes opiniões, não somente dos líderes, mas também dos mais modestos participantes que muitas vezes são menos apaixonados e unilaterais, e destacar daí fórmulas conciliadoras que são de novo propostas à aprovação do grupo, até que se encontre a que mais ou menos satisfaça a todos. Este processo, em vez de opor e dividir, contribui para reconciliar e dá mais força e peso à conclusão adotada. Evidentemente, para tanto, é preciso estarem animados de boas intenções, uns em relação aos outros, ou a isso chegar graças às intervenções do mediador ou "animador" dotado de



Digitalizado com CamScanner

sagacidade, de sutileza construtiva, para encontrar fórmulas, senso de oportunidade e comunicação.

O diálogo terapêutico que procura reconciliar o homem consigo mesmo e com outros, aproxima-se um pouco deste método. Dentro da ótica freudiana, ele ensina o homem a ouvir a voz das pulsões recalcadas, as vozes da consciência que se impuseram de maneira opressiva ao homem, privam-no de uma parte do verdadeiro conhecimento de si mesmo, tão necessário, entretanto, para as decisões livres e responsáveis. Não significa, porém, que ele viverá compromissado, mas que saberá, mais inteligentemente, superar o conflito que o perturba muitas vezes sem que ele mesmo se dê conta, e o torna ambivalente, oscilante, contraditório. Na ótica jungiana, como já se demonstrou, a análise procura mais diretamente reconciliar o homem com sua "sombra", desenvolver suas "polaridades" opostas, a levar em conta sua necessidade religiosa; e o terapeuta intervém mais diretamente na interpretação das imagens que surgem do inconsciente. Outros ainda, como Frankl, atraem mais a atenção do consulente sobre os valores espirituais e a necessidade de dar um "sentido" à vida, sentido que possa polarizar suas energias de maneira satisfatória e construtiva.

O diálogo sacerdotal, embora levando em conta tais métodos, mais especialmente reservados aos psicanalistas e psiquiatras profissionais, que são as interpretações dos sonhos e produtos da imaginação, como por exemplo, os desenhos projetados, aproxima-se mais dos métodos elaborados e aprofundados por Carl Rogers e completados hoje por ele mesmo e por outros conselheiros profissionais. Já se falou deste método dito "não diretivo" ou "centrado no cliente" que, abstendo-se de qualquer análise em profundeza do inconsciente, permite ao cliente, graças a atitude acolhedora do conselheiro, exprimir seus sentimentos e dificulda-



Digitalizado com CamScanner

des, aliviar sua angústia e viver então em plenitude, em paz com todo o seu (seu ser físico e sua consciência moral) e com aqueles que o cercam. Este alívio de todo o ser ("organísmico" no sentido que Rogers dá a esta palavra) permite-lhe elaborar, por si mesmo, uma solução conveniente e bem equilibrada de seus problemas, na qual ele não descuida nem das necessidades de seu corpo, nem as de sua afetividade, nem as exigências de seu espírito. Tudo se passa no plano do vivido global, sem precisar fazer a análise mais especial do inconsciente, vítima do recalque.

Este método vem sendo aplicado há umas duas dezenas de anos, em numerosas escolas de assistentes sociais, mas também em escolas de formação de conselho "pastoral" destinado aos ministros protestantes, aos jovens rabinos ou padres e seminaristas. Estágios em clínicas e informações fornecidas por psiquiatras completam esta formação. Entretanto, os primeiros promotores desta transposição das doutrinas de Rogers para a pastoral, como o Pe. Curran [1] entre os católicos, C. Wise, S. Hiltner entre os protestantes [2], conseguiram a pouco e pouco organizar um método mais adaptado ao conselho pastoral. Por isso, Seward Hiltner, após ter declarado que qualquer método de Counseling procede por aceitação, compreensão e elucidação dos conflitos, em seguida, pela busca de uma solução que se apóia na confiança ao cliente, acrescenta que o conselho pastoral difere das outras formas de Counseling no que emprega e deve empregar com os recursos que a religião concede [3]. E no Congresso da *Academy for Religion and Health*, realizado em Chicago, no mês de abril

[1] CURRAN Ch., *Counseling in Catholic Life and Education*, Mc Millan 1952.

[2] WISE Carroll, *Pastoral Counseling*, N. Y., Harper, 1951; HILTNER SEWARD, *Pastoral Counseling*, N. Y. Abingdon Press, 1949.

[3] HILTNER S. and COLSTON, *The Context of Pastoral Counseling*, 1961 págs. 24-27.



Digitalizado com CamScanner

de 1966, declarou-se contrário ao fato de os conselheiros pastorais descurarem-se do ministério para se consagrarem inteiramente ao Counseling. Com efeito, pensavam eles, se estes conselheiros devem ter uma formação científica, devem também atuar como clérigos [4]. Diversos entre eles publicaram exemplos de diálogo de tipo pastoral [5], concernindo aos diversos problemas que se encontram na pastoral: enfermidade, velhice, luto, sexualidade, vida conjugal. O próprio padre Curram, discípulo da primeira hora de C. Rogers, recentemente dobrou-se a favor de um lugar dado aos valores morais e religiosos no conselho pastoral [6].

De um modo ainda mais geral, mesmo os conselheiros de tipo leigo, reintroduziram formas de *Counseling mais "diretivas"*, que eles consideram necessárias na fase do *Counseling* que segue à análise do caso [7].

Munidos destas indicações fundadas na experiência de conselheiros tidos como peritos, cremos poder destinguir, no diálogo pastoral, três fases que comentaremos sucessivamente: fase preparatória, fase de investigação e fase de cura. O método de Rogers será especialmente válido na segunda fase.

[4] HILTNER S., in *Academy Reporter* (Boletim da Academy for Religion and Health), May 1966, pág. 1. Ver também as observações de G. E. JACKSON, às quais nos referimos acima, pág. 35

[5] Por exemplo, CARRINGTON W. L., *The Healing of Marriage*, London, Epworth Press, 1961. JACKSON E. N., *Undrstanding Grief*, N. Y. Abingdon Press, 1957; JOHNSON Paul E., *Pastoral Ministration*, Ed Nisbet, Welwyn Herts (Inglaterra), 1960; Cryer N. S. and VAYHINGER J. M., *Casebook in Pastoral Counseling*, N. Y., Abingdon Press, 1962; ALDRICK C. and NIGHS-WONGER C. A., *A Pastoral Counseling Casebook*, Philadelphia, Westminster Press, 1968; Becker R. J. *Family Pastoral Case*, Prentice Hall, Englewood Clifs, N. J., 1965; STEWART C. W., *The Minister as Marriage Counselor*, Abingdon Press, 1961.

[6] Ver p. 109.

[7] Ver pág. 108. Num recente trabalho (*Introduction to pastoral Couseling*, Alba House, Staten Island, N. Y., 1968) o Pe. Michael O'BRIEN adota este gênero de *Counseling* mais construtivo.



Digitalizado com CamScanner

a) *Fase preparatória*

O consulente que procura um padre, sabendo-o psicólogo, quer sem dúvida ser ajudado por ele, mas tem também suas apreensões, não só porque deverá falar de problemas penosos, de assuntos que tocam talvez de perto sua vida íntima, mas também por pensar que o conselheiro vai, de início, patentear seus defeitos, mesmo os mais ocultos, defeitos que os outros e ele mesmo mal vislumbram, e teme este juízo impiedoso, frio, objetivo. Se outras pessoas censuram-lhe tais defeitos, ele atribui ao fato de julgarem sem conhecimento de causa. Mas o julgamento daquele que conhece e aprendeu a reconhecer os defeitos, parece-lhe mais temível; é um pouco como o próprio julgamento de Deus a quem nada escapa.

Necessário, pois, que o conselheiro vá ao encontro destes medos, sobretudo quando se trata de uma pessoa tímida cujo olhar, suores e mãos úmidas, traem a emoção. Recomenda-se também ao conselheiro, antecipar-se ao consulente, mostrar-se cortês e afável, à vontade, acolhedor de modo a inspirar confiança e apaziguar os receios do cliente. Evidentemente, se o próprio conselheiro não é autenticamente tranqüilo e acolhedor, ele dificilmente enganará: os gestos de amabilidade que fizer parecerão artificiais e fingidos.

Recomenda-se também ao conselheiro tomar a iniciativa da palavra para "quebrar o gelo" da atmosfera e convidar o consulente a instalar-se numa cadeira cômoda ou poltrona confortável que favoreça um relaxamento muscular. Se o consulente recusar, é sinal de que está tenso e em estado de defesa. Um cigarro oferecido então (se os usos permitem) ajuda tam-



Digitalizado com CamScanner

bém o consulente a disfarçar seu constrangimento e a pensar que se procura agradá-lo.

A poltrona deverá ser colocada obliquamente e não em frente do conselheiro, pois, o face a face de certo modo intimida. Assim instalados, tanto o conselheiro como o consulente poderão ter, diante de si, diversos objetos colocados sobre a secretária, quadros pendurados na parede, cortinas nas janelas que proporcionarão um meio de escapar do olhar intimidante. Sabemos que o sofá freudiano, colocado de lado, e a cabeça oposta ao psicanalista, corresponde a estas dificuldades e facilita o relaxamente necessário às livres associações. A semi-obscuridade do consultório favorece também a vinda das imagens do sonho. Uma luz forte incomoda.

Uma vez sentado o cliente, e para continuar a pô-lo à vontade, quando começa a tomar consciência de si mesmo, poderemos pedir algumas informações sobre seu nome, idade, profissão, família, onde mora, os lugares em que gosta de passar as férias, por onde tem viajado etc. Se estes locais são conhecidos também do conselheiro, isto suscita interesses comuns que contribuem para aproximá-los. Naturalmente, é preciso evitar estender-se demais nestas minúcias, sobretudo se o consulente começa a falar espontaneamente dos seus problemas. Haverá outras oportunidades para retomar tais indicações.

### b) *A fase de investigação*

Quando este ambiente de bem-estar parece suficientemente obtido, e se o consulente não começou a expor suas dificuldades, será bom, depois de deixar cair a conversa, perguntar ao cliente o que o levou a vir, qual seu problema, mas sem especificar a natu-



Digitalizado com CamScanner

reza do problema (por exemplo: suas dificuldades são de ordem conjugal? tem algum problema de escrúpulo?). É muito importante deixar toda a iniciativa ao consulente e observar a maneira como ele o encara e como é capaz de enfrentá-lo.

Pode acontecer que o cliente replique e peça ao conselheiro que o interrogue, para poder adotar uma atitude passiva. Mas as questões assim apresentadas pelo conselheiro poderiam ser ofensivas ou, pelo contrário, muito vagas. Convém, pois, fazer com que o outro fale de seu problema de maneira que lhe agrade, sem exceder suas forças, mesmo que, como geralmente sucede, ele só o indicará por aproximações sucessivas menos perturbadoras para o relato.

Assim, aquele operário denunciará as injustiças de que é vítima, o desemprego que lhe impuseram, acusando toda espécie de pessoas, antes de falar dos problemas da vida conjugal, da incompreensão da mulher que não o ajuda, do mau gênio que tem, ocasionando entre todos o desejo de se verem livres dele.

Ou tal estudante que começará por dizer que foi reprovado nos exames e logo a seguir pedirá um remédio para sair-se daí, sem ter que indicar as dificuldades mais pessoais que o conduziram ao fracasso.

Ou aquele noivo, cujo caso foi exposto no capítulo 2 (págs. 83-86), que ergue, ou faz erguer pela noiva, uma questão de ordem geral, para saber se o dever de estado não deve passar à frente das exigências da moral sexual.

Ainda este outro rapaz que carrega um problema de homossexualidade e diz ter um amigo que sofre deste mal, a fim de saber o que aconselhará o padre, quando, no entanto, trata-se de um problema pessoal.

Nestes quatro casos, conforme pudemos observar, o indivíduo procura um auxílio junto de um especia-



Digitalizado com CamScanner

lista, deseja receber subsídios materiais, sem ter de indicar elementos de informação mais difíceis de exprimir e que, no entanto, estão na raiz de seu mal. Procura conservar certo anonimato, reduzir seu caso ao de muitos outros. Ainda assim, a mulher que quer praticar um aborto e procura apoio, alegando a dificuldade de educar muitos filhos, quando, no íntimo, não quer ter filhos de um marido que bebe e de quem tenciona ver-se livre para acompanhar um amante (ver o caso exposto nas págs. 37 s). Nestes casos as respostas não poderiam ser senão superficiais, anônimas, sem resolver o problema fundamental que atinge a pessoa.

Se o conselheiro se apressasse demais em conceder o bálsamo, sem antes desbridar a ferida aos poucos, com paciência e delicadeza, só resultaria em entreter o paciente no seu mal. Por exemplo, um desempregado voltaria para ser ainda ajudado, um alcoólico beberia ainda mais, visto estarem socorrendo sua família; esposos ou noivos rejeitariam as soluções que lhes propomos por parecerem excessivamente anônimas, não levando em consideração suas dificuldades pessoais. Como poderíamos mostrar-nos diferentes, se nada disseram do que lhes é pessoal?

Em vez, pois, de dar uma resposta que satisfaça no momento o indivíduo, mas deixe de lado a raiz de seu mal; em vez de se contentar em dar respostas que são puramente técnicas e conciliadoras, se manifestarmos compreensão pelo seu sofrimento, a pessoa começará a penetrar na via das confidências mais pessoais e entregará a chave de seu problema que é quase sempre de ordem afetiva e não técnica ou moralizadora.

Por isto, nesta fase investigadora pelo menos, é preciso, como bem, observou Rogers, responder às indicações dadas, manifestando uma "participação afetiva" ao que pode conter de doloroso, de penoso na si-



Digitalizado com CamScanner

tuação apresentada pelo cliente, a fim de permitir-lhe, ao constatar que se acha diante de alguém que é acolhedor e compassivo, penetrar mais na via das confidências e das origens profundas de seu mal que remonta, por vezes, a muito longe, no passado. É o próprio consulente muitas vezes que, ao sentir-se compreendido com amor, e tratado com respeito, fará, ele mesmo, as associações entre seu mal atual e as causas deste mal; as duas estão ligadas em sua memória e evocam-se mutuamente.

Assim, num exemplo que citamos (pág. 68), o operário que repete à assistente social suas queixas contra os patrões e até então só encontrara incompreensões, vendo que a assistente social responde a cada uma de suas lamentações, realçando-lhe o quanto cada um daqueles fatos deve ter sido penoso para ele, este operário, pela primeira vez, descobre que alguém está realmente interessado pelo seu sofrimento. A assistente observa como, a partir daquele momento, ele passou a vê-la como uma pessoa acolhedora e começou a falar não tanto de sua situação social de desemprego, como o teria feito a uma profissional, mas de seus problemas familiares e mais pessoais.

O mesmo se deu no caso do estudante reprovado nos exames e que há pouco citamos (pág.152). Rogers fez ver que a partir do momento em que o conselheiro mostra-lhe o quanto vai ser penoso relatar o fato a seus pais, o estudante é imediatamente levado a dizer que a maior dificuldade consiste em enfrentar o pai. Comove-se então, e é tomado de sentimentos contraditórios de respeito pelo pai e a necessidade de revelar os fatos que ele vai censurar. O terapeuta deixa-o refazer-se um pouco da emoção e depois, de novo, procura exprimir o que o estudante ressente, uma sensação "de estrangulamento" (característica de uma forte angústia). Desta vez, o rapaz põe-se a contar a cena violenta



Digitalizado com CamScanner

de que foi testemunha, alguns meses antes, entre o pai e a mãe [8].

Outra vez é uma estudante que procura um padre que lhe pareceu acolhedor e compreensivo durante a pregação de um retiro. Diz-lhe não ter nenhum gosto pela oração a ponto de parecer-lhe ter perdido a fé.

O padre, sabendo que estas dúvidas religiosas são muitas vezes motivadas por problemas afetivos, pergunta-lhe se esta dificuldade sempre existiu para ela. Apoiando-se em sua resposta afirmativa, o sacerdote explica-lhe que, na crença em Deus, entram elementos de ordem especulativa, mas muitas vezes também razões afetivas que podem datar de longe. Indaga então se ela confia em alguém, se estabeleceu algum contato afetivo com seus colegas. Responde que não; apenas um colega pareceu-lhe digno de confiança, mas durou pouco tempo.

— E na sua família, com os irmãos, irmãs, há alguma possibilidade de abrir-se?

— Não, responde ela. Tenho só uma irmã, muito mais moça do que eu, e com quem não posso conversar.

— E com seus pais? prosseguiu o sacerdote.

Sendo este o ponto sensível, ela calou-se e tornou-se pálida. O padre, sentiu que não convinha antecipar e, após curta digressão, exprimiu seu sentimento, dizendo que muitas vezes os problemas familiares têm repercussão profunda em nós. Foi então que, com esforço, ela se expandiu: embora os pais fossem muito bons (sempre a necessidade de desculpá-los), sofrera imensamente por vê-los discutindo incessantemente, o que repetidas vezes lhe suscitara o desejo de fugir, de tal forma esta situação lhe era intolerável.

Este desabafo tão penoso trouxe-lhe algum alívio e pouco depois entrou em contato mais confiante com Deus.

[8] Ver ROGERS, Counseling and Psychoterapy, págs. 133s.



Digitalizado com CamScanner

No referido caso, podemos dizer que o padre dirigiu a conversa, mas sugerindo, de modo geral, *possíveis* correlações entre umas ou outras dificuldades. E foi quando ele disse que sabia a repercussão profunda que certos problemas familiares podem ter em nós, que ela própria declarou o que tanto a fizera sofrer. Passo a passo, pois, ele eliminou as explicações possíveis e, levando em conta as precisões já obtidas, conseguiu contornar o problema e favorecer a confissão por palavras que correspondiam aos sentimentos por ela experimentados.

No caso do jovem homossexual que atribuía seu problema a um amigo, foi também pela *compreensão afetiva* demonstrada pelo padre, realçando o quanto este problema é penoso, que o rapaz acabou por contar que se tratava dele próprio.

Não é pois de admirar ouvirmos hoje dizer que são as qualidades humanas do terapeuta, e antes de tudo sua sensibilidade e atenção prestadas aos sentimentos dos outros que obtêm resultados positivos na psicoterapia. Ch. B. Truax e R. R. Carkhuff procuraram prová-lo, apoiando-se em análises gravadas em sessões terapêuticas [9].

Noutros momentos, a participação afetiva poderá exprimir-se por uma simples palavra de aquiescência como um "sim, sim", "pois é", ou um monossílabo neutro como "hum" que são murmúrios de seguimento sonoro pronunciado com intonações diversas conforme o que diz o consulente, demonstrando que o compreendemos, que estamos seguindo bem o fio de suas idéias, que adivinhamos seu sofrimento, e o encorajamos para continuar. Rogers utilizou-se grandemente destes murmúrios sonoros que manifestam a participação, sem interromper a narrativa ou desviar o curso do diálogo

[9] TRUAX Ch. B. e CARKUFF R. R., *Toward affective Counseling and Psychotherapy*, Chicago, Aldine, 3ª ed. 1969.



Digitalizado com CamScanner

como poderia acontecer com uma pergunta. Estas palavras têm também a vantagem de evitar silêncios demasiadamente longos, fontes de angústia [10]. O mesmo se diga dos gestos de acompanhamento do rosto, das mãos e o assentimento da cabeça.

Outro processo também utilizado por Rogers consiste em "refrasear", dirigindo-se ao interlocutor, o que ele acaba de dizer antes de interromper o assunto, e que exigiria algumas explicações suplementares da parte do mesmo. Instintivamente o consulente, alertado por essa espécie de solicitação de esclarecimento não interpretativo, põe-se a explicar o que pretendeu dizer, a dar outros detalhes que se dirigem ao cerne do problema, tende a "reencadear" numa direção interessante e esclarecedora.

Ao estudante, por exemplo, que não passou nos exames e declara o quanto lhe será difícil comunicar aos pais e depois pára de falar, o conselheiro rediz sob uma forma quase semelhante: "Vai ser-lhe difícil explicar isto a eles", convidando assim o cliente a dizer por quê. Também quando diz já ter experimentado aquela incompreensão, o conselheiro acrescenta: "Você julga não encontrar nenhuma indulgência por parte deles; pensa que certamente vão condená-lo". Em seguida, quando o estudante explica que a maior dificuldade virá por parte do pai, ele lhe afirma: "Sua impressão é que seu pai jamais o compreenderá". Sem dúvida, o *"jamais"* é uma conclusão que excede todas as palavras ditas pelo estudante; por isto mesmo, concita a uma explicação [11].

Vimos também, com clareza, de que maneira o

[10] Segundo HAHN e MC LEAN (*Counseling Psychology*, Mc Graw, 1955, pág. 262), um silêncio de mais de 30 segundos pode criar tensão aguda e determinar uma situação de pânico.

[11] Segundo ROGERS, *Counseling and Psychoterapy*, Boston, Houghton, 1942, págs. 133-143.



Digitalizado com CamScanner

padre, interpelado pelos dois noivos que não sabem até onde podem ir sem pecar nem comprometer, de outro lado, seu dever de estado, fá-los repetir muitas vezes suas próprias palavras, a fim de precisar seu ponto de vista. Quando a moça declara: "Nossa situação é difícil; como poderei descrevê-la?", ele responde: "Vocês estão em grande dificuldade" [12] (ver pág. 108 do livro).

Assim, o conselheiro que não quer antecipar as explicações, mas "seguir" seu cliente e levá-lo a dá-las, ele próprio, dispõe de três meios: a compreensão afetiva (não intelectual), o refraseado verbal e o acompanhamento sonoro por monossílabas que demonstram estar ele "todo ouvidos", sem se permitir interpretar. Desta maneira, o consulente falará quando se sentir capaz de falar, e poderá descarregar melhor a sua angústia, exprimindo-se por si mesmo.

### c) *A fase de cura*

Descarregar sua angústia, exprimindo-a diante de um homem bom e compreensivo, não somente em termos abstratos, mas vivendo-a emocionalmente, até certo ponto, já faz parte da cura. É condição muitas vezes necessária para uma visão melhor de seu problema e da solução a dar-lhe. Não é, porém, senão um primeiro passo.

Seria, com efeito, ilusório pensar que o indivíduo possa sempre, por si mesmo, elaborar uma solução vá-

[12] Ver pág. 86. Sobre o processo do "refraseado" encontramos boas explicações em WOLBERG L. R., *The Technique of Psychotherapy*, N. Y., Grune 1954, págs. 165-172 e em BRAMMER L. and SHOWSTROM, *Therapeutic Psycology*, 1960, págs. 179-180. O Pe. M. O'BRIEN, em sua *Introduction to Pastoral Counseling* cita também bons exemplos de respostas de acompanhamento e de refraseado (págs. 96-106).



Digitalizado com CamScanner

lida pela fato de poder encarar seu problema com maior serenidade. Em muitos problemas da vida, temos de nos aconselhar com pessoas competentes.

Em inúmeros problemas conjugais, por exemplo, quando a solução depende das disposições do outro cônjuge, das reações dos filhos, de terceiras pessoas (um ou uma amante, os pais, os sogros), o interessado estando mais preparado, é capaz de fornecer indicações mais válidas sobre o que convém efetuar-se. Muitas vezes também, ele não distingue todas as conseqüências de sua opção. Por isso, Le Roy A. Wanck afirma que a atitude não diretiva é insuficiente em muitos problemas conjugais [13]. Nós mesmos citamos, no 1° capítulo (págs. 47-50), o caso de uma jovem senhora, aliás repleta de boas intenções, cega, porém, diante da perspectiva de sua união com um homem casado, o que acarretaria sérios danos à esposa legítima. Outra moça, cuja ligação com um rapaz deixou-a com um filho, pensará talvez ser seu dever desposá-lo. Será, realmente, a melhor solução? Nada indica.

Muitas vezes deverá, pois, o conselheiro, sem impor uma escolha, chamar a atenção sobre as conseqüências desta ou daquela escolha. Desta forma procedem as assistentes sociais, as conselheiras conjugais. O padre poderá informar-se através delas ou encaminhar-lhes a consulente. Mas será preciso levar ainda em conta as exigências da moral cristã, caso estas assistentes queiram conservar a neutralidade. O mesmo se daria, se tivesse de consultar um psiquiatra.

Temos o caso de uma empregada de 25 anos que concebeu uma criança de um homem de condição social equivalente a sua. A gravidez vai-se tornar visível, e ela corre o risco, na casa católica em que tra-

[13] Le Roy A. Wauck, *The Clergy as Marriage Counselors*, in J. of Relig. and Health, july 1966, pág. 259.



Digitalizado com CamScanner

balha, de ser mal vista e precisar, talvez, procurar outra colocação. A solução quase evidente seria a de desposar o amante, solteiro como ela. A jovem rejeita, porém, tal idéia, pois não deseja comprometer-se com um homem para a vida inteira. Mira-se no exemplo da própria mãe, de numerosas experiências desta espécie, desde que foi abandonada pelo marido. A jovem não conheceu o pai. Dizia querer viver sozinha, ganhando o próprio pão e educando o filho. Não lhe faltando certa instrução, ser-lhe-ia fácil encontrar outro emprego, se não mais a quisessem no lugar que ocupava. Nenhum homem lhe inspirava confiança.

O padre mostrou-lhe o risco que corria de repetir o que fizera a mãe, de obstinar-se contra a sorte, privando-se, a seu filho, de um amor digno. Sem o amor de um marido, ameaçava-se apegar-se exageradamente ao filho, o que iria prejudicá-lo. Certo desejo de dureza masoquista poderia induzi-la a uma solução errônea. Deveria, pois, refletir. Se continuar sozinha, mais cedo ou mais tarde deveria revelar ao filho seu nascimento ilegítimo. Em todo caso, só ela poderia resolver. Conversasse com o amigo, verificasse suas intenções e decidisse com toda a liberdade.

Em casos como estes, o padre age como puro conselheiro, fornece argumentos objetivos que procurou obter junto a pessoas abalizadas.

O mesmo acontece nos problemas de vocação: não basta ter boa vontade. O candidato pode enganar-se sobre si mesmo e induzir em erro suas idéias, não levando em consideração os fatores humanos: equilíbrio afetivo, hábitos adquiridos, aptidões intelectuais, hereditariedade; ou, pelo contrário, leva estes fatores em exagerada consideração, e não crê suficientemente na graça. De seu lado, o padre conta talvez demais com a graça, conforme vimos ultimamente, a propósito daquelas jovens religiosas indianas do Kerala, brusca-



Digitalizado com CamScanner

mente transplantadas para a Europa, e que tiveram de retornar a seu país em conseqüência de depressões psicológicas.

Não significa, entretanto, que todas fossem inaptas a tal transplantação. Todavia, o problema exigia exame acurado por parte dos peritos e dos superiores responsáveis que deveriam levar em conta os sintomas que manifestavam inadaptação à vida religiosa no estrangeiro.

Nos problemas familiares que parecem mais simples, mas que na realidade muitas vezes não o são, como hoje vemos melhor — visto a solução depender com freqüência não só da criança ou do adolescente, mas da mudança de disposição por parte dos pais —, não basta somente a boa vontade do jovem para reatar amistosas relações com eles.

Ilustra-nos o caso daquela moça levada a quase rejeitar a fé por causa das discussões entre os pais religiosos. O padre, após encaminhá-la no sentido de estabelecer melhores relações com Deus, pensou que seria conveniente e mais fácil para ela começar por granjear confiança das colegas de sua idade e também com aquela amiga com quem privara durante algum tempo e que poderia ajudá-la.

Entretanto, pensava a jovem poder tentar ao mesmo tempo, estabelecer relações mais confiantes com os pais, com o pai, especialmente, conforme desejava. Fora ele, porém, quem mais a ferira, se bem que a atraísse por outros lados de sua personalidade.

Dissera-lhe o padre que ela era livre de fazer como bem entendesse, mas cada vez que se propunha a falar com o pai, sentia-se inibida, incapaz de pronunciar sequer uma palavra.

Compreendeu, por si mesma, que não deveria começar pelo mais difícil e que num só dia não poderia adquirir força e segurança bastante de si mesma para en-



Digitalizado com CamScanner

frentar situação tão dolorosa. Viu que não era questão de mera força de vontade, embora mostrasse tenacidade em muitos outros pontos.

Procurou, então, ter contatos mais descontraídos com colegas. Ainda assim, encontrou grandes dificuldades, pois todos conheciam-na como extremamente tímida.

Percebendo esta situação, aconselhou-a o sacerdote a ingressar num grupo de jovens que não a conhecessem. Ela obedeceu. Qual não foi sua surpresa, alguns meses mais tarde, no fim de um *camping* de férias, ao saber que as companheiras acharam-na espontânea e aberta.

Fizera uma experiência decisiva e, a pouco e pouco, conseguiu estabelecer um contato confiante, inicialmente com a mãe, depois com o pai.

Em todos estes casos de terapia pastoral, uma colaboração confiante se elabora entre o consulente e o padre conselheiro. Trocam seus pontos de vista. Auxiliado pela experiência e conhecimentos de psicologia, o padre indica os possíveis erros, os aspetos do problema que escapam ao consulente. Respeita, porém, o princípio de sua liberdade, a menos que o veja à beira de um perigo iminente e então procurará evitar tal desastre, não por pressão, mas dando-lhe informações necessárias acompanhadas de provas de confiança. Repetimos: antes de tudo, é a estima e a confiança que depõe e recebe do conselheiro que o desviarão do caminho errado.

Assim agindo, o padre conselheiro ajudará o consulente a desenvolver seu Eu, fraco demais ou excessivamente dominado por um Super-ego rigoroso. Retomando e prolongando a palavra de Freud, segundo a qual o Eu deve tomar lugar do Id (Wo Es wr muss Ich werden); poder-se-ia dizer que o Eu deve também tomar o lugar do Super-ego, composto ao mesmo tem-



Digitalizado com CamScanner

po de ameaças repressivas e de ideal, que foram mal assimiladas e entre as quais ele não consegue encontrar uma posição equilibrada.

## Apêndice: O diálogo na confissão

Já havíamos prometido falar do diálogo na confissão [14]. Este diálogo sacerdotal submete-se, com efeito, à condições especiais que lhe modificam a forma e apresentam dificuldades.

Tem, de resto, como fito essencial, não uma direção de consciência, mas a confissão dos pecados e a reconciliação com Deus ofendido, reconciliação comunicada pela absolvição e que permitirá unir-se a Deus pela comunhão sacramental. É, pois, antes de tudo, um diálogo com Deus, conforme reza a fórmula "Confesso a Deus", na qual o padre não é senão uma terceira pessoa, mediador que auxilia o penitente a confessar todas as suas culpas, pelo menos as graves, a arrepender-se delas, e ter firme propósito, e dá-lhe a absolvição em nome de Deus.

O diálogo pastoral situa-se noutro plano. Não concarne sempre, nem diretamente aos pecados, mas a problemas da vida que podem ser fonte de pecados, e por causa dos quais queremos ser aconselhados. Geralmente, trata-se de um problema e não de todos os problemas que são ocasião de pecados. Claro está que este diálogo pode ajudar muitíssimo para saber o que é pecado ou não, o que é o mais certo e, já que tem um papel terapêutico, para saber o que deve ser feito, a fim de assumir a atitude correta, reencontrar um equilíbrio que é importante para evitar os pecados, usar meios humanos eficazes, com a graça, sem dúvida, mas

[14] Ver acima, pág. 63.



Digitalizado com CamScanner

que a graça não dispensa de usar [15]. Quantas vezes os penitentes se queixam de se terem confessado com freqüência, sem terem obtido de Deus a cura que esperavam como um milagre! Esperam que Deus faça tudo.

Ora, evidentemente Deus não faz tudo, e o padre não é apenas, mesmo no confessionário, um distribuidor de absolvições... Ele deve, conforme dizia o Concílio de Latrão já citado, não se contentar em ser um juiz que absolve ou condena, que censura sem ajudar, sem enfronhar-se e profere exortações pré-fabricadas. Deve ser o pastor que, como o Cristo, pensa as feridas, conhece suas ovelhas pessoalmente.

Mas é claro que se o penitente não menciona as circunstâncias de suas faltas, se as enuncia pela categoria e número (pelo menos para as faltas graves), como, aliás, tem o direito e é quanto basta para receber a absolvição, quando se arrepende, o padre não está à altura de ajudá-lo [16]. Muito facilmente as pessoas se contentam de procurar a absolvição para recuperar a tranqüilidade, não querendo descobrir os meios que os fariam mudar, e para o que, um verdadeiro diálogo é indispensável. Todos que procuram a perfeição sabem muito bem que devem recorrer a um padre, abrir-se com ele, sobretudo se são principiantes, para evitar tropeços nas vias espirituais e desfazerem-se de seus defeitos, desde que, bem-entendido, este seja um especialista nos caminhos espirituais e, tanto quanto possível, ao mesmo tempo humano e competente em psicologia.

Portanto, a confissão para ser eficaz — que não quer dizer "válida" sacramentalmente — comporta uma abertura de consciência que leva o padre a querer aju-

[15] Ver acima, pág. 126.
[16] A este respeito, ver as observações do Ch. Curran, em *Religious Values in Counseling and Psychotherapy*, pág. 83.



Digitalizado com CamScanner

dar o penitente, mesmo que ele não saiba bem como fazer. Acresce que o diálogo servirá não somente para mudar de conduta ou para adquirir meios adequados necessários à mudança, mas para facilitar a confissão das faltas e a contrição que depende de uma tomada de consciência da responsabilidade existente em nossos atos e tendências. Espontaneamente, os confessores, conhecendo a dificuldade da revelação de certas faltas, murmuram algumas palavras de estímulo, como "sim", "pois é", ou o "hum" de acompanhamento [17], que não são aprovações, mas reconhecimento do esforço realizado.

Entretanto, o diálogo poderá se processar fora do confessionário, se o penitente desejar, ou se quer falar do seu problema mais à vontade, ou ainda se tem outro padre que é seu conselheiro habitual. Tal fato é freqüente e pode também servir para preparar uma confissão ulterior, seja com o mesmo padre, seja com outro. Por vezes, o padre, tendo junto ao confessionário longa fila à espera, não pode estabelecer um diálogo por menor que seja. Sabemos que certos penitentes aproveitam-se desta circunstância para não ter de explicar as causas de suas faltas.

O confessor deve respeitar os desejos do penitente e não ser indiscreto, salvo quando vê que é necessário intervir. A experiência tem demonstrado sobejamente que o penitente sem nenhuma vontade de falar de suas dificuldades pode ser levado a desabafá-las desde que encontre um sacerdote acolhedor e humano. A confissão simples e desinibida pode-se transformar em verdadeiro diálogo se o padre, através dos meios que já indicamos, tais como a participação afetiva, a reverberação de certas palavras do penitente, os monossílabos que acompanham, impelem este último para

17 Ver acima, pág. 157.



Digitalizado com CamScanner

uma abertura que no íntimo ansiava, mas que o temor da censura, da severidade do confessor, paralisava [18].

É impressionante como pequeninas palavras pronunciadas com o coração permitem estabelecer um diálogo salutar que de outra forma não se produziria. Os penitentes estão de tal maneira habituados a serem repreendidos e censurados em família ou de outras formas, tantas vezes transferiram para Deus e para o padre a imagem de um Deus severo, que qualquer prova de bondade os surpreendem e os ajudam a se confiar. Através do padre aprendem então a retificar a opinião que haviam formado do Deus justiceiro, encolerizado, de quem receberemos de novo a graça através de uma acusação feita ao sacerdote.

Esta manifestação da bondade de Deus através de seu representante, possui considerável valor terapêutico, pois na confissão, a pessoa do padre confunde-se mais do que nunca com a personagem divina já que nos confessamos ao mesmo tempo com Deus e com o padre. Em nenhuma outra oportunidade também, o padre se sente tão obrigado a mostrar a fisionomia de Deus e do Cristo misericordioso como quando ouve uma confissão.

Assim sendo, os princípios de que falamos, tais como o acolhimento benévolo, a plena aceitação do consulente, a compreensão do indivíduo e da pessoa, superando "categorias" ou "casos", o princípio de não-julgamento também chamado de não-condenação, o respeito da liberdade do cliente, têm também sua aplicação no diálogo da confissão visto terem um fundamento e uma aplicação no exemplo do Cristo bom, compassivo, abstendo-se de condenar, mas encorajando à confiança. Em certo sentido, pouco importa que o penitente se abra na confissão ou fora dela. O importante é que se desabafe, e isso o leve a encontrar a paz divina. Abrir-se-á ao sacerdote que souber lhe



Digitalizado com CamScanner

revelar melhor a verdadeira fisionomia de Deus e inspirar-lhe maior confiança.

Seria pelo contrário, lastimável, se o padre se mostrasse mais duro e severo do que um terapeuta leigo, carente de misericórdia. Bondade e misericórdia neste caso, não são para confundir com cumplicidade ou fraqueza; e, em geral, o consulente sabe distingui-las perfeitamente, conforme fazia já com os pais e educadores, entre o amor aviltante ou sem exigências, e o amor respeitoso e que eleva. Se o padre se apresentasse menos bom, menos compreensivo do que o terapeuta leigo, poderia dar-se que o apego a este, nascido na relação terapêutica, desviasse o indivíduo da confissão com o padre, sempre necessária, entretanto. Uma vez aliviado pela compreensão encontrada junto ao terapeuta, a pessoa não sentirá tanta necessidade de confessar-se a Deus.

Neste sentido compreendemos que Freud e outros psicanalistas tenham querido suprimir os sentimentos de culpa dos seus doentes, pensando com efeito, que eles mesmos poderiam conferir a paz da consciência, e que Deus ou os padres os impediam de alcançá-la. Mas o que vemos é justamente o oposto: o perdão e a paz da alma só podem ser outorgados por Deus ou pelo padre, seu representante na terra. Eis por que urge haver padres capazes de compreender os homens e ajudá-los, tanto no plano humano quanto no plano da graça reconciliadora e salvífica. Curar, salvar, obtêm, então, a plenitude de seu significado.

Digitalizado com CamScanner

# V
# Outros recursos úteis ao padre conselheiro

Neste curto capítulo de conclusão, gostaria de indicar alguns outros meios à disposição do padre conselheiro, além do recurso do diálogo no qual nos estendemos mais, porque será sempre, o mais importante.

## 1. Meios de formação

Por meios ou recursos à disposição do padre conselheiro, não levamos em conta apenas os meios de formação geral, como a teologia, as ciências humanas, ou mais especialmente, certo conhecimento indispensável da psicologia dinâmica, da psicologia evolutiva, das dificuldades peculiares a certos problemas [1], aos diferentes estados de vida (casamento, celibato, idade madura, velhice), da psiquiatria e das outras formas de

[1] Entre os livros mais úteis, embora merecendo possíveis reservas, assinalamos o de GLEASON R. e HAGMAIER G., *Direction, éducation et psychopathologie*, Paris, Aubier, 1962 (trad. do americano), aquele que o Pe. W. C. BIER editou, *Personality and Sexual Problems in Pastoral Psychology*, Fordham Univ. Press, 1964, que trata ainda do escrúpulo e dos sentimentos de culpa; o de DANA FARNSWORTH e F. BRACELAND, *Psychiatry, the Clergy and Pastoral Counseling*, St. John's Univ. Press, Collegeville, Minn. 1969 que abrange quase todos os problemas, mas sem aprofundá-los; finalmente, o de M. O'BRIEN, já citado págs. 149-150, ou nos trabalhos de *Psychologie dynamique* e de *Psychologie pédagogique* (ver pág. 13, nota).



Digitalizado com CamScanner

terapia, discussões de caso e o encargo de alguns casos submetidos a uma supervisão. É claro que tais recursos, que exigem geralmente três anos de estudo, são necessários a quem quer adquirir uma base inicial e um mínimo de atribuição. Mencionamos, de resto, ao longo deste trabalho, uma literatura correspondente ao assunto. O diálogo com um cliente, no qual aplicássemos unicamente os princípios indicados para o diálogo, seria esclarecedor a quem não tivesse outros conhecimentos. Importa saber fazer um primeiro diagnóstico, saber com que espécie de doente tratamos, a quem nos devemos dirigir em certos casos mais difíceis ou complexos.

Os meios de que falaremos agora são a análise metódica das relações do indivíduo na família e na sociedade, e o recurso de certos auxiliares no seio da comunidade.

## 2. A análise metódica das relações

A pessoa humana e suas dificuldades não podem ser seccionadas do meio familial e do contexto sociológico nos quais foi criada e dentro dos quais vive. Certamente, ao longo da entrevista, o padre, assim como o psicólogo, pode obter do consulente inúmeras indicações acerca das relações, boas ou más, que ele mantém ou manteve no passado com seu meio. A maneira como a ele se refere e como o encara têm grande valor para o diagnóstico. O cliente nem sempre percebe, porém, o quanto estas influências educativas e sociológicas pesam sobre suas atitudes. Imagina-se muito mais independente do que realmente é.

O fato é evidente nalguns problemas de educação. Para compreender os problemas de uma criança difícil, há grande vantagem de conhecer os pais e a conste-



Digitalizado com CamScanner

lação familial independente dela. Para resolvê-los, igualmente é muito útil modificar as atitudes do meio e obter, com segurança, a cooperação dos que a rodeiam. O padre, ao contrário do psicanalista que se recusa a obter informações dos familiares do cliente, tem muitas vezes a possibilidade de conhecer as famílias, até mesmo intimamente, através das visitas já feitas ou pelas confidências recebidas durante ou fora da confissão. Graças, pois, a seu ministério, possui informações extremamente valiosas.

O mesmo acontece nos problemas de vocação. Inteiramo-nos sempre da influência exercida pela família e educadores ou pais espirituais não somente na origem da vocação, mas na formação da personalidade, de seu equilíbrio afetivo, do que dependerá sua capacidade de perseverar numa via difícil e que comporta grandes renúncias. Diversas obras mostram, de maneira significativa a influência das atitudes parentais, do bom entendimento de um seminarista com os pais ou os pais entre si, de seu próprio comportamento no seminário [2].

Finalmente, tratando-se de problemas de noivos ou de vida conjugal, cada um dos cônjuges apresenta-os sob seu ponto de vista pessoal, sua interpretação dos fatos, suas recriminações. Nenhuma solução satisfatória pode surgir sem se conhecer ambos os ângulos. Os próprios juízes assim procedem para ter uma visão mais objetiva da situação. A tal respeito há vantagens, por vezes, de ouvir separadamente, e depois juntos, os esposos concernentes.

Casos mais típicos, mais freqüentes, nos quais o

[2] Ver G. MATTE-LANGLOIS, *Famille, vocation et séminaire*. Paris, Le Cerf, 1966. Sobre o mesmo assunto, muito útil também a leitura dos livros *Vocação: inquietações e pesquisas* (diversos autores) e, de ROBERT MATIGNON, *Equilíbrio psíquico e vida consagrada*. Edições Paulinas.



Digitalizado com CamScanner

padre é consultado, mostram a considerável vantagem da posição do sacerdote que conhece as famílias, para formular diagnósticos, mas também para se utilizarem dos recursos ambientais, quando se trata de elaborar uma terapia que será, também em parte, sociológica. O padre não pode se encarregar de todos os casos que se apresentam a ele. Tem também seu ministério sacramental a exercer e lhe é impossível dispender todo seu tempo em receber clientes ou visitá-los. Muitas vezes, portanto, após apresentar um primeiro diagnóstico e dar um auxílio inicial ao consulente, lucrará em fazer-se ajudar e em ajudá-lo por meio de pessoas ou instituições que se encarregarão dele e são especializadas.

Já tivemos a oportunidade de expor [3] o caso de um adolescente que começou a apresentar perturbações emocionais e sinais de afastamento da religião. O vigário, preocupado com aquela situação, fê-lo procurar um psicólogo. Este, após ouvir o vigário, interrogou-o metodicamente sobre as relações que o rapaz mantinha com cada membro da família, com os avós com quem morara algum tempo, com os colegas e ambiente escolar. Tomou também conhecimento de seu curriculum vitae, muito movimentado, aliás.

Ora, graças a este estudo metódico que focalizava também a data do nascimento, observou o psicólogo que aquele adolescente nascera quando o pai encontrava-se preso na Alemanha, havia dois anos, durante a guerra. Tudo indicava, pois, não ser filho daquele pai, mas provavelmente de outro homem que tivesse freqüentado a casa da esposa, durante sua ausência.

Entretanto, a esta interpretação, opunha-se um obstáculo maior, isto é, ao voltar o pai, tomou a

[3] *Psychologie Pédagogique*, Salvator, 1969, pág. 199.



Digitalizado com CamScanner

si o encargo deste filho, deixando à mãe, a educação de um primeiro filho que tiveram antes da guerra. Parecia descabido que a mãe se desfizesse de seu filho nascido fora do casamento e que o pai o adotasse, renunciando à vida conjugal e à educação do primogênito.

Estes fatos e diversos outros pormenores fizeram então supor que o pai tivesse tido relações, quando preso, com alguma mulher alemã com quem tivera aquele filho. Fora talvez obrigado a trazê-lo para a França, porque a mulher em casa de quem ele trabalhava na Alemanha deveria partir ao encontro do marido que nunca aceitaria sua aventura com o prisioneiro. Compreende-se melhor assim, que a mulher francesa, por ocasião do retorno do marido, tenha-se recusado a criar aquele menino nascido de uma inimiga.

Detalhe significativo no tipo do rapaz: enquanto o pai era moreno, seus cabelos eram louros e os olhos muito azuis. Além disto, quando ultimamente um professor da escola pediu aos alunos que lhe contassem algum sonho recente, o nosso jovem descreveu a história de uma criança arrancada de sua mãe (a alemã) por um homem perverso que o levara consigo (para a França).

Feita a verificação, o vigário consultou o livro de registros batismais e pôde constatar que aquela criança nascera de mãe desconhecida; uma assistente social confirmou ter havido muitos outros casos de crianças nascidas na Alemanha, durante o cativeiro do pai e trazidas para seu próprio país.

Portanto, uma análise cerrada das relações familiares desta criança, a par de outros detalhes, permitiu descobrir o que o jovem ignorava (mas não o inconsciente, conforme o demonstrou seu sonho de rapto),



Digitalizado com CamScanner

e que seu pai não queria revelar, isto é, seu nascimento de uma mãe alemã. As entrevistas diretas com o jovem ou com o pai nada teriam revelado, como, com efeito, nada deixaram entrever.

A solução do caso dependia, pois, da decisão que tomaria o pai de informar o rapaz. Não foi fácil, mas atenuado pelo registro do batismo. A verdade do fato, que mais cedo ou mais tarde a criança viria a conhecer e a teria terrivelmente chocado pelas mentiras que a envolviam foi simplificada pela confissão proveniente do pai e menos dolorosa a aceitar.



Digitalizado com CamScanner